Cervejaria Galiza págs 16 e 17 · **Estivadores contra a guerra** págs 29 e 30 · **Websummit: Diário Encontrado** pág 47

mapa : Jornal de Informação Crítica

Assina o Jornal Mapa
descobre como na pág. 2

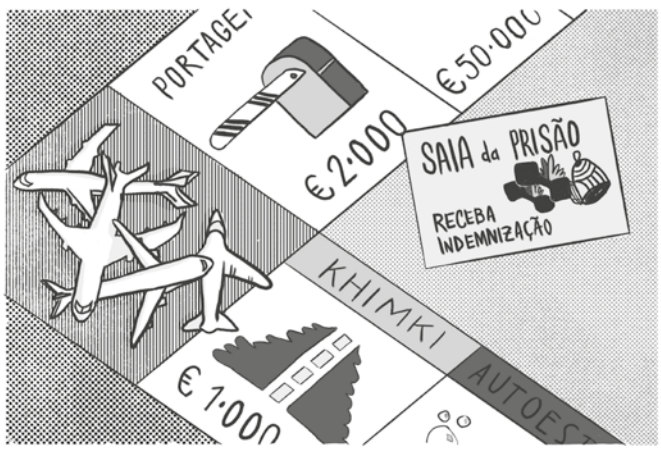
NÚMERO 26
FEVEREIRO-ABRIL 2020
TRIMESTRAL / ANO VIII
3000 EXEMPLARES
PVP: 1,5€
WWW.JORNALMAPA.PT

DIRECTOR: GUILHERME LUZ

A Draga, os Pescadores e o Ambiente

págs. 18 a 25

As dragagens no rio Sado passaram por cima de ambientalistas e pescadores de forma a viabilizar o projeto do porto de Setúbal. Por entre os encontros e desencontros na luta pela defesa do Sado, o Jornal MAPA lança um olhar sobre a comunidade piscatória e a defesa do território contra a ganância portuária.



O Império Vinci

págs. 5 a 7

A história da multinacional do setor da construção e dona da ANA Aeroportos de Portugal leva-nos numa viagem aos seus crimes ambientais e a violações dos direitos humanos

EuroBnB

págs. 12 a 15

Num ambiente de grandes destruições causadas pelo turismo de massas, a UE tomou o seu partido ao lado das plataformas de alojamento de curta duração

Greve em França

págs. 41 a 43

A «reforma» do sistema de pensões em França desencadeou uma greve animada pelo espírito dos Coletes Amarelos e que ultrapassou o sindicalismo tradicional

O Jornal MAPA aumentou de preço

Desde que a primeira edição do Jornal MAPA viu a luz, no longínquo ano de 2012, que uma moeda de euro era suficiente para ter acesso às suas páginas. Mas, como em todos os projetos de continuidade, esse número de páginas aumentou, a par com a tiragem, o número de imagens a cor, os pontos de distribuição, o peso, o volume, o número de assinaturas e envios por correio, assim como os quilómetros percorridos para o colocar disponível nas livrarias, papelarias, centros sociais e um sem fim de outros locais de norte a sul de ortugal.

Inevitavelmente, tudo foi variando para fazer crescer este projecto, sendo que a única coisa que não variou nestes sete anos foi o preço, que se manteve intacto apesar da troika e da geringonça.

Desde cedo tentámos ser criativos com as formas de financiamento e entre assinaturas, festas de angariação de fundos, campanhas de crowdfunding, donativos e, acima de tudo, a carolice e o trabalho inteiramente voluntário de quem escreve, edita, desenha, revê, distribui e pensa o Jornal MAPA, o preço de capa lá se foi mantendo como um dado inviolável do projeto. A razão desta constância tem que ver com os objetivos fundamentais do nosso «modelo de negócios» (ou da ausência dele): permitir, acima de tudo, que seja lido pelo máximo possível de pessoas.

Para manter este desígnio, o Jornal MAPA é hoje enviado gratuitamente, por correio, para vários espaços associativos, presos/as e ainda, desde a edição #23, para todas as bibliotecas públicas municipais do continente e ilhas de forma a estar disponível não só nos recantos mais longínquos deste portugal mas também para possibilitar que quem não tenha rendimentos o possa ler sem qualquer custo e em papel. Para além disso, recentemente, todos os conteúdos passaram a ser publicados sob uma licença Creative Commons, o que permite a sua distribuição e reprodução não só noutras publicações mas em diversos recantos do ciberespaço.

Moral da história: o que era um jornal com algumas parcas necessidades logísticas e económicas transformou-se num empreendimento que está para lá de muitas das possibilidades animadas por um colectivo de voluntários.

E assim, ao fim de 7 anos, temos o desplante e o desprazer de anunciar um aumento no preço de capa de nada mais nada menos que 50%. O aumento do preço das assinaturas, que já eram mais solidárias do que económicas, reforça esta barbaridade aparente que esperamos que não limite a leitura deste jornal. Sublinhamos, no entanto, o adjectivo «aparente», porque não será ainda com este aumento de preço que o projecto se torna economicamente viável, conforme se poderá confirmar na tabela de custos que aqui publicamos. Em números redondos o Jornal MAPA tem um custo anual de 10.000€ centrado unicamente em custos de edição.

Mas o nosso caso não é único e é na verdade uma tendência geral, especialmente, de projetos de informação alternativa ou comunitária por todo o lado. Por isso voltamos à carga com novas formas de encontrar estabilidade económica para o projecto.

Assim, aproveitamos para anunciar que vamos iniciar uma campanha na plataforma de financiamento Patreon (estejam atentos à mesma), convidando antecipadamente todos os que possam a deixarem-nos a sua contribuição mensal ou a divulgarem a campanha entre potenciais interessados. Finalmente decidimos também, após um longo processo de discussão, abrir as páginas do jornal à publicação escrutinada e limitada de publicidade. Pela primeira vez, estamos disponíveis para publicar nas páginas do jornal publicidade de projectos oriundos da economia social e solidária ou pequenos empreendimentos cujos princípios, práticas e ética se enquadrem na lógica do jornal MAPA. Sobre isto haverá mais informação em breve.

Sobre o preço, podíamos dizer que «é menos um café que se bebe por trimestre», para fingir que o aumento é pequeno e que ainda há tascos com café a 0,50€. Mas, sabendo nós que um preço baixo é um princípio fundamental, resta-nos contar com a compreensão de quem nos lê e nos apoia: este novo preço traduz-se na continuidade de um projecto que lança a informação crítica lá onde é lido e discutido e mantém assim a sua independência, autonomia e modelo de autogestão e horizontalidade.

CUSTOS MÍNIMOS por Edição / Trimestre: 2.272,12

Impressão: 1157,12
Envios: 800
Logística: 315

Ao assinares a edição impressa recebes um MAPA em casa de três em três meses contribuindo para a continuidade deste projecto!

Assinatura normal:
Portugal | 6 números | 15 euros
Europa | 6 números | 20 euros
Resto do mundo | 6 números | 25 euros

Assinatura Solidária:
Portugal | 6 números | 20 euros
Europa | 6 números | 30 euros
Resto do mundo | 6 números | 40 euros

Associação MAPA CRÍTICO
NIB 0035 0774 00143959530 98
IBAN PT50 0035 0774 00143959530 98
BIC SWIFT CGDIPTPL

Preenche o formulário em www.jornamapa.pt
ou envia os teus dados (Nome; Email; Morada;
NIF) e o comprovativo da transferência efectuada
para assinaturas@jornalmapa.pt

Rede Portuguesa de Economia Solidária organiza encontro em Minde e Mira de Aire

Vilas da Serra de Aire e Candeeiros vão acolher o I Encontro de Economia Solidária no último fim de semana de Março

SARA MOREIRA
SARITAMOREIRA@RISEUP.NET

Organizado pela Rede Portuguesa de Economia Solidária (REDPES), o I Encontro de Economia Solidária pretende juntar pessoas e iniciativas geradoras de «outras economias» em Portugal: novas e velhas cooperativas, redes de trocas, circuitos curtos agroalimentares, moedas sociais, e todas as pessoas envolvidas em formas alternativas de organizar a economia, a sociedade e a comunidade.

Ao longo de três dias, de 27 a 29 de Março, diversas oficinas, debates e apresentações prometem pôr a pensar e agir sobre práticas económicas solidárias. O programa (ainda por divulgar à data de fecho desta edição) está a ser construído, a partir de propostas submetidas em resposta a um apelo lançado pela REDPES, no final de 2019.

Segundo Júlio Ricardo, presidente da direção da REDPES e membro da Cooperativa Terra Chã, neste encontro «espera-se a comunicação de experiências, a sua visibilidade e o debate sobre os múltiplos rostos de uma Economia Solidária que se vem afirmando no campo e na cidade, sob as mais variadas formas». O intuito é dinamizar a convergência do movimento pela economia solidária em Portugal, acompanhando os passos do movimento internacional, nomeadamente os bons ventos que chegam do estado espanhol onde vai ter lugar, também este ano, em Junho, o Fórum Social Mundial das Economias Transformadoras (ver MAPA #23).

> (...) Minde possui uma língua própria desenvolvida pelos feirantes locais, o Minderico, com o propósito de se entenderem sobre os seus negócios de forma encriptada.

O encontro decorrerá entre Minde e Mira de Aire, duas vilas limítrofes dos concelhos de Alcanena e Porto de Mós, separadas por uma cova entre montanhas que, em anos de elevada precipitação, se torna palco de um fenómeno natural de alagamento, conhecido como o «mar de Minde». Outrora profícua em actividades económicas agrícolas e têxteis que permitiram a fixação de população, Minde possui uma língua própria desenvolvida pelos feirantes locais, o Minderico, com o propósito de se entenderem sobre os seus negócios de forma encriptada.

«Pretende-se que para Minde e Mira confluam os coletivos, os processos formais e informais, as pessoas que trabalham e vivem para uma nova relação entre economia, ambiente, cultura, futuro e pessoas», afirma Júlio Ricardo, apontando para a participação de iniciativas ligadas às energias alternativas cooperadas, ecoaldeias, finanças éticas, agricultura de proximidade, colectivos de artistas, cooperativas integrais, entre outras, que compõem o ecossistema da economia solidária. Segundo a própria REDPES, esta caracteriza-se por «processos, formais ou informais, de produção, troca, distribuição, consumo, geração de rendimentos e poupança, que conjugam a valorização das dinâmicas sociais, económicas e ambientais de proximidade com Solidariedade Horizontal, Perspetiva Ecológica, Diversidade Cultural, Reflexão Crítica e Participação».

O programa será anunciado no website da REDPES (www.redpes.pt), juntamente com informação sobre como participar no encontro.

Mais estufas, menos ambiente

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

O aumento das estufas no litoral alentejano é hoje um reconhecido motivo de alarme ambiental e social. O problema, com vários anos, acentua-se numa curva crescente resultante da soma de dois factores: práticas agrícolas intensivas em colisão com o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV) e uma demanda de mão-de-obra migrante sem estruturas sociais de acolhimento, potenciando a xenofobia da extrema-direita populista que facilmente se posicionará nestas zonas de conflito.

A resposta do Governo, no final do seu primeiro mandato, resultou na Resolução do Conselho de Ministros n.º 179/2019 (RCM) que atribui um regime especial em pleno PNSACV para o Perímetro de Rega do Mira (PRM). Ao problema ambiental responde com o triplo da actual área agrícola coberta por plástico – dos actuais cerca de 1.600 ha, 11% do PRM, para um máximo de 4.800 ha, 40% do PRM – e à situação social existente responde com a permissão da instalação, nos próximos 10 anos, de «guetos» de contentores de trabalhadores agrícolas temporários dentro das explorações agrícolas: com ligação à *internet*, mas sem qualquer ligação humana às povoações locais.

> (...) À situação social existente responde [o Governo] com a permissão da instalação.., nos próximos 10 anos, de «guetos» de contentores de trabalhadores agrícolas temporários dentro das explorações agrícolas.

Um vasto conjunto de residentes e autarcas da região reagiram de imediato à inaudita resposta da RCM que, em vez de fazer parte das soluções, acentua os problemas, satisfazendo somente o *lobby* da indústria agrícola intensiva. Já no início deste ano, Juntos pelo Sudoeste apresentou-se como um movimento apartidário de cidadãos de Odemira e Aljezur seriamente preocupados com o avanço galopante e descontrolado da indústria agrícola, quilómetros de plástico que colocam em causa a integridade do território. Puseram a circular uma petição (em peticaopublica.com) visando a proibição da «instalação de mais área agrícola intensiva sob cobertura ou ao ar livre, enquanto não forem resolvidos todos os graves problemas», fazendo depender qualquer nova exploração de estudos de impacto ambiental e social, bem como de aprovação prévia do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF)». Os fundados receios desta agricultura intensiva, por via das quantidades de fitofármacos aplicados, do seu impacto na qualidade do ar, água e solo e da perda de qualidade de vida, valores naturais e recursos, levam Juntos pelo Sudoeste a exigir como imperativo «a demarcação de uma faixa mínima de 1000 metros a partir da linha de costa e de 500 metros dos perímetros urbanos, livres de agricultura intensiva», contrapondo uma aposta numa «agricultura baseada nos princípios da agroecologia».

No Chile, o futebol não é o ópio do povo

Quando jogadores e adeptos fazem uma placagem ao seu governo

ARTIGO PUBLICADO NO NÚMERO 183
DO JORNAL *CQFD*

MICKAEL CORREIA
TRADUZIDO POR JORNAL MAPA

Desde o dia 18 de Outubro que o Chile é sacudido por uma inédita explosão social. As autoridades apostaram no futebol para acalmar os manifestantes, mas os jogadores e os clubes prolongaram as reivindicações populares. E os adeptos estiveram na linha da frente das manifestações.

«Eles venderam ao sector privado a nossa água, a nossa luz, o nosso gás, a nossa educação, a nossa saúde, as nossas reformas, os nossos caminhos, as nossas florestas, o salar de Atacama[1], os glaciares, os meios de transporte. O que mais haveria? O Chile pertence ao seu povo, não a um punhado de indivíduos», escreveu Claudio Bravo a 19 de Outubro nas redes sociais. No dia seguinte às primeiras manifestações de massas contra o presidente Sebastián Piñera[2], o guarda-redes do *Manchester City* e antigo capitão da selecção chilena de futebol fez-se porta-voz dos manifestantes apontando o dedo a três décadas de neoliberalismo selvagem.

Conhecido pelas suas tomadas de posição de carácter social, o actual capitão da equipa nacional chilena, Gary Medel, publica no mesmo dia a seguinte reivindicação: «Ouçam o povo e parem de brincar com ele». Um panfleto que lista as reivindicações dos manifestantes (pela melhoria dos sistemas de reforma, de saúde, de educação, etc.) é apresentado junto à mensagem.

Os jogadores do campeonato chileno também exprimiram a sua solidariedade com o movimento. Jean Beausejour, médio do clube *Universidad de Chile*, criticou da seguinte forma a instauração do estado de emergência[3] aos microfones da Rádio ADN: «Eu associo o Exército ao período mais sombrio da história do Chile; vê-los na rua mete-me medo, como a muita gente». Já Marcelo Barticciotto, antigo lendário jogador argentino da equipa Colo-Colo, que mais tarde se naturalizou chileno, declarou a 1 de Novembro: «Muita gente me diz que não é nada comigo. Como se o que se passasse no Chile se limitasse a ser uma questão do país. Estamos a falar de pessoas que precisam de dignidade, mas também falamos de injustiça, de desigualdade e de luta para terem mais direitos do que deveres».

Das assembleias ao estádio

Desde o início da contestação, inúmeras assembleias participativas, designadas *cabildos*, cobrem o país. Promovidas nos bairros, elas permitem aos chilenos apresentar as suas queixas – uma espécie de prelúdio à futura assembleia constituinte a que muitos dos contestatários apelam. O clube mais popular do país (cujo nome faz referência a uma figura da resistência autóctone mapuche contra a colonização espanhola), o Colo-Colo, instaurou no seu estádio os seus próprios *cabildos*. A 31 de Outubro passado, a primeira assembleia juntou 1500 pessoas para falarem de saúde, reformas e educação.

Tal como os adeptos do Colo-Colo, os apoiantes das outras duas grandes equipas de Santiago (*Universidad de Chile* e *Universidad Católica*) apelaram a que as pessoas saíssem à rua e puseram a sua rivalidade desportiva de lado para se oporem ao governo. «Não trabalhes ou, se trabalhas, fá-lo mal (…). Ergue uma barricada e defende-a. Rouba os ricos e organiza-te com os pobres», podia ler-se num comunicado de um grupo de adeptos do Colo-Colo, a *Garra Blanca Antifascista*[4].

Adeptos – 1
Federação – 0

Esta mobilização do mundo do futebol teve impacto nas competições oficiais. A 19 de Novembro, os jogadores da selecção chilena recusaram-se a disputar um jogo amigável com a equipa do Peru. O capitão da equipa, Gary Medel, afirmou: «Hoje, o Chile tem de jogar uma partida mais importante: a da igualdade».

O campeonato chileno ficou suspenso a partir do dia 19 de Outubro. Mas, um mês depois, as autoridades futebolísticas tentaram relançar as partidas. Os adeptos viram nisso uma grosseira tentativa de comprar a paz social e retomar o suculento negócio da bola. Tal como denunciou a *Garra Blanca Antifascista*: «Eles querem estourar-nos, embrutecer-nos, alienar-nos e que esqueçamos a luta».

O retomar do campeonato, a 22 de Novembro último, saldou-se por um humilhante fracasso. No encontro inaugural, entre a equipa *Unión La Calera* e a *Deportes Iquique*, as bancadas estavam vazias. Cumpriu-se um minuto de silêncio pelos manifestantes mortos e os jogadores da *Unión La Calera*, em homenagem aos mutilados pela polícia, posaram para a fotografia antes do jogo com a mão a tapar o olho esquerdo. Por fim, adeptos do Colo-Colo invadiram o estádio aos 67 minutos de jogo. Em solidariedade, futebolistas de outras equipas da primeira divisão recusaram-se a jogar nesse fim-de-semana.

Sentindo-se despeitada com toda esta afronta, a Federação Chilena de Futebol anunciou a 29 de Novembro a final antecipada da temporada de 2019[5]. Uma amarga derrota para a indústria da bola e para o governo, mas uma vitória para os adeptos e para os jogadores que desde o início do movimento clamam: «Sem justiça não há futebol!».

1 Este deserto de sal é uma das maiores jazidas de lítio do mundo.

2 "*Le Chili en première ligne*", CQFD, nº 182 de Dezembro de 2019.

3 O estado de emergência foi decretado a 18 de Outubro e levantado dez dias mais tarde.

4 "*Le football chilien dans la tempête insurrectionnelle*", publicado em dialectik-football.info a 23 de Outubro de 2019.

5 Uma decisão inédita desde a criação do futebol profissional no Chile, em 1933.

ATENÇÃO À DIREITA

VLADIMIR

«É UMA VERGONHA!»

No número anterior do MAPA propusemo-nos a dois objectivos ao escrevinhar as linhas que compõem esta coluna: ir registando trimestralmente a actividade das diferentes expressões da extrema-direita portuguesa («lusitana», que é como eles escrevem), da mais ideologizada à mais folclórica (Olá, André Vergonha!); e, sobretudo, ir dando conta dos movimentos das franjas mais radicais, cuja acção é por definição mais subterrânea e está, por isso mesmo, mais longe da atenção mediática ou de análise académica.

Este trimestre foi marcado, como era de prever dado o poleiro-mor que André Ventura tinha conquistado nas Legislativas de 6 de Outubro de 2019, pelos diferentes casos que foram cercando – mas inevitavelmente dando popularidade e notoriedade – aquela agremiação ainda quase unipessoal. As sucessivas intervenções do presidente da Direcção Nacional (que só por acaso é um órgão que também existe na PSP) nos Passos Perdidos foram marcadas pelo uso e abuso do termo «vergonha» e seus derivados, até conseguir fazer o sereno presidente da casa, o dr. Eduardo Ferro Rodrigues, perder a paciência. Adiante, que isto é folclore e gente que quer dar nas vistas exibindo as suas vergonhas.

A coisa pia mais fino dentro da seita, também devido a maior escrutínio mediático – que é o que acontece quando se passa a ter um pouco mais de notoriedade. Foi, assim, com vergonha alheia que se descobriu que o programa eleitoral do Chega, que era evidentemente público mas que ninguém tinha lido com olhos de ler, tinha aspectos tão absurdos que o próprio André Vergonha se sentiu envergonhado e há-de ter pagado a um estagiário para escrever outro. Foi então que o guru da seita anunciou que iria proceder a uma «clarificação em sentido inverso». Não faltaram os chistes e piadolas nas redes sociais, lançados por invertidos de má-língua.

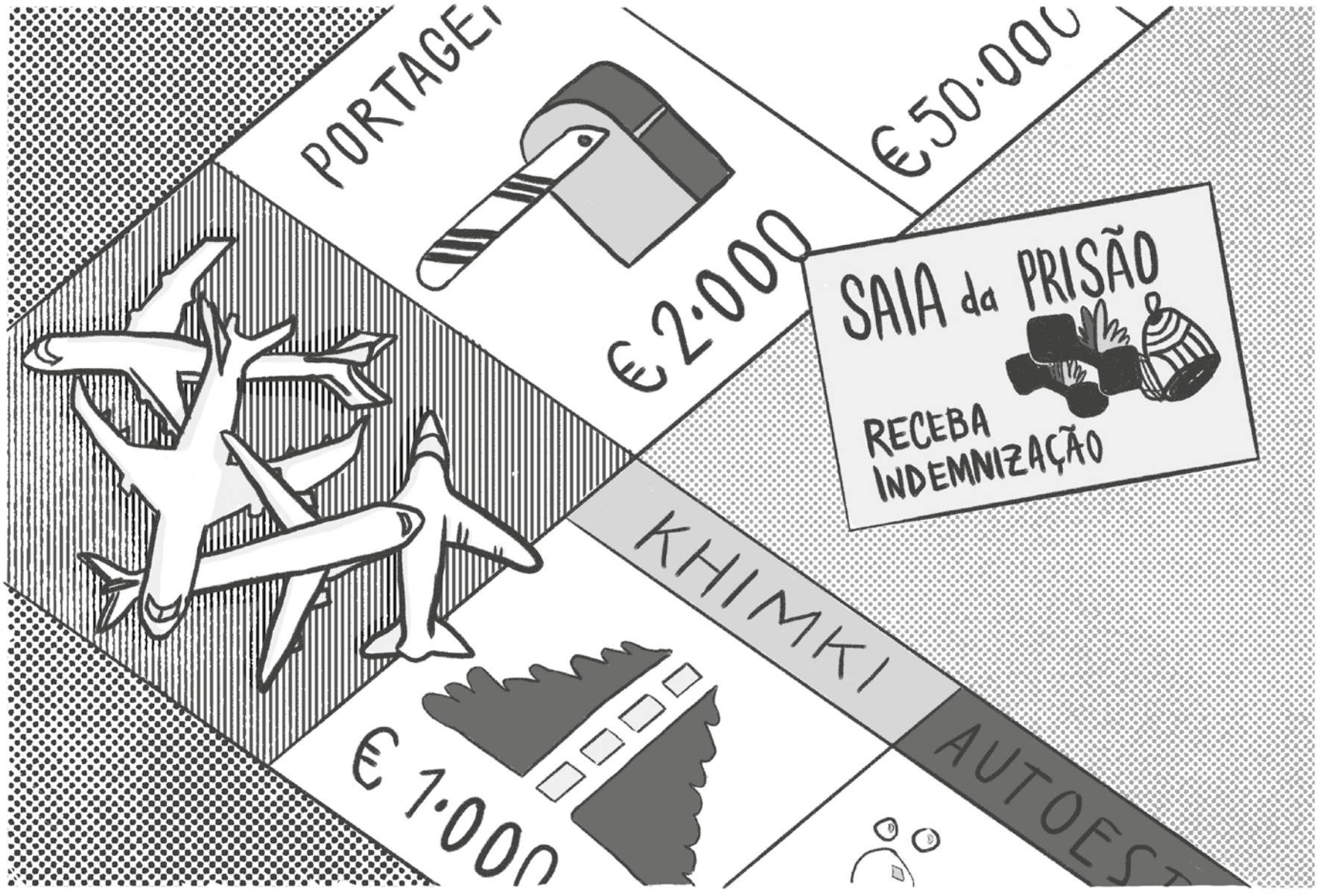
Entretanto, soube-se que o porta-voz da seita, um famoso professor universitário com estórias mal contadas em universidades privadas manhosas que ficou famoso por tentar impedir que um certo livro de José Saramago fosse enviado para um concurso europeu, auferia uma simpática subvenção vitalícia. O «vergonhas» também não sabia de nada, mas o previdente Sousa Lara preferiu manter a subvenção e abandonar o partido que é contra as subvenções, desde que não sejam as deles. (O autor destas linhas sente que o texto roça um tom populista rasca, mas não o consegue evitar.)

E a meio de Janeiro de 2020 descobre-se, por via de uma reportagem da Sábado, aquilo que era evidente: elementos neonazis com e sem processos judiciais e condenações por factos estranhos estão a ocupar cargos dirigentes nas incipientes estruturas locais do Chega. Mais uma vez, André Vergonha não sabia de nada, mas falou alto e falou assim: «Não vou tolerar qualquer presença em órgãos dirigentes de militantes que estejam ou tenham estado ligados quer a actos violentos, ou subversivos, quer ligados a movimentos extremistas, violentos ou racistas». Este tom de «não vou tolerar» mostra também que aquilo é o partido dele e que quem manda é ele. É chato é que há fotos de Ventura a jantar ao lado de antigos dirigente da Nova Ordem Social e do Partido Nacional Renovador e que Mário Machado – quando o número anterior do MAPA já estava a ir para a gráfica – mandou fechar a NOS e apelou a que os seus apaniguados se acercassem do Chega. Passando por entre os pingos da chuva, o bom do André foi tentando cavalgar cada situação que surgia, desde a marcha dos polícias do Movimento Zero em Novembro (com direito a subida ao palanque e microfone) até cada caso de agressão a médicos ou professores.

O facto é que o Chega colonizou também esta coluna e acabámos por não conseguir falar da extrema-direita dura, que deve olhar com vergonha para tudo isto e achar que aquela não é a via para a solução final. Registe-se apenas que o portal Viriato conseguiu ser falado nos media tradicionais quando o seu dono – que até parece já ter cartão de jornalista – tentou de forma provocatória interpelar Mamadou Ba na marcha em memória de Luís Giovani, o jovem cabo-verdiano assassinado à paulada em Bragança. E o facto também é que tínhamos prometido falar sobre uma revista, uma editora e uma agência de notícias que alimentam ideologicamente aquele gente. Como bons politiqueiros, prometemos e não cumprimos. É uma vergonha, é o que é…

Vim, vi e VINCI?

Bem-vindos a bordo. Esta viagem levar-nos-á a descobrir o império Vinci, a multinacional que detém – e que pretende expandir – os aeroportos portugueses. Os sacos para vomitar encontram-se sob os assentos.



Rita Neves

FRANCISCO COLAÇO PEDRO*
FRANCISCOCOLACOPEDRO@GMAIL.COM

Hoje há azáfama no Aeroporto Humberto Delgado, em Lisboa. É o «Dia do Sorriso», uma efeméride anual dos aeroportos do grupo Vinci. Os trabalhadores estão «à disposição dos passageiros para lhes prestar informações e para lhes oferecer refrescos e bolinhos. Sempre com um sorriso!»

Este aeroporto, que faz desfilar nos céus de Lisboa um avião a cada dois minutos e meio, promete ser neutro em carbono até 2050. «É com orgulho e com o maior sentido de responsabilidade ambiental que nos comprometemos com este ambicioso objetivo. Tudo faremos para estar sempre na linha da frente das boas práticas ambientais», afirmava o CEO da ANA, Thierry Ligonnière.

Percorrendo a pista, podemos ver as obras que a empresa começou em janeiro, com vista à «redução dos percursos e das emissões de CO2». Também o novo aeroporto que pretende fazer no Montijo será um aeroporto «sustentável».

Foi em 2012 que a ANA Aeroportos de Portugal se tornou uma das mais de 2250 empresas do império Vinci. O negócio foi considerado, pelo governo e pela Troika, um enorme sucesso. A divisa do grupo mostra que estamos em boas mãos: «Atores do desenvolvimento sustentável dos territórios».

Podemos descolar.

2.

Enquanto sobrevoamos a península, um pouco de contexto.

A Vinci nasceu em 2000, fruto de casamentos estratégicos e concentrações capitalísticas do setor da construção francês. O elegante nome em latim permite fazer esquecer o de várias empresas (Lyonnaise des eaux, GTM, Dumez…) manchadas por casos de corrupção nos anos 1990.

O império Vinci, hoje um dos maiores do mundo, foi arquitetado pelo milionário Antoine Zacharias. Em apenas seis anos à frente da empresa, amealhou uma fortuna de 250 milhões de euros, tornando-se o mais bem pago patrão de França.

A acumulação de riqueza pessoal terá sido uma das fontes do conflito interno que forçou o seu afastamento. Para deixar a Vinci, o ex-presidente recebeu um prémio de 13 milhões de euros e uma reforma de 2,5 milhões por ano – mas viria ainda a exigir uma indemnização de 80 milhões de euros.

Aos 70 anos, foi também o primeiro patrão na história de França a ser julgado por ser pago em demasia, naquilo a que a imprensa internacional chamou um «momento histórico contra ganância empresarial».

Acusado de abuso de bens sociais, enriquecimento ilícito e abuso de poder, Antoine Zacharias goza hoje calmamente da sua reforma à beira do Lago Léman, na Suíça.

Foi em 2012 que a ANA Aeroportos de Portugal se tornou uma das mais de 2250 empresas do império Vinci.

3.

Experimentamos alguma turbulência ao passar os Pirenéus.

Por qualquer lado que olhemos o hexágono francês, vemos o logo Vinci: na maioria das autoestradas, outrora construídas pelo estado, hoje fonte inesgotável de receitas para a concessionária; nos edifícios da Universidade Paris-Diderot, terminados em 2012 após uma saga judiciária e várias infrações de construção; no edifício de 100 mil metros cúbicos de betão de um reator nuclear de fusão, que implicou um contrato de 300 milhões de euros; em diversas prisões, que a Vinci não só construiu como também gere – em parcerias de tal forma ruinosas que o estado francês desistiu delas em 2018.

Falamos das famigeradas parcerias público-privadas (PPP). Um relatório apresentado ao senado francês em julho de 2014 chama-lhes «bombas-relógio orçamentais».

Perita em armadilhá-las, a Vinci é, segundo o Le Monde Diplomatique, uma «multinacional edificada às custas do estado francês» e o «arquétipo do predador de mercados públicos». «Da finança às autoestradas, dos aeroportos à promoção

6 CONTRA A VINCI E O SEU MUNDO

A destruição da floresta de Khimki para a construção da auto-estrada Moscovo.São Petesburgo, foi um dos episódios mais infames da responsabilidade da Vinci, com uma repressão e intimidação violentíssima contra diversos activistas. Em 2008, Mikhaïl Beketov, chefe de redação do jornal Khimkinskaïa Pravda, que escrevia extensamente sobre o projeto, foi atacado com barras de metal. Paralisado, incapaz de falar, amputado de uma perna e de três dedos, acabou por morrer em 2013, aos 55 anos.

imobiliária, em dez anos a Vinci tornou-se uma máquina aspiradora dos fundos públicos», descreve uma investigação de 2014 da revista Politis. «Conjuga da melhor forma a complementaridade de setores: energia, construção e concessões de infraestruturas», explica a revista Challenges. «Impostas pelas políticas de austeridade, as concessões de serviço público perfazem essa discreta mas massiva privatização, que se faz em detrimento do contribuinte… e em benefício dos lucros da Vinci.»Para além de acumular receitas que podiam ser públicas, a Vinci também é hábil em fugir aos impostos. Em 2017 os Paradise Papers revelaram que, graças a um estratagema fiscal na Bélgica, escapou, só em 2016, a impostos no valor de 18 133 554 euros.

4.

Chegamos à Rússia. As condições de visibilidade pioram. Aproximamo-nos da bruma da floresta Khimki.

O caso é o da nova autoestrada que liga Moscovo a São Petersburgo, e da adjudicação do seu primeiro troço em 2008. A primeira PPP russa no setor rodoviário previa gerar 1,5 mil milhões de euros de receitas para o concessionário. Quem? A North West Concession Company (NWCC), detida pela Vinci.

A empresa seria acusada de corrupção de agentes públicos estrangeiros, tráfico de influências, favoritismo e cartel ilícito. A queixa das associações Sherpa, Russie-Libertés e Bankwatch denuncia ainda o esquema de sociedades *offshore* da Vinci, que vão das Ilhas Virgens britânicas às Ilhas Caimão, passando pelo Chipre e as Bahamas.

O traçado da autoestrada implicava destruir a floresta de Khimki, o pulmão verde da capital russa, e destruir o último troço pristino do rio Kliazma.

Germinou então uma das maiores mobilizações ambientais na história da Rússia. A primeira manifestação da *Save Khimki Forest* trouxe para a rua cinco mil pessoas e juntou mais de 50 mil assinaturas. Segundo os ativistas, a NWCC contratou seguranças à paisana, para física e violentamente refrear a contestação.

Em 2008, Mikhaïl Beketov, chefe de redação do jornal Khimkinskaïa Pravda, que escrevia extensamente sobre o projeto, foi atacado com barras de metal. Paralisado, incapaz de falar, amputado de uma perna e de três dedos, acabou por morrer em 2013, aos 55 anos. Em 2009, Albert Pchelintsev, membro duma ONG contra a corrupção, teve a cara queimada por dois atacantes. Em 2010, o jornalista Oleg Kachine foi agredido com barras de metal e ficou cinco dias em coma. Evgenia Chirikova, uma das mais visíveis defensoras da floresta Khimki, fugiu do país após anos de ameaças sobre as suas filhas.

O Global Compact das Nações Unidas escreveu várias cartas ao executivo da Vinci, referindo as agressões ambientais e violações de direitos humanos. Solicitava à empresa que se abrisse ao diálogo sobre uma mudança de traçado. A Vinci recusou cooperar.

O escândalo tomou tais proporções que investidores como o Banco Europeu de Investimento se retiraram e, em agosto de 2010, o presidente Medvedev suspendeu o projeto e abriu um inquérito. Pressionado pela câmara do comércio francesa e pela Vinci, que ameaçou exigir 100 milhões de euros de compensação se houvesse mais atrasos devido a mudanças de traçado, o governo russo ordenou o reinício dos trabalhos.

O traçado da autoestrada implicava destruir a floresta de Khimki, o pulmão verde da capital russa, e destruir o último troço pristino do rio Kliazma

A autoestrada Moscovo-São Petersburgo foi inaugurada em novembro do ano passado por Putin. Apesar de o comboio ser mais rápido, é uma alternativa mais cara. Durante os próximos 30 anos, as receitas das portagens são para os cofres do império Vinci.

5.

Estamos no meio do Oceano Índico, mas em território francês. Mostram-no os níveis de consumo: na exuberante Ilha da Reunião existem mais de 350 mil carros. No noroeste, entre a capital St. Dénis e Le Port, os engarrafamentos são diários.

Para lidar com a monocultura do carro e ressuscitar um transporte histórico, o anterior executivo regional desenvolveu o projeto de um comboio ligeiro, acarinhado pela população.

Mal foi eleito em 2010, Didier Robert, do partido conservador liberal criado por Sarkozy, desfez-se do projeto. No seu lugar, surgiu a Nova Estrada do Litoral: uma autoestrada de seis vias em pleno oceano. A responsável por esta «infraestrutura espetacular pela sua extensão e tecnicidade»? Vinci.

As obras arrancaram em 2014. E, nas palavras escolhidas pelo jornal Le Monde, «a obra faraónica tornou-se um pesadelo». O orçamento inicial de 1,6 mil milhões de euros vai em 2 mil milhões… para fazer 12,5 km de estrada. São 160 milhões de euros por quilómetro, enquanto um quilómetro de autoestrada normal em França custa 5 milhões. A inauguração, que esteve prevista para 2018, será no melhor dos casos em 2025.

A atribuição do projeto à Vinci está a ser alvo de um inquérito judicial pelo ministério público francês por «corrupção, favoritismo e tráfico de influências». Suspeita-se também de um cartel entre a Vinci e a Bouygues, outro gigante francês da construção; um duopólio que, através das suas várias filiais, assegura mais de 80% dos trabalhos de infraestruturas na ilha.

As críticas à mastodôntica estrada surgiram por toda a Reunião – e os protestos ganharam força contra as pedreiras que a obra exige. Em maio de 2019, o tribunal administrativo deu por fim razão à queixa da autarquia de St. Leu e de uma associação ambiental, e proibiu a abertura duma imensa pedreira, por se tratar dum atentado à população, ao ambiente e à biodiversidade.

Depois de cinco anos a betonar o mar, a obra está parada. Faltam 3,5 milhões de toneladas de rocha. A Nova Estrada do Litoral foi considerada pelo jornal Reporterre um dos «grandes projetos inúteis» do estado francês.

A luta contra o aeroporto de Notre-Dames-des-Landes em Nantes(França) acabou com uma vitória histórica sobre o império Vinci. 50 anos de luta e 10 de ocupação de terras conseguiram levar ao cancelamento do projecto.

6.

Uma cidade inteira surge no deserto. Um frenesim de construção: marinas, centros comerciais, campos de golfe, linhas de metro… e estádios de futebol. Para o mundial da FIFA de 2022, o Qatar prevê gastar 187 mil milhões de euros: um festim para as grandes construtoras.

Alheias ao escândalo de corrupção que envolve as elites da FIFA, da França e do Qatar, trabalham aqui mais de um milhão e meio de pessoas migrantes. Vêm sobretudo da Índia e do Nepal. A cada ano, as duas embaixadas recenseiam centenas de mortes, devido a acidentes cardiovasculares causados pelo esgotamento, o calor e a desidratação.

Duas queixas-crime ajudaram a revelar as condições de escravatura que reinam neste novo deserto de betão. A empresa visada? Vinci.

Em 2015, a associação Sherpa e o sindicato CGT acusaram a empresa de recorrer a «trabalho forçado», «servidão» e «dissimulação». Segundo a investigação da Sherpa, os trabalhadores da Vinci laboravam com o passaporte confiscado, entre 66 e 77 horas por semana, dormiam amontoados em quartos confinados e eram ameaçados de despedimento em caso de queixa sobre as condições de trabalho. Recebiam entre 50 cêntimos e 2 euros por hora – menos de 2% da média de salários do Qatar.

Havia ainda capciosos mecanismos internos para evitar que os acidentes de trabalho fossem conhecidos. Na Eurovia, subsidiária da Vinci, cada trabalhador que passasse 432 dias sem um acidente declarado tinha direito a um Luís de ouro. Em 2014, 99 trabalhadores receberam a cobiçada antiga moeda francesa. Segundo a CGT, este sistema incita o trabalhador a «não declarar os acidentes de que é vítima, tal como a dissuadir o seu subalterno ou o seu colega de o fazer». Enquanto isso, a falsa taxa zero de acidentes de trabalho assegura bónus às empresas do grupo.

A Vinci atacou então tanto a Sherpa como alguns dos seus membros com uma queixa por difamação. A indemnização exigida? 350 mil euros. Esta prática, apelidada em inglês SLAPP, é comum por parte das multinacionais. A empresa não espera vencer o caso (o tribunal veio de facto ilibar a Sherpa), procura apenas silenciar a crítica, mantendo os ativistas e a associação, com parcos recursos económicos, de mãos atadas enquanto se arrasta o processo.

Mas a associação não desistiu. Após nova investigação em setembro de 2018, com o Comité contra a Escravatura Moderna e, pela primeira vez, com ex-trabalhadores indianos e nepaleses, voltou aos tribunais. Acusam a Vinci por «trabalho forçado, tráfico humano, trabalho incompatível com a dignidade humana, falha em prestar assistência de primeiros socorros, colocação deliberada da vida de pessoas em perigo e ainda ocultação de lucros obtidos com estas ofensas».

> Para além de expandir 30% a Portela, um aeroporto complementar no Montijo é a solução que permite à Vinci ter menos despesas e mais lucros durante os 50 anos da concessão

7.

No regresso, passagem obrigatória em Notre-Dames-des-Landes, Nantes, França.

Para estes 1650 hectares de zonas húmidas e terras agrícolas estava previsto o Aeroporto do Grande Oeste.

Tal como em Lisboa, a elite política e empresarial francesa visionava aqui uma «grande porta de entrada para a Europa» e um espetacular crescimento económico. Tal como Lisboa, no mesmo ano em que pretendia construir um aeroporto amplamente contestado, Nantes foi escolhida Capital Verde Europeia. «Podíamos pensar tratar-se de uma piada», começava o artigo do Le Monde que anunciava a distinção, em dezembro de 2012. Tal como em Lisboa, a empresa promovia o novo aeroporto como um projeto «verde» e «sustentável». O seu nome: Vinci.

Em 2008, as terras foram ocupadas «contra o aeroporto e o seu mundo». Nasceu a ZAD: uma Zona a Defender auto-construída e auto-gerida, onde se resistia à polícia do estado e às máquinas da Vinci, e se experimentava uma sociedade livre de opressão. Por toda a França surgiram coletivos de apoio. Após violentas expulsões em 2012 e 2018, desaguaram na ZAD milhares de pessoas.

Após 50 anos de resistência e 10 de ocupação, o presidente Macron anunciou o cancelamento do projeto. 17 de janeiro de 2018 foi o dia da vitória histórica.

A Vinci não se escusou a exigir ao estado francês entre 305 e 425 milhões de euros de indemnização. O Conselho de Estado declarou tratar-se de um valor absurdo. Desta vez, como noticiou a televisão pública francesa, a «Vinci não ganhará o *jackpot*».

8.

Podíamos pensar tratar-se de uma piada. Estamos de regresso à Lisboa Capital Verde Europeia 2020, ao aeroporto «neutro em carbono em 2050», à pista em obras para «redução das emissões».

As obras que arrancaram em janeiro são as primeiras do mega plano de expansão aeroportuária acordado há um ano entre o governo e a Vinci. Implica quase duplicar o número de passageiros e de movimentos aéreos na cidade, e aumentar 40% as emissões da aviação. A Zero acusa a Vinci de «um estratagema absolutamente inaceitável» para «contornar a obrigatoriedade de um processo de Avaliação de Impacte Ambiental.»Para além de expandir 30% a Portela, um aeroporto complementar no Montijo é a solução que permite à Vinci ter menos despesas e mais lucros durante os 50 anos da concessão. A ANA desaconselhava o Montijo quando era empresa pública. Desde que a Vinci tomou as rédeas, o governo diz que não há outra opção.

A Vinci é também a principal acionária da Lusoponte (Vasco da Gama e 25 de Abril). Se avançasse o Montijo, que não prevê qualquer acesso ferroviário, antever-se-ia mais um *jackpot* de portagens.

A experiência da Vinci em gestão aeroportuária limitava-se a aeroportos no Camboja quando foi escolhida entre oito candidatos à privatização da ANA. José Luís Arnaut, que é também Vice-Presidente da Associação de Turismo de Lisboa e membro da Goldman Sachs, foi um dos grandes intervenientes no negócio. Antes tinha sido ministro do PSD. Hoje é, nem mais nem menos, presidente da ANA.

Dois anos depois da privatização, a empresa tinha subido cinco vezes as tarifas aeroportuárias. Os números do turismo têm batido recordes. Façamos pois as contas: em seis anos, 869 milhões de euros de lucros, a que faltam os resultados de 2019. Em seis anos, a Vinci já recuperou aproximadamente um terço do investimento. Faltam 44….

«O modelo de privatização da ANA parece ter sido feito à medida da Vinci», concluem duas jornalistas do Expresso no livro «Negócios da China - Como a Troika abriu a porta à venda das empresas de bandeira». Para o diretor do Público, a empresa fez «um dos melhores negócios de sempre em Portugal».

Apesar dos bolinhos e dos sorrisos, estudantes, autarcas, investigadores, moradores, políticos e ambientalistas convergem num crescente coro de resistência à expansão aeroportuária – e ao sequestro da economia por impérios sinistros. O destino desta viagem cabe a todas nós decidir.

Obrigada por embarcarem connosco.

*O AUTOR É ATIVISTA DA CAMPANHA ATERRA (ATERRA.INFO)

Salvar o Jamor e a serra de Carnaxide

Mata do Jamor (Foto Asso. Salvar o Jamor)

ASSOCIAÇÃO SALVAR O JAMOR
MOVIMENTO PRESERVAR A SERRA DE CARNAXIDE
FACEBOOK: @SALVARJAMOR.NET
@SERRADECARNAXIDE

Contíguo à capital e com uma ampla frente ribeirinha, o concelho de Oeiras, já com uma densidade populacional estimada de 3820 habitantes por quilómetro quadrado em 2018 e com localidades em que essa densidade é superior a 10 000 habitantes por quilómetro quadrado, tem sido palco, desde há várias décadas, de intensa especulação imobiliária. Após um período em que esses interesses estiveram mais adormecidos com a crise económica, havia já, no fim de 2018, em Oeiras, cerca de 400 novos projetos imobiliários em marcha ou à espera de licenciamento. Vários megaempreendimentos são anunciados ou estão já em obra um pouco por todo o concelho, geralmente comercializados por imobiliárias estrangeiras a preços que nada têm que ver com as necessidades habitacionais da grande maioria da população.

Apoiados por uma estratégia camarária que vê neste tipo de empreendimentos a concretização de «um novo ciclo» de inovação e crescimento – o Oeiras Valley – estes investimentos ameaçam fortemente duas das maiores manchas verdes do concelho: o parque do Jamor e a Serra de Carnaxide, estruturas verdes cujo papel como espaços de lazer e de beneficiação dos ecossistemas têm largo impacto nas áreas urbanas circundantes. Estas duas estruturas verdes têm histórias e classificações territoriais distintas, bem como projetos invasivos em diferentes estádios de preparação, mas são ameaças com uma génese comum e uma atualidade evidente.

Construir um mundo mais sustentável? Comecemos pela Serra de Carnaxide

A Serra de Carnaxide, com 600 hectares, é uma das escassas manchas verdes da área metropolitana de Lisboa (AML) que pode contribuir para a melhoria da qualidade do ar e da saúde pública, promovendo a adaptação às alterações climáticas. Situa-se entre a Serra de Sintra e Monsanto, abrangendo maioritariamente o concelho de Oeiras, mas também território dos concelhos da Amadora e de Sintra. Localiza-se na bacia hidrográfica do rio Jamor, o qual desagua no rio Tejo, junto a uma linha de praias com elevada pressão de utilização, tanto por residentes como turistas.

Existem intenções de urbanização que ameaçam a Serra de Carnaxide, estando algumas em curso e outras em fase de plano ou projecto. A sua implementação iria destruir a Serra, causando impactos significativos a curto, médio e longo prazo, tanto para as populações como para o ambiente, o qual integra interessantes dimensões a nível de solos, água, flora e fauna, além de património arquitectónico classificado.

A preservação da Serra promoverá a sustentabilidade do meio hídrico (rios e águas subterrâneas) e dos ecossistemas que lhes estão associados. Note-se que a sua riqueza em águas subterrâneas se encontra evidenciada numa utilização passada, materializada no património arquitectónico classificado constituído pelo aqueduto de Carnaxide e pelo aqueduto das Francesas (ambos subsidiários do aqueduto das Águas Livres) e as suas clarabóias, estruturas circulares e mãe-de-água.

A Agenda 2030 constitui uma das mais relevantes directrizes actuais na tomada de decisões a nível internacional. Esta resolução da ONU intitula-se «Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável» e entrou em vigor a 1 de janeiro de 2016. Apresenta 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). De entre eles, destacam-se quatro objetivos e 15 medidas que têm uma pertinência directa e relevante para a fundamentação da urgência da protecção da Serra de Carnaxide como área verde natural com um valor intrínseco ligado ao solos, recursos hídricos e ecossistemas, e ainda no seu papel funcional como promotor de saúde e qualidade de vida das populações, mitigação e adaptação às alterações climáticas, incluindo o aumento da resiliência a ondas de calor e redução de riscos causados pelas *flash floods*.

> Existem intenções de urbanização que ameaçam a Serra de Carnaxide, estando algumas em curso e outras em fase de plano ou projecto. A sua implementação iria destruir a Serra, causando impactos significativos a curto, médio e longo prazo, tanto para as populações como para o ambiente

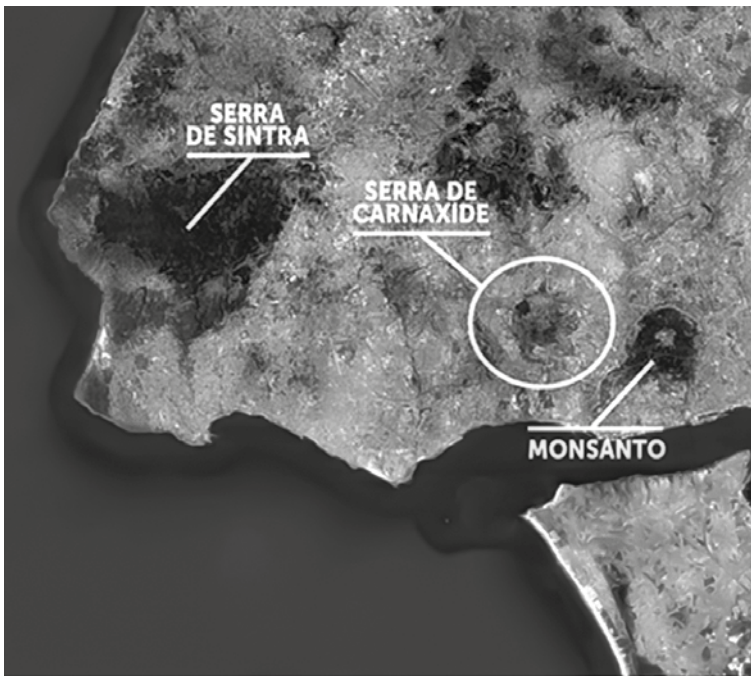
Será ainda de realçar que várias destas medidas deverão ser atingidas com carácter de urgência até 2020. Ou seja, o ano presente... A título de exemplo, citam-se três metas para 2020 que explicitamente defendem a preservação da Serra de Carnaxide:

- Assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interior e os seus serviços, em especial florestas, zonas húmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais.
- Promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, travar a desflorestação, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente os esforços de florestação e reflorestação, a nível global.

• Aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos que adotaram e implementaram políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Enquadramento para a Redução do Risco de Desastres de Sendai 2015-2030, a gestão holística do risco de desastres, a todos os níveis.»

É possível e é premente encontrarem-se soluções inovadoras para uma gestão integrada e sustentável do património natural e arquitectónico da Serra de Carnaxide, reconhecendo e tirando partido do seu imenso valor ambiental e socio-económico, além de turístico e de lazer, para as populações e municípios que integram a AML.

Existindo vários instrumentos de ordenamento do território (por exemplo: o Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território e os Planos Directores Municipais), são demasiado evidentes e impactantes as disfunções na governança e tomada de decisão a diversos níveis. Serão potenciadores destas disfunções culturas organizativas mais fechadas, a falta de diálogo com outras instituições/organizações e, ainda, a menor facilidade para gerar visões e soluções integradoras, multidisciplinares e com recurso



Localização da Serra de Carnaxide

As razões por que não se aceita este mega-projecto são múltiplas. De forma sintética: vai constituir um corpo estranho na malha económica, urbana e social de uma vasta zona ribeirinha com implicações muito negativas para o equilíbrio, quer ecológico e ambiental, quer económico e social das comunidades (...)

aos melhores conhecimentos técnicos e científicos.

Por exemplo, a economia desenvolveu ferramentas metodológicas e abordagens, como a Economia do Ambiente e dos Recursos Naturais e a Economia Ecológica, que devem ser integradas em análises económicas de custo-benefício na tomada de decisão e na gestão e planeamento do território. Especificamente no que respeita aos Serviços de Ecossistemas, a Comissão Europeia divulgou, em 2010, a directriz: «A Humanidade necessita dos bens e serviços de ecossistemas». Peritos identificaram quatro tipos diferentes de serviços de ecossistemas, todos eles fundamentais para a saúde e para o bem-estar humano. E, note-se, em 2010, ainda não se estava perante a actual grave situação de emergência climática e ambiental.

A «Adaptação às Alterações Climáticas e a Mudança da Sociedade» foi um dos temas debatidos no encontro *European Research and Innovation Days*, que teve lugar em Bruxelas, em Setembro de 2019. Algumas das questões identificadas como críticas, a nível Europeu, foram a necessidade de educar os cidadãos em geral, de integrar os resultados da investigação na atividade dos *stakeholders* e, ainda, a falta de capacidade de cidades e regiões dialogarem e se alinharem em planos e projetos. Parece corresponder ao tema aqui abordado…

É preciso que esta consciência seja assimilada pela sociedade portuguesa e pelos decisores, e que despolete acções correctivas conformes - agora e já! Sendo relevante e um galardão de mérito que prestigia o país, não basta que o município com maior peso na AML, Lisboa, seja a Capital Verde Europeia em 2020. É necessário que os restantes, imbuídos do mesmo sentido de responsabilidade e compromisso, acompanhem, e assim se possa construir uma AML resiliente e sustentável, que ofereça qualidade de vida aos seus habitantes.

Um grupo de cidadãos defendendo a necessidade duma reflexão ativa, consciente e integrada que origine um projeto de preservação e usufruto da Serra de Carnaxide criou, com este intuito, uma Petição Pública no site da Assembleia da República. A motivação desta Petição, lançada no final de 2019 (https://participacao.parlamento.pt/initiatives/967), é acreditar que a cidadania responsável, protegendo o ambiente e exigindo justiça social, é um direito que a todos assiste. Este direito é também a oportunidade de co-criarmos o país em que queremos viver.

Acredita-se que ser partícipes na construção dum mundo melhor é a escolha de todos! E é indispensável que esta escolha seja materializada em acções.

O Plano de Pormenor da margem direita da foz do rio Jamor

O Plano de Pormenor da Margem Direita da Foz do Rio Jamor (PP), aprovado pela Câmara Municipal de Oeiras (CMO) em 2014, enquadra-se num modelo de desenvolvimento urbanístico anacrónico assente no betão e no alcatrão, no imobiliário e no automóvel, que não tem em conta os impactos ambientais e, nomeadamente, as alterações climáticas. Quando o Estádio Nacional foi construído, Duarte Pacheco pensou prolongá-lo até ao rio Tejo e instalar nesses terrenos infraestruturas de apoio a desportos náuticos. O projeto não se concretizou porque os terrenos estavam ocupados pelas fábricas dos Fermentos Holandeses, desde 1931, e da Lusalite, desde 1934.

A Lusalite fechou definitivamente em 2000, e os Fermentos Holandeses em 1999. Os terrenos ocupados por essas fábricas foram vendidos à Silcoge (empresa do Grupo SIL). A partir de 2001, a proprietária dos terrenos, sempre em estreita articulação com a CMO, desenvolveu diligências no sentido de «valorizar» os terrenos, com um primeiro pedido de informação prévia em 2001. Em junho de 2004, a CMO aprovou novos «Termos de Referência».

Em abril de 2008, foi aprovada uma deliberação sobre o «Projeto Estratégico do Porto Cruz - Candidatura à Obtenção de um PIN+», uma iniciativa da CMO para ajudar os proprietários dos terrenos a candidatarem-se ao PIN+, um expediente da autoria de Miguel Pinho, então Ministro da Economia, que permitia aos ditos projetos violar a legislação em matéria de ambiente e ordenamento do território.

Em janeiro de 2010, foram aprovados novos «Termos de Referência» para a elaboração do PP, cuja execução foi contratada com a Silcoge. A sua elaboração foi muito atribulada, com várias entidades a darem parecer negativo ou nenhum parecer. No Verão de 2013, o PP foi posto a consulta pública, aproveitando o facto de parte da população estar de férias. Em 15 de abril de 2014, foi aprovado pela Assembleia Municipal de Oeiras.

No PDM de Oeiras de 1994, a opção de planeamento estratégico do município foi classificar os terrenos da foz do rio Jamor como espaço natural e espaço de equilíbrio ambiental, definindo assim os usos permitidos quando as fábricas encerrassem, como veio a suceder poucos anos depois.

Segundo o Regulamento do PDM de 1994, essa classificação dos terrenos não admitia construção. Por isso, a Silcoge adquiriu (entre 1998 e 2001) terrenos sem aptidão construtiva. Ao aprovar o PP em 2013, a CMO deu a mão ao dono dos terrenos, validando e promovendo uma série de ilegalidades, todas com um único fim em vista - a transformação de terrenos de tostões (sem aptidão construtiva) em terrenos de milhões (terrenos urbanos).

Para além de violar o PDM de 1994 (em vigor na data em que o PP foi aprovado), o PP apresenta ainda outras ilegalidades: permite a construção em leito de cheias; permite a impermeabilização de quase 100% dos terrenos, já que será construída uma laje contínua de cerca de 9,5ha, que servirá de soleira a um «caixote» gigante, em cima do qual os prédios serão construídos em *bunker*, para ficarem a salvo do risco de cheia; promove a destruição da praia da Cruz Quebrada (CQ); o índice de construção permitido é de 3, claramente superior ao permitido na zona da CQ-Dafundo (0,72); não respeita o afastamento obrigatório de 50m face às margens do Tejo, nem de 30m face às margens do Jamor, já que a construção irá intervir diretamente dentro de ambas essas zonas de proteção; promove a construção de edifícios para uso de habitação e escritórios numa zona em que os níveis de ruído já são superiores aos permitidos por lei; promove a destruição de zonas de nidificação de espécies protegidas.

O PDM aprovado em 2014 serviu para branquear parte das ilegalidades do PP, infelizmente com o beneplácito da CCDR-LVT (parecer não vinculativo) e da Associação Portuguesa do Ambiente (APA), entre outras entidades.

O PP prevê cinco torres de habitação, comércio e serviços implantadas em cima da foz do rio Jamor, a escassos metros do rio Tejo, em zona de elevadíssimos riscos naturais, vulnerável aos riscos de cheia (fluvial), inundação (marinha), erosão costeira, carsificação, movimentos de massa, sísmico, liquefação e tsunami.

Apesar de o novo empreendimento imobiliário ficar alegadamente a salvo do risco de cheias – porque será construído em cima de um *bunker* de betão – o mesmo não se pode dizer das populações das zonas baixas da CQ e do Dafundo. Na margem esquerda, o risco de inundações será agravado por este projeto, que virá aumentar ainda mais as diferenças de cota entre a margem direita (onde se situa o projeto) e a margem esquerda do Jamor (onde vivem as populações das zonas baixas da CQ e Dafundo).

O projeto imobiliário propõe também a construção de uma estrutura de contenção, um muro em betão armado que une a ponte da Av. Pierre de Coubertin com o pontão da ponte da Av. Marginal com cota do topo superior a 4,5m, para mitigar o risco de cheias, emparedando assim os moradores da rua Conselheiro Dias e Sousa.

Ao exposto, há a acrescentar a negligência da CMO em matéria de remoção do amianto, no qual devia ter tido um papel mais ativo em matéria de descontaminação, não cumprindo assim a sua obrigação de zelar pela saúde pública e bem-estar dos cidadãos.

As razões por que não se aceita este mega-projecto são múltiplas. De forma sintética: vai constituir um corpo estranho na malha económica, urbana e social de uma vasta zona ribeirinha com implicações muito negativas para o equilíbrio, quer ecológico e ambiental, quer económico e social das comunidades que neste momento estão fixadas na zona em causa; cria uma barreira de betão aos fluxos hídricos a que a área está sujeita; vai desfigurar e destruir em grande parte o equilíbrio com que o Complexo do Jamor foi concebido e construído e que hoje faz com que seja utilizado por milhares de pessoas; agrava os problemas de mobilidade na Marginal.

Apesar dos esforços do Executivo Camarário para beneficiar o promotor e facilitar a emissão das necessárias licenças e autorizações, a construção deste megaprojeto contraria claramente as normas e dispositivos legais em matéria de ambiente e ordenamento do território.

Futuro minado, não, obrigado!

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

O Relatório do Lítio, publicado em 2017, demarcava as áreas onde o governo considerava existir potencial de exploração. Apesar da contestação crescente, as ideias governamentais de implementação dum plano de fomento mineiro permaneceram plasmadas no Orçamento de Estado para 2020, onde se diz pretender criar um *cluster* do lítio e da indústria das baterias, prometendo lançar um concurso público para atribuição de direitos de prospecção, pesquisa e exploração de lítio e minerais associados em nove áreas do país. Em meados de Janeiro, o Partido Ecologista Os Verdes tornava pública a informação sobre quais são essas nove áreas, que, de facto, correspondiam às já previamente demarcadas pelo referido relatório de 2017. Entretanto, ainda em Dezembro passado, o Ministro do Ambiente e da Transição Energética, Matos Fernandes, afirmava: «nunca sei dizer qual é o calendário da aprovação de um decreto-lei, porque tem de ser promulgado pelo senhor Presidente da República, mas quero acreditar que, até ao final do primeiro trimestre de 2020, a exploração de lítio tenha o seu início».

Para as populações afectadas, o cerco aperta-se rápida e drasticamente. Em Montalegre, onde o processo vai mais avançado, a Associação Montalegre Com Vida está a tentar provar em tribunal que o contrato de exploração com a Lusorecursos é ilegal. Mais recentemente, no Minho, o Movimento sos Serra d'Arga apressou-se a organizar uma petição (que, em poucos dias, ultrapassou as 1500 assinaturas), onde se solicitava aos deputados o chumbo da medida proposta no orçamento referente à abertura do concurso público. A meio de Janeiro, a petição foi entregue, em mãos, à vice-presidente da Assembleia da República (AR). De acordo com as palavras de Carlos Seixas, porta-voz do Movimento sos Serra d'Arga, a entrega pessoal na AR foi um acto «simbólico», em que, para além de se expor os «argumentos económicos, sociais e ambientais» contra a exploração mineira, se pretendia mostrar que «sabemos que o poder está em Lisboa e que estamos e estaremos atentos». A petição foi aceite e, segundo foi explicado a Carlos Seixas, será «apreciada e discutida em plenário».

> «Esta demonstração de força diz tudo. O concelho [Montalegre] não quer este tipo de desenvolvimento, como lhe chamam, pois é a destruição do concelho»

Quem luta contra a mineração tem, no entanto, a noção de que, na AR, a luta está perdida. Este «acto simbólico» não podia, portanto, bastar-se a si próprio. Mais do que um ponto final de afirmação impotente, teria de ser o grito repetido da assertividade ainda por vir. E, de facto, poucos dias depois, surgia um «Manifesto nacional contra o plano de mineração em Portugal», assinado por quinze «movimentos cívicos que se opõem aos diversos pedidos de prospecção e exploração de lítio e de outros minerais em Portugal», onde defendem o «direito à autodeterminação das comunidades locais, a fim de proteger a Vida, a vitalidade das comunidades, a saúde das pessoas, dos animais, das plantas, a qualidade da água, dos solos e doa ar, e o direito ao sossego» (1), no que configurou verdadeiramente a primeira pedra pública da construção da «união entre os montes».

A nível local, onde ainda se pode jogar alguma coisa em termos institucionais, a pressão também tinha de aumentar. A 20 de Janeiro, o Movimento sos Serra d'Arga fez um pedido de audiência aos Presidentes de Câmara de Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira – os concelhos abrangidos pela área prevista pelo Governo para o concurso público – com o objectivo de concertar estratégias com as autarquias contra a mineração. Por todo o lado se preparam novas sessões públicas de esclarecimento e se vai participando em assembleias municipais e de freguesia.

Para 25 de Janeiro, a Associação Montalegre Com Vida convocou uma «Concentração contra a Exploração Mineira» sob o lema «Não à mina, sim à vida», à qual se juntaram mais de 300 pessoas de todas as idades e de vários pontos do país. Na manhã desse dia, podia ler-se em vários jornais que o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) da Lusorecursos afirmava que o projecto «possui impactes negativos», mas que «não são significativos, são minimizáveis e a abrangência é apenas local». As medidas de mitigação, as promessas de emprego e de pouco impacte ambiental e paisagístico que foram acrescentadas a este diagnóstico revelaram-se insuficientes para desmobilizar as populações.

Entre palavras de ordem como «futuro minado, não obrigado», ou «o povo é quem manda, não és tu Galamba», os manifestantes fizeram o percurso de ida e volta entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Montalegre (onde a Lusorecursos tem o seu escritório local), interrompendo a normalidade das principais ruas em dia de Feira do Fumeiro, um dos eventos mais importantes do concelho. «Esta demonstração de força diz tudo. O concelho não quer este tipo de desenvolvimento, como lhe chamam, pois é a destruição do concelho», afirmou Armando Pinto, da Associação Montalegre com Vida.

1 Os quinze movimentos signatários do Manifesto são: Associação Montalegre Com Vida; Associação Unidos em Defesa de Covas do Barroso; Corema - Associação de Defesa do Património; Movimento de Defesa do Ambiente e Património do Alto Minho; Em Defesa da Serra da Peneda e do Soajo; Guardiões da Serra da Estrela; Movimento Contra a Exploração de Recursos Minerais no Concelho de Montalegre; Movimento ContraMineração Beira Serra; Movimento ContraMineração Penalva do Castelo, Mangualde e Sátão; Movimento de Cidadãos para uma Estrela Viva; Movimento Lisboa Contra as Minas; Movimento SOS Serra d'Arga; Petição Pela Preservação da Serra da Argemela/contra a Extracção Mineira; PNB - Povo e Natureza do Barroso; SOS Terras do Cávado.

Marcha em Lisboa contra o Racismo e a Violência Policial

«Um ano depois das agressões a residentes do bairro da Jamaica, no Seixal - um caso extremamente mediatizado -, voltamos a assistir a um caso de violência policial descaradamente racista com o espancamento de Cláudia Simões, na Amadora (...) A única forma de garantir "justiça" para todos os jovens assassinados nos bairros pobres e para todas as pessoas vítimas do terror policial, é deixar claro que nenhuma agressão ficará sem resposta.»
Excerto de texto distribuído na manifestação de 01 de Fevereiro

EuroBnB

Como as plataformas de alojamento temporário se movimentam para escapar às obrigações habituais da indústria hoteleira e como a União Europeia se une em seu auxílio.

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT
ILUSTRAÇÕES **CATARINA LEAL**

O negócio das plataformas *online*, a chamada «economia colaborativa», abrange desde empresas da área dos «serviços de informação», tais como Facebook, Google ou Twitter, até à das que organizam o fornecimento de serviços prestados pela «economia real». Isto inclui transportes e entregas, alugueres de curta duração e vários tipos de «trabalhos», «tarefas» ou «colaborações colectivas». São transacções efectuadas geralmente através da criação de uma plataforma de intermediação, normalmente uma aplicação para *smartphone*, que ligue consumidores que pretendem um serviço a fornecedores individuais desse serviço.

A «liberdade para prestar serviços» é uma das liberdades fundamentais do Tratado da União Europeia. Ao longo dos anos, várias directivas da Comissão Europeia (CE) e decisões do Tribunal Europeu de Justiça (TEJ) foram tornando esta ideia vaga em significados bastante mais concretos e específicos. De qualquer forma, no geral, qualquer pessoa ou entidade – o que, no caso em análise, se pode traduzir por «qualquer plataforma» – pode vender os seus serviços a partir de qualquer ponto e tratar de organizar o que quer que seja – uma entrega, por exemplo – sem pôr os pés no país onde ela se vai realizar. Por outro lado, a força da legislação da União Europeia (UE) faz com que haja coisas que as autoridades locais – nacionais ou autárquicas – não podem fazer, mesmo que acreditem que estão a tratar do interesse público das suas regiões. Ou seja, para além de todas as «liberdades» originais, a UE decidiu definir este tipo de actividade como «inovadora» e tem vindo a dar-lhe um espaço de manobra que não dá a outros sectores.

Esse carácter «inovador» é, no entanto, apenas uma dança à volta de palavras como «partilha», «colaboração», «gestão dos próprios horários», «empreendedorismo» ou «trabalho independente». No entanto, por trás dessas melodias, esconde-se um tom fantasioso que é urgente desmistificar. A maioria das plataformas insiste que os seus trabalhadores são auto-empregados, ou trabalhadores independentes, e não funcionários da plataforma. Não há salário mínimo, férias pagas, licença parental, baixa, horas extra, segurança social garantida pelo empregador, nem protecção contra despedimentos ou seguro em caso de acidente de trabalho.

Uma economia assim, baseada no princípio do biscate, em que a disponibilidade do «fornecedor individual de serviços» tem de ser pouco menos que total e em que o trabalho é pago à peça, não só não elimina o desequilíbrio de poder entre trabalhadores e empresas, como até o aprofunda, criando, na prática, um oligopólio gerido por dados informáticos.

O caso do alojamento de curta duração

A AirBnB é uma «plataforma de arrendamento» de origem estadunidense, um *site* onde pessoas podem encontrar alojamento temporário em locais um pouco por todo o mundo. Pertence a este sector recente, que gosta de ser chamado «economia de partilha» ou «colaborativa». Na sua área, há muitas empresas, mas a AirBnB é, sem dúvida, a maior. Para se ter uma ideia, nos finais de 2016, tinha 2,8 milhões de locais listados, enquanto que a HomeAway, a sua maior competidora, tinha 1,2 milhões.

A propaganda da AirBnB fala de quartos vagos alugados por pessoas locais, que oferecem uma hospitalidade e uma experiência típica de cada destino contra uma compensação monetária que as ajude a desenrascar-se. Os seus líderes raramente perdem a oportunidade de falar da doce história original, quando alugaram um apartamento e uns colchões de ar a participantes numa conferência em S. Francisco, em 2008, tendo assim lançado as bases do seu negócio.

No entanto, de acordo com os dados da Inside AirBnB (insideairbnb.com), na maioria das cidades, este mundo idílico está ausente e trata-se, afinal, de casas inteiras, o que indica que o anfitrião não está presente. Casas que estão disponíveis todo o ano, o que quer dizer que não foram alugadas apenas enquanto o dono foi de férias. Muitos «anfitriões» são, enfim, negociantes ou até empresas com várias propriedades e este sector de actividade tem, afinal, uma incidência enorme de agentes comerciais que têm uma influência do mesmo tamanho sobre o mercado de arrendamento. Um negócio de «desenrasque» que se transformou numa enorme fábrica de fazer dinheiro e que tem arrastado um manancial de problemas a muitas das cidades onde existe.

As restrições quantitativas e as medidas administrativas

Na generalidade, todas as plataformas *online* pretendem que os enquadramentos legais dos locais onde operam evitem considerá-las «empregadores» (os trabalhadores que oferecem os seus serviços a plataformas como a Uber, por exemplo, são «profissionais independentes» e não «empregados das plataformas») e manter os custos e as obrigações o mais baixos possível. No caso das plataformas *online* de alojamento de curta duração, há outros três focos de luta específicos: as restrições quantitativas impostas pelas autoridades locais, as medidas administrativas (que incluem registos e autorizações) e o acesso aos dados.

O turismo de massas já demonstrou o seu potencial para alterar a constituição social e cultural das cidades e para expulsar milhares de pessoas para fora das suas comunidades. Depois de um primeiro momento de negação, algumas cidades começaram, já desde 2014, a tomar medidas para contrariar

esse tipo de desenvolvimento. Independentemente das características de cada situação e de cada cidade, as respostas e os métodos não variaram muito, sendo a imposição de um limite no número de apartamentos utilizados para estadias de curta duração a ideia mestra encontrada. Dependendo das circunstâncias, as regras que vão nesse sentido são apoiadas por esquemas de obrigatoriedade de registos, autorizações e medidas coercivas, como multas.

Estas primeiras reacções de algumas cidades foram recebidas como uma ameaça pelas plataformas (como AirBnB e a HomeAway, mas também pela associação a que pertencem, a European Holiday Home Association – EHHA), que apresentaram uma primeira queixa, contra quatro cidades em particular (Barcelona, Berlim, Paris e Amesterdão), por considerarem que as tentativas das autoridades locais de «regulação» do mercado de aluguer turístico violavam as regras do Mercado Único. Esta queixa, no entanto, não foi suficiente para resolver o assunto para os queixosos. Por outro lado, o comissário europeu para o mercado único digital (de 2014 a 2019), Andrus Ansip, foi-lhes de uma utilidade inestimável na guerra de propaganda e, acima de tudo, ajudou a indústria do alojamento temporário a encontrar bases legais para atacar as cidades que se atrevem a opor-se-lhe. Por outro, e pensando já no futuro, as plataformas de arrendamento *online* estão a tentar garantir a ajuda da Comissão Europeia na defesa contra outras medidas que possam vir a ser tomadas a nível local, através de uma enorme campanha de *lobby* nas instituições europeias. Uma consulta ao *site* LobbyFacts (lobbyfacts.eu) mostra imediatamente um aumento de despesas relacionadas com a actividade «lobbista» nos últimos dois a três anos.

Logo em Maio de 2015, pouco depois da chegada da AirBnB à cena do *lobby* em Bruxelas, abriu-se uma fase nova. Numa carta à CE, 12 plataformas, entre as quais a AirBnB, propuseram-se «ter um papel pró-activo na ajuda à Comissão» para atingir os seus objectivos dentro do quadro do Mercado Único e apelavam para que se debruçasse sobre as «regulamentações inconsistentes nas áreas da habitação e do turismo». Pouco depois, a CE iria abrir a porta a estas pretensões na Estratégia para o Mercado Único, de Outubro desse ano, na qual anuncia que «[iria] elaborar uma Agenda europeia para a economia colaborativa, designadamente orientações sobre o modo como a legislação da UE se aplica a modelos de negócio de economia colaborativa. [Iria] avaliar eventuais lacunas regulamentares e monitorizar o desenvolvimento da economia colaborativa». Uma semana depois, a AirBnB aplaudia a decisão. De facto, e de acordo com o que essas plataformas desejavam, não havia sinais de novas iniciativas legislativas, tratava-se apenas de interpretar as normas existentes. A batalha começara *de facto*.

O acesso aos dados

A AirBnB não tem alergia às estatísticas. Aliás, produz regularmente relatórios sobre diferentes aspectos da sua actividade

> Um negócio de «desenrasque» que se transformou numa enorme fábrica de fazer dinheiro e que tem arrastado um manancial de problemas a muitas das cidades onde existe.

e enviou mesmo bastantes para a CE. Mas as autoridades públicas, como é lógico, não podem confiar em estudos baseados em dados que não podem confirmar. Os estudos sobre os impactos de plataformas de alojamento de curta duração, por exemplo, são muitas vezes impossíveis, uma vez que as plataformas se recusam a fornecer os dados necessários. Em Abril de 2016, a DG GROW (Direcção Geral da CE - para o Mercado Interno, Indústria, Empreendedorismo e PME) decidiu mapear as actividades dos «anfitriões», mas encontrou enormes obstáculos. Os anfitriões não são «prestadores de serviços» no sentido clássico e não estão organizados numa associação europeia e, portanto, a CE teve de colocar as questões às próprias empresas.

A primeira empresa a ser contactada foi a AirBnB, que respondeu com «entusiasmo», em carta de 22 de Abril de 2016, e informou que envia «questionários qualitativos» anuais, tendo disponibilizado «alguns elementos do [seu] inquérito» respeitantes à área da UE. Elementos insuficientes, que levaram a uma negociação complexa sobre um novo questionário e quais as questões acolocadar. No final de contas, a ajuda que a CE recebeu para levar a cabo as suas investigações foi de pouca monta. No caso da AirBnB, esta limitou-se a anunciar o inquérito no seu *site*, ou seja, não contactou directamente qualquer anfitrião, e ter-lhes-á dado muito pouco tempo para responder. Apenas 395 (!) o fizeram. Ainda assim, as respostas indicavam que cerca de um terço oferecia alojamento em mais do que uma propriedade, que quase metade não alugava quartos na sua residência primária ou secundária e que, entre metade e três quartos dos anfitriões, alojava pessoas durante mais de três ou quatro meses.

Estes resultados, ainda que infinitamente parciais, indicam que as apregoadas características dum negócio em que o jovem ou o idoso querem acrescentar uns trocos aos seus rendimentos estão bastantes distantes da realidade. Resultados que não foram colocados em lugar de destaque no *site* da CE, a qual parece nem sequer ter tirado conclusões a partir deles.

Em Janeiro de 2018, oito cidades (Amesterdão, Barcelona, Bruxelas, Cracóvia, Madrid, Paris, Reiquiavique e Viena) enviaram uma carta à CE, pedindo uma iniciativa legislativa que assegurasse o acesso aos dados das plataformas. Citado pelo DutchNews de 26 de Janeiro de 2018, o presidente da Câmara de Amesterdão, Laurens Ivens, afirmou que «as plataformas podem neste momento evitar partilhar dados connosco e achamos isso louco. Os dados incluem quem é o senhorio e quem são os arrendatários: acho que isto é relevante, mas no momento em que o peço às plataformas, elas recusam-no com base no facto de tal ser protegido pelas regras de comércio electrónico da UE».

Legislação amiga

Há duas directivas que são permanentemente referidas pelas plataformas de arrendamento de curta duração e pela própria Comissão. Vistas de perto, são o paraíso das AirBnB deste mundo. Considerando as plataformas como «fornecedores de serviços da sociedade da informação», dão-lhes um lugar seguro, livre das regulamentações que outras empresas, muitas vezes a fornecerem o mesmo serviço, têm de cumprir. Permitem-lhes escapar a leis que pretendam proteger os consumidores e os trabalhadores, assegurar o devido pagamento de impostos ou responsabilizar a empresa. Num quadro em que a Comissão Europeia se tem mostrado muito sensível aos argumentos e ao *lobby* das plataformas *online*, a única forma de lhes escapar tem a ver com a possibilidade de ignorar as obrigações e as limitações dessas directivas, evocando «razões imperiosas de interesse geral», ou seja «reconhecidas como tal pela jurisprudência do Tribunal de Justiça»[1], a quem cabe sempre a última palavra.

A primeira dessas directivas é a que diz respeito ao Comércio Electrónico (Directiva 2000/31/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de Junho de 2000). Foi adoptada em Junho de 2000,

muito antes das plataformas de alojamento local de curta duração serem um fenómeno relevante, e contém dois elementos que tornam muito difícil às cidades tomarem medidas para regular esse tipo de alojamento. Por um lado, não é permitido às autoridades impor uma «obrigação geral» de monitorização da actividade do *website*. Isto significa que se pode exigir à AirBnB, por exemplo, que actue sobre a suspeita duma situação ilegal, mas não se lhe pode exigir que verifique sistematicamente se há situações ilegais. Por outro lado, um dos artigos da Directiva (art.º 3, n.º 2) fala do chamado «princípio do país de origem», que afirma que, à empresa, se aplicam as normas e regras do local onde está registada e que, em qualquer outro local da UE, não podem ser adoptadas medidas que possam ser vistas como obstáculos ao funcionamento quotidiano dos seus negócios. Ou seja, medidas de defesa dos direitos dos consumidores, dos direitos sociais, fiscalidades e autorizações, para o caso das plataformas, são zonas proibidas para qualquer Estado-Membro que não seja aquele onde está a sede da empresa. Basta escolherem, para a sua sede oficial, um país com condições mais favoráveis e as mãos dos legisladores de outros países ficam atadas, como o foi confirmado, a 14 de Março de 2018, pelo Tribunal Administrativo de Berlim, que permitiu à AirBnB recusar o acesso a dados seus às autoridades dessa cidade alemã. E foi também com base neste artigo que a Uber teve confiança suficiente para iniciar actividades em vários países europeus sem pedir licenças ou autorizações.

A outra é a Directiva relativa aos Serviços (Directiva 2006/123/EC, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro de 2006), que contém dois elementos que têm sido utilizados para defender as plataformas de arrendamento. Em primeiro lugar, de acordo com esta directiva, para as autoridades poderem exigir licenças ou autorizações, será necessário todo um conjunto de condições especiais, conjugadas numa tripla expressão cujo significado fica nas mãos da CE: devem ser necessários, proporcionais e não-discriminatórios. Não se pode exigir às plataformas que obtenham uma autorização ou que apresentem uma declaração às autoridades competentes. Na verdade, de acordo com o artigo 19(a) da Directiva, tal exigência é realmente proibida se o «prestador do serviço» estiver estabelecido noutro Estado-Membro da UE. Em segundo lugar, os obstáculos a esquemas de autorizações e licenciamentos aumentam por haver uma proibição das «restrições quantitativas ou territoriais», por exemplo a imposição de limites no número de casas disponíveis para aluguer de curta duração. Qualquer decisão tomada nesse sentido tem de ser sufragada pela Comissão Europeia.[2]

A guerra legal ganha forma

A luta das plataformas e todo o *lobby* que fazem orienta-se mais para a manutenção desta legislação do que para a criação dum quadro legal que lhes pudesse ser ainda mais favorável. Confrontadas com uma contestação crescente e até com alguns obstáculos concretos em algumas cidades, necessitam de clarificações e, acima de tudo, da aplicação real das regras europeias já existentes. A Estratégia para o Mercado Único, de 2015, deu-lhes já um ponto de partida favorável, com o anúncio da CE de que iria elaborar uma Agenda Europeia para a Economia Colaborativa, ou seja, «orientações sobre o modo como a legislação da UE se aplica a modelos de negócio de economia colaborativa». Orientações essas que «terão por base a Directiva "Serviços", a Directiva "Comércio Electrónico", a legislação europeia em matéria de protecção dos consumidores, bem como as disposições pertinentes do Tratado.»

A 17 de Março de 2016, houve uma reunião entre a EHHA e a Comissão onde, para além dos representantes da própria EHHA, estavam também presentes um membro da TripAdvisor e outro da Expedia (proprietária da HomeAway). A AirBnB não estava presente, mas a EHHA apresentou-se como «uma voz unida do aluguer de curta duração na Europa, com a AirBnB como membro-chave». O encontro foi utilizado para a EHHA expor a plataforma política que queria ver incluída na futura Agenda da CE: não aceitava qualquer tipo de responsabilidade para verificar as autorizações oficiais dos anfitriões, queria pouco ou nenhum envolvimento em taxações e considerava que quaisquer restrições que pretendam criar bolsas de alojamento acessível eram efectivamente medidas anti-concorrenciais.

Poucos meses depois, em Junho, a Comissão emitiu a sua Agenda Europeia para a Economia Colaborativa, onde, como prometido, fornecia orientações sobre o significado prático da lei europeia para o sector e, como esperado, ia de encontro aos melhores sonhos da AirBnB ou da EHHA. De facto, dessa Agenda não saiu qualquer novidade. Por um lado, para haver alguma exigência de autorizações ou licenciamentos, mantém-se a obrigatoriedade de se provar, perante a CE, que são necessários, proporcionais e não-discriminatórios. Duma forma geral, aliás, esses esquemas não devem ser utilizados de todo, se os anfitriões apenas arrendarem durante 90 dias (ou menos) por ano. Por outro lado, os Estados-Membros não podem impor uma «obrigação geral» às plataformas para «procurarem activamente factos ou circunstâncias que indiquem actividade ilegal». E, finalmente, as «restrições quantitativas» apenas devem ser aplicadas se não houver um tipo mais suave de medidas, ainda por adoptar.

Tudo como dantes, quartel-general em Abrantes. Ou nem por isso? A CE coloca ainda três critérios obrigatórios para que os Estados-Membros possam intervir: o preço (a plataforma define o preço?), termos e condições (os termos e condições são obrigatórios?), propriedade de activos essenciais (a plataforma é proprietária dos activos?). Apenas após cumpridos os três critérios é que o Estado-Membro pode intervir. Graças ao terceiro, não podem.

> O turismo de massas já demonstrou o seu potencial para alterar a constituição social e cultural das cidades e para expulsar milhares de pessoas para fora das suas comunidades.

A força volta a atacar

Num comunicado de imprensa da EHHA de 2 de Junho de 2016, a associação acolhe com agrado o documento da CE, mas não deixa de abrir as portas para as lutas que se avizinhavam: gostariam de ver um «reconhecimento explícito da Comissão de que os regulamentos restritivos, tais com limites de dias, na prática desencorajam o investimento e reduzem as escolhas dos consumidores»; e mais: «algumas cidades, como Berlim, Barcelona e Bruxelas, implementaram restrições que [consideram] que violam a lei da UE». E, logo a 5 de Setembro, numa reunião entre a Comissão, a AirBnB e uma firma de advogados, a CE foi informada de que a «EHHA [iria] apresentar brevemente uma queixa formal» contra Barcelona, Berlim, Bruxelas e Paris, por causa de moratórias para novos registos e medidas compensatórias.

O processo da UE diz que, depois de apresentada a queixa, a Comissão terá de decidir se tem uma base sólida e, em caso positivo, enceta um diálogo com o Estado-Membro em causa. Se o resultado não satisfizer a CE, inicia-se um «processo por infracção», onde a Comissão clarifica as suas exigências e, na impossibilidade de uma solução dialogada, pode decidir levar o caso ao TEJ, que é quem terá a última palavra.

Esta queixa tem, para além do mais, características especiais. É feita contra cidades e não contra Estados-Membros, que são os interlocutores oficiais da Comissão. E, ao que parece, as cidades não têm necessariamente de ser informadas. Quando as autoridades de Barcelona perguntaram às autoridades do governo central, em Madrid, se havia alguma queixa, a resposta foi a de que não havia um «processo por infracção». Mas não se conseguiu saber se a fase prévia, a do diálogo, tinha já sido iniciada. As autoridades de Paris também afirmaram nada saber acerca da queixa. Berlim é outra história. Sendo a Alemanha um Estado federal e sendo Berlim, nessa organização, uma Cidade-Estado, as autoridades «estatais» locais foram informadas, mas a Câmara não.

Isso é o que se sabia em Fevereiro de 2018, quando

a Comissão impediu o Corporate Europe Observatory de aceder à documentação, dizendo que a sua disponibilização poderia «estragar o clima de confiança mútua entre as autoridades do Estado-Membro e a Comissão, que é necessário para lhes permitir resolver o caso sem terem de o enviar para o Tribunal de Justiça». Entretanto, não se conseguiu descobrir muito mais. Apenas que, de facto, o diálogo inicial entre a CE e os Estados-Membros alvo da queixa tinha já sido iniciado. Não há notícias do resultado, ou sequer do seguimento dessas conversas. Excepto num caso, o de Bruxelas, em que a CE iniciou, em Janeiro deste ano, um processo contra a Bélgica que pode acabar no TEJ.

A guerra continua

As lutas populares que se desenrolavam em cada vez mais cidades iam obrigando as autoridades municipais a tomar medidas que desagradavam às plataformas. A guerra alastrava ao terreno institucional, com as cidades a defenderem-se com base no argumento de que a disponibilidade e a acessibilidade de habitação local era uma dessas «razões imperiosas de interesse geral» que se podem sobrepor à Directiva sobre o Comércio Electrónico e à Directiva relativa aos Serviços. Durante um período de consultas, que decorreu entre Fevereiro e Setembro de 2017, a posição da Comissão foi a de que as medidas restritivas só podiam ser tomadas se houvesse um risco sério e grave e apenas depois de produção de prova. Ou seja, a CE afirmou que há limites nas opções disponíveis para as cidades, se quiserem evitar problemas com a UE. Ainda assim, o início de 2018 assistiu a uma nova vaga de regulações locais, em cidades como Frankfurt, Palma de Maiorca ou Viena.

Respeitando as insistências da AirBnB e da EHHA, rapidamente as conclusões dessas consultas, uma espécie de «manual de boas práticas», foram publicadas pela CE (Outubro de 2018), e ficou imediatamente claro que eram mais do mesmo. Continuam as grandes limitações quanto a «restrições quantitativas», continua a máxima de que as plataformas apenas se submetem às regras do Estado-membro em que estão sediadas.

A guerra está no terreno e, se, por um lado, as plataformas têm o apoio dos grandes decisores europeus, por outro, as populações não se vão deixar convencer com uma simples explicação técnica sobre directivas europeias sobre as quais nunca foram consultadas. Quando se fala em grandes decisores europeus, não se inclui apenas a CE. O próprio Parlamento Europeu já demonstrou de que lado se coloca, não representando qualquer tipo de esperança para quem está do outro. A 15 de Junho de 2017, por exemplo, os deputados europeus aprovaram, por larga maioria, uma resolução que «condena» as autoridades públicas que procurem restringir a oferta de alojamento das plataformas *online*.

Isto, claro, para além dos jogos, mais escondidos do olhar público, que se desenrolam nas instâncias europeias. Para dar um ideia, aproveitemos o *site* RevolvingDoorWatch[3], que mais não é do que uma base dados de deputados e outros funcionários que atravessaram a «porta giratória» para empregos do lado dos *lobbys* ou da indústria (por lá anda, logicamente, o nome e o percurso de Durão Barroso). Um exemplo é o de Neelie Kroes, que foi Comissária para a Competitividade (2004-2010) e depois Comissária para a Agenda Digital e Vice-Presidente da Comissão (2010-2014), altura em que chegou a fazer um *tweet* onde instava ao protesto contra a decisão da cidade de Bruxelas de banir temporariamente a Uber. Ao fim de 10 anos no topo da hierarquia da UE, quando os seus mandatos chegaram ao fim entrou para a área consultiva e decisória, por exemplo como conselheira de Políticas Públicas da mesma Uber, em Maio de 2016

A guerra tem futuro

Acima destes grandes decisores, há um outro corpo da burocracia europeia que as plataformas encararam como a frente de batalha seguinte: o TEJ. Se o apoio da CE, secundado pelo PE, é importante, a aprovação do TEJ é fundamental. Trata-se de definir se a AirBnB e semelhantes são «fornecedores de serviços da sociedade de informação» (ou seja, meros intermediários), ou se são empresas que têm uma influência directa nas transacções em que ganham dinheiro.

Em Outubro de 2014, a espanhola Elite Taxi apresentou uma queixa a um tribunal local, afirmando que a Uber Systems estava a violar a lei, uma vez que não tinha licença para operar. O tribunal decidiu enviar o caso para o TEJ. O veredicto veio ao fim de mais de três anos, em Dezembro de 2017: o tribunal definiu a Uber, neste caso, como uma empresa de táxis. Com um duplo argumento: em primeiro lugar, os condutores não podiam aceitar viagens que não fosse da *app*; em segundo, a Uber «exerce uma influência decisiva sobre as condições sob as quais o serviço é prestado». A decisão do TEJ de Dezembro de 2017 sobre a Uber fez tremer a indústria das plataformas *online*. Será que a AirBnB, por exemplo, teria de se haver com uma decisão semelhante?

Em Junho de 2018, um tribunal local enviou essa questão ao TEJ. A Athop, uma associação de hotéis franceses, tinha apresentado uma queixa, afirmando que a AirBnB não cumpria a lei que exige à indústria hoteleira uma autorização e uma garantia financeira. Em sede de julgamento, a AirBnB defendeu-se dizendo que a lei não se lhe aplicava por causa da protecção que lhe oferece a Directiva sobre o Comércio Electrónico. O caso foi, assim, enviado para o TEJ e pode constituir um precedente importante.

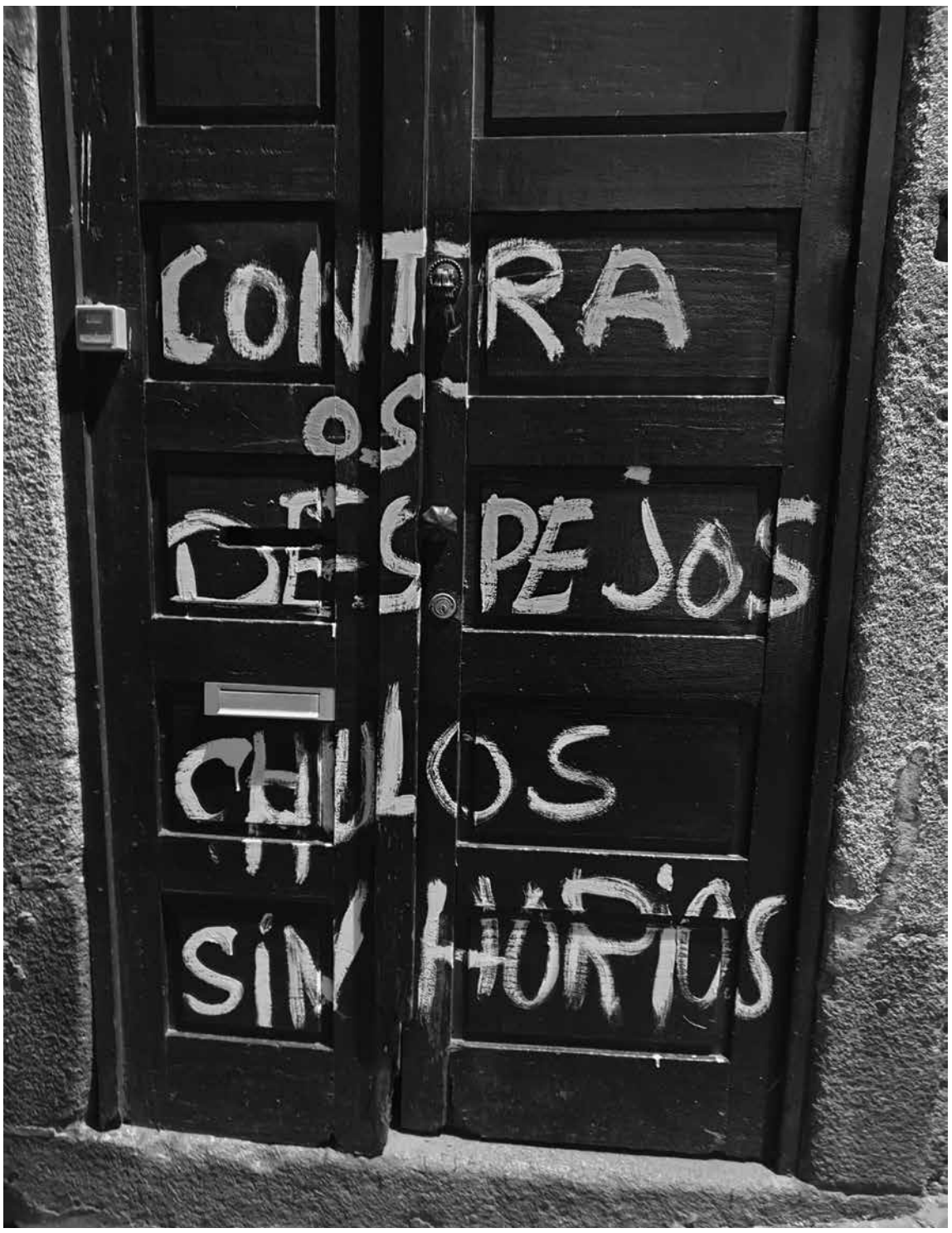
Os primeiros sinais não foram encorajadores para a Anthop. Em Abril de 2019, o Advogado Geral do TEJ, a quem compete propor ao Tribunal, com toda a independência, uma solução jurídica nas causas que lhes estão distribuídas, alinhava com a AirBnB. De acordo com a sua opinião, a AirBnB «constitui um serviço da sociedade de informação». Por outras palavras, as obrigações impostas a empresas «normais» do mesmo ramo, nomeadamente hotéis, não se aplicam à AirBnB. Na realidade, a decisão do TEJ foi exactamente nesse sentido. Notícias de Dezembro passado davam conta de que o tribunal decidiu que a AirBnB não necessitava das licenças que são obrigatórias para agentes imobiliários, uma vez que – lá está – a plataforma não é um «proprietário», mas antes um «serviço da sociedade de informação».

Esta decisão teve como base o facto de os juízes terem achado que a AirBnB não era um «auxiliar» ou um serviço acoplado a um negócio imobiliário mais abrangente. Teve também por base o facto de terem considerado que os proprietários podiam oferecer as suas casas para aluguer através doutros canais e, finalmente, foi também tido em conta que a AirBnB não definia nem limitava as rendas cobradas.

A segunda frente da batalha que se segue tem, de novo, a ver com as possibilidades que as cidades possam ter para impor restrições à expansão de alojamentos de curta duração, por «razões imperiosas de interesse geral». Até agora, como vimos, a CE tem argumentado que os «limites quantitativos» devem ser uma solução de último recurso, mas, na realidade, as fronteiras legais são fluídas e ninguém sabe onde começam e acabam. O momento da clarificação pode estar a chegar. Num *tweet* de 28 de Maio de 2019, a EHHA congratulava-se por o Conselho Europeu, em reunião sobre Competitividade, ter encorajado a CE a «clarificar melhor as regras aplicáveis aos novos modelos de negócio, incluindo os serviços de alojamento de curto prazo na UE».

As decisões sobre questões locais são sempre mais bem tomadas por quem é desse local. Passar a gestão de toda uma cidade para as mãos duma Câmara Municipal já é alienação exagerada de poder em mãos pouco controláveis. Passá-la para meia dúzia de burocratas e juristas, em Bruxelas ou Estrasburgo, é o abandono definitivo de possibilidade de uma gestão em que o povo exerça a soberania. É esta também a batalha que se trava neste momento.

As lutas populares que se desenrolavam em cada vez mais cidades iam obrigando as autoridades municipais a tomar medidas que desagradavam às plataformas



Porto, 2019 Foto: Ithmus CC

1 Directiva 2006/123/EC, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno, Artigo 4, n.º 8

2 Ibid., Artigo 5, n.º 7: «Os Estados-Membros devem notificar à Comissão quaisquer novas disposições legislativas, regulamentares e administrativas que estabeleçam requisitos previstos no n.º 6 e as respectivas razões. A Comissão comunica as disposições em causa aos outros Estados-Membros. A notificação não impede os Estados-Membros de aprovarem as disposições em questão.
No prazo de três meses a contar da recepção da notificação, a Comissão examina a compatibilidade de quaisquer novas disposições com o direito comunitário e, se for caso disso, aprova uma decisão em que solicita ao Estado-Membro em causa que se abstenha de as aprovar ou que as suprima.»

3 corporateeurope.org/en/revolvingdoorwatch

A Cervejaria Galiza e o trabalho da (auto)gestão

ZNM
BABYFACESILVA@GMAIL.COM

Em finais de 2019, um grupo de trabalhadores de hotelaria da Cervejaria Galiza, no Porto, ocupou o restaurante e assumiu a sua gestão. O JORNAL MAPA falou com António Ferreira, membro da Comissão de Trabalhadores atualmente responsável pela empresa, sobre o processo que conduziu a esta solução: o que o motivou, as alterações que produziu, as limitações que enfrenta.

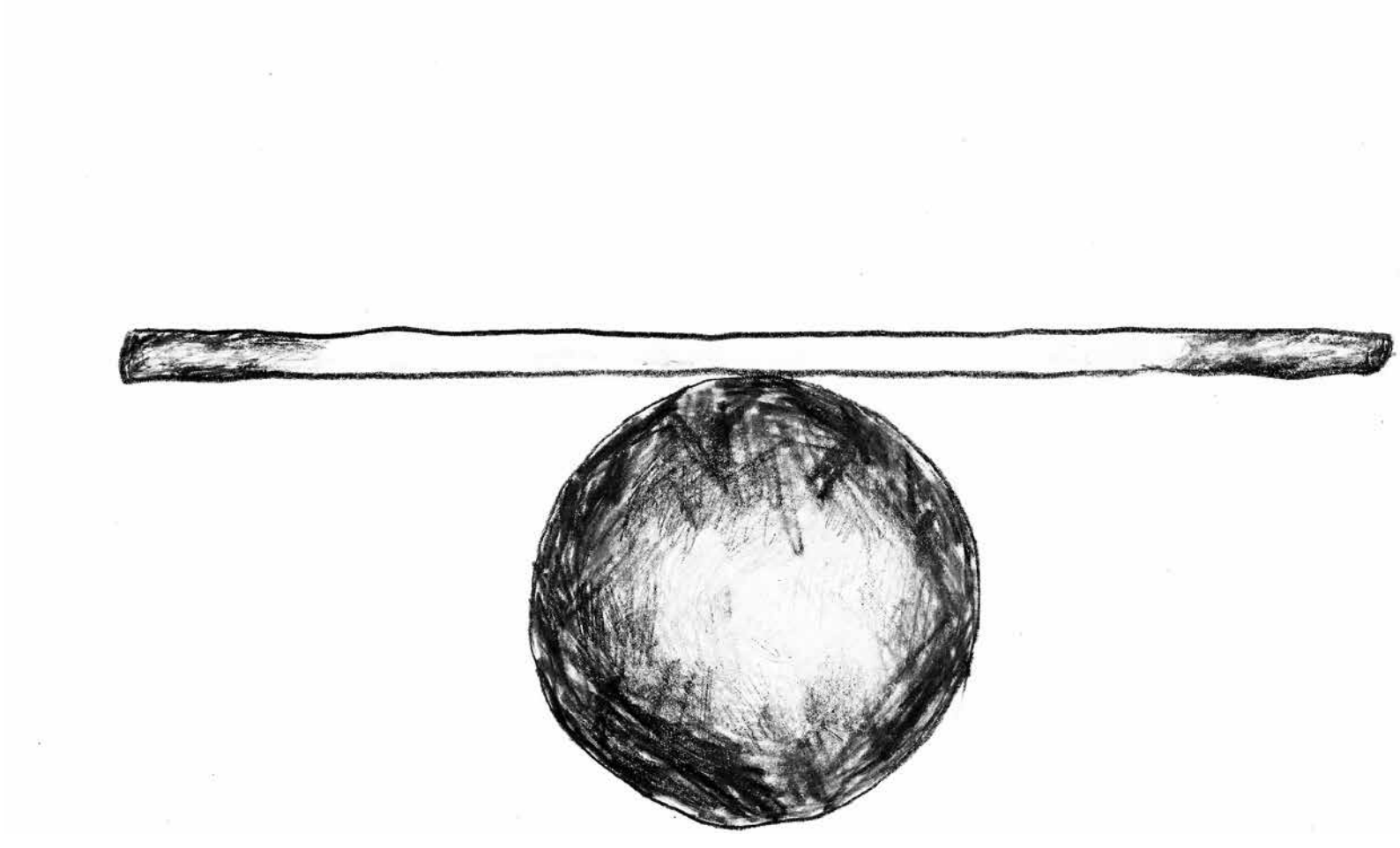
Em finais de 2019, um fenómeno raro, parte de um passado cada vez mais longínquo, aconteceu no Porto, mais propriamente na Cervejaria Galiza. Perante o cenário de encerramento da empresa, e da consequente perda de emprego dos seus trabalhadores, estes organizaram-se e assumiram a gestão do estabelecimento.

A situação remonta a 2011, altura em que, segundo António Ferreira, trabalhador da Galiza há mais de trinta anos, «viemos depois a saber de um desfalque de cerca de 2 milhões de Euros, dos quais 1 milhão e 800 mil ao Estado, portanto, Segurança Social e Finanças, e, a partir daí, passámos por um período algo conturbado». A tentativa de resolução destes problemas passou então pelo recurso a um Processo Especial de Revitalização (PER), encabeçado por um gestor. Além do pagamento do salário dos trabalhadores a prestações, este plano incluiu o fecho do estabelecimento às segundas-feiras, a alteração dos produtos, «de menor qualidade», e o aumento dos preços praticados: «Nós fomos alertando, porque víamos os clientes a fugir (não estavam habituados a esse tipo de confeção) e ele ia fazendo ouvidos moucos».

> A mobilização dos trabalhadores da Galiza (...) viria a impedir a retirada de equipamento por parte dos proprietários

Os parcos resultados alcançados, manifestos no não pagamento do subsídio de natal de 2018, levaram os trabalhadores da Galiza a organizar uma greve em inícios de novembro do ano passado. Poucos dias depois, surgiriam os primeiros sinais da tentativa de encerramento da empresa. «Fizemos greve no sábado, dia 9, e no domingo, trabalhámos normalmente. Na segunda, encerrou. Foi quando eu fiquei alerta. Entretanto, já por volta das cinco e meia da tarde, apareceu um outro colega que também não mora longe. Estivemos a falar os dois, eu disse-lhe que desconfiava, ele disse-me que também estava desconfiado e, então, começámos a revezar-nos no sentido de não estarmos aqui muito tempo. [...] Entraram sem nós darmos conta - certamente até nos estariam a ver - e, às nove, nove e dez [...] esse colega telefonou-me a dizer: "venha rápido, eles estão cá dentro e já está aqui o fogão à beira da porta e mais umas coisas"».

A mobilização dos trabalhadores da Galiza, em coordenação com o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Norte, viria a impedir a retirada de equipamento por parte dos proprietários. «Viemos todos para o local e, quando a entidade patronal percebeu que já havia gente à porta, deixaram de fazer o que estavam a fazer e tentaram sair. [...] A partir do momento em que o empregado



Catarina Santos

de escritório, que estava com a entidade patronal, meteu a mão à porta para abrir, a gente ocupou. Não deixámos sair ninguém. […] A advogada tentou que saíssemos, a gente disse que não saía. Ela tentou que a polícia nos pusesse na rua. A polícia, por sua vez, disse que, tratando-se dum problema laboral em que não tinha havido qualquer tipo de violência, ninguém tinha partido nada, não se tinha estragado nada, não podia intervir. Tinha apenas de tomar conta da ocorrência e, de resto, era um problema para nós resolvermos. Ao fim de três horas de negociação, já com o sindicato, a senhora convenceu-se que era melhor haver alguém para tomar conta da casa enquanto a situação não se resolvesse. Nós dissemos logo desde início, mal ocupámos, que íamos pôr tudo no sítio e que, na terça-feira de manhã, o restaurante ia abrir normalmente, porque nós queremos o nosso posto de trabalho e queremos trabalhar».

Foi então criada uma comissão de trabalhadores, responsável pela gestão do estabelecimento. O processo não foi fácil. Além do cansaço, derivado das noites passadas no restaurante a salvaguardar o equipamento, os trabalhadores vêem-se obrigados a assumir novas funções, essenciais a uma mínima administração da empresa, com menos pessoal, uma vez que algumas pessoas saíram da empresa.

> A autogestão enquanto resposta isolada no seio de um mercado (...) revela-se incapaz de produzir uma alteração significativa na vida dos seus trabalhadores

«Eu estou mais ligado à parte das compras e também gerir o pessoal, porque 30 pessoas não é fácil. Há cansaço, a parte psicológica começa a vir ao de cima, às vezes há incompreensões e também é preciso gerir essa parte, chamar as pessoas, falar com elas, tentar compreendê-las e isso é um muito desgastante. […] Depois tinha de me preparar para começar a trabalhar como empregado de mesa e foi um desgaste muito grande. […] Mantivemos aquilo que estava em termos de horários e em termos de funções. Os chefes de cozinha, balcão e mesas têm as funções deles, qualquer alteração tem de ser reportada a nós [comissão de trabalhadores]; não sendo nada importante nós resolvemos, sendo alguma coisa que nos ultrapasse reportamos à entidade patronal».

Uma prioridade foi concedida ao pagamento dos valores em dívida, inclusivamente aos próprios trabalhadores, um objetivo cumprido graças às centenas de pessoas que, nos dias seguintes, se dirigiram ao restaurante em solidariedade. «Logo no fim do primeiro mês, pagámos o subsídio de natal de 2018 – a solidariedade foi muito grande, a faturação quase duplicou – e o mês de Outubro na totalidade, pela primeira vez ao fim de muitos anos. O mês seguinte, a mesma coisa: o mês de Dezembro correu bem. Pagámos o mês de Dezembro, pagámos o subsídio de natal de 2019, e ainda ficámos com alguns ativos. Também entregámos dinheiro à entidade patronal: do dinheiro que ia sobrando; a gente fazia a gestão ficando com uma determinada quantia para as compras seguintes, e para aquilo que ia aparecendo, e fomos entregando em tranches o que sobrou, uma vez que era preciso pagar a advogados, era preciso pagar ao senhorio […]. Vamos agora, no dia 30, pagar o ordenado de Janeiro».

Inicialmente, o objetivo da comissão de trabalhadores apontava para a criação de uma cooperativa, «três ou quatro elementos ficarem com isto e, depois, entre todos, criamos aqui um ambiente mais familiar, entre colegas que se conhecem há muitos anos. Isso seria o ideal, mas penso que, infelizmente, é impossível […] Mesmo com uma negociação de 150 meses com a Segurança Social,que é possível fazer, nós

> Ao mesmo tempo, a ocupação e autogestão não deixam de revelar um poder dos trabalhadores, a prova real de que é possível produzir sem mandar, nem obedecer, constituindo uma tática eficaz na luta contra o desemprego

teríamos um pagamento mensal de cerca de 11.000 euros, mas depois tínhamos o problema das finanças. [...] Acaba por ser complicado, porque pedir a pessoas com 30 ou 40 anos de casa uma mudança ou outra de horário para ajustar... Nem tentámos isso, mantivemos tudo como estava, porque já bastava a pressão do dia-a-dia e estarmos a criar outro tipo de conflito só ia complicar as coisas. É pena o montante da dívida ser tão grande. Se não fosse tão grande, sermos nós a ficar com isto, se calhar, seria um caso a pensar. Sendo assim, é uma responsabilidade muito grande».

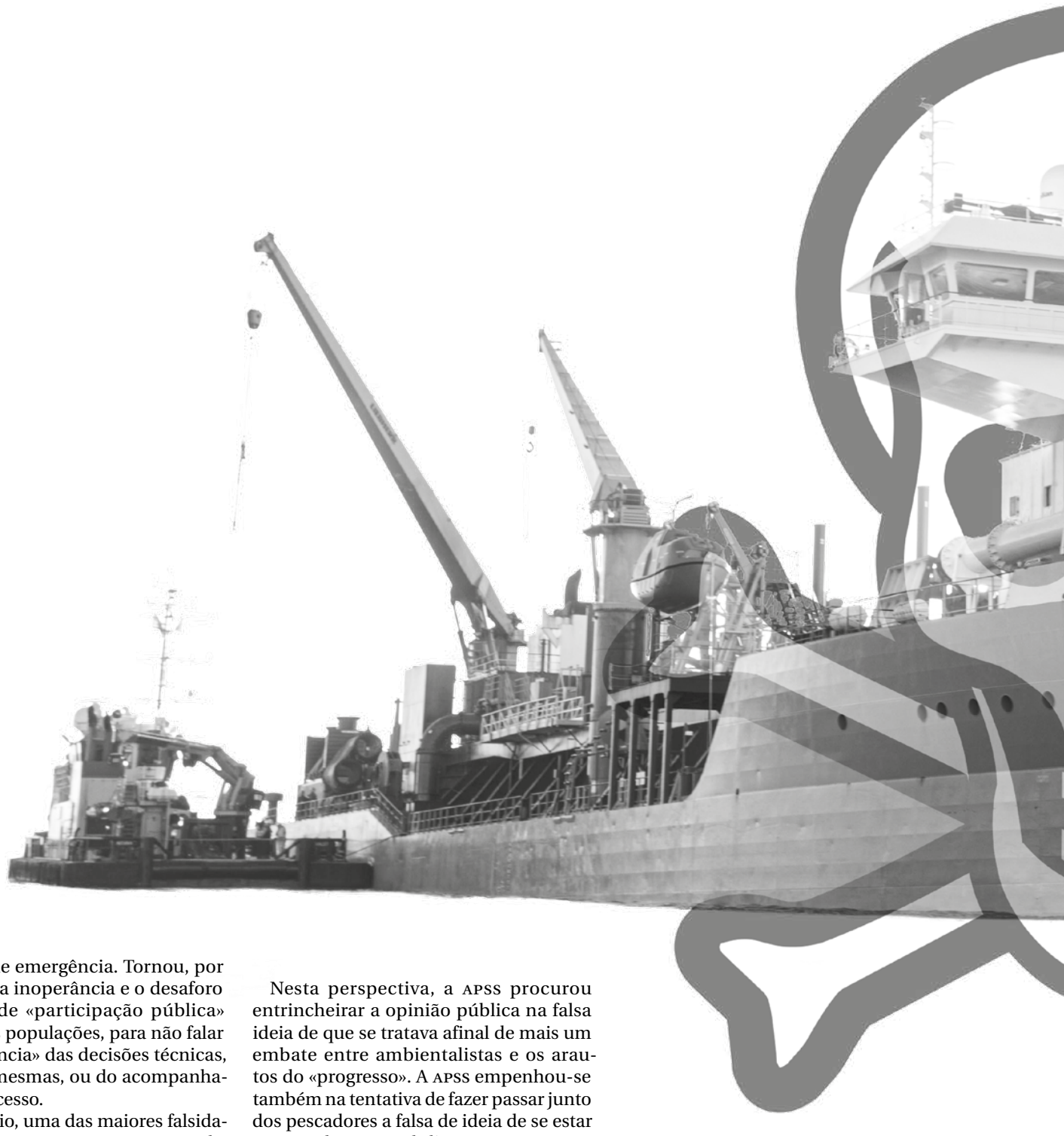
O montante em dívida conduz a que as esperanças dos trabalhadores se depositem no interesse de novos investidores, fruto do processo de mediação entre comissão de trabalhadores, sindicato, entidade patronal e Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI).

À primeira vista, as possibilidades em cima da mesa parecem ser pouco auspiciosas, dado que o cenário possível é o da revitalização do restaurante por uma nova empresa, garantindo-se desta forma a manutenção dos empregos. Porém, o próprio relato de António Ferreira não deixa de apontar os limites de uma solução que passasse por uma cooperativa gerida pelos próprios trabalhadores.

A avaliar por exemplos passados (1), a autogestão enquanto resposta isolada no seio de um mercado, com os seus devidos concorrentes e fornecedores, revela-se incapaz de produzir uma alteração significativa na vida dos seus trabalhadores, chegando mesmo a aumentar o seu trabalho. Ao mesmo tempo, a ocupação e autogestão não deixam de revelar um poder dos trabalhadores, a prova real de que é possível produzir sem mandar, nem obedecer, constituindo uma tática eficaz na luta contra o desemprego.

1 Sobre a experiência de autogestão durante os anos de 1974 e 1975 ver a obra *O Futuro era Agora: O Movimento Popular do 25 de Abril* (AAVV, 1994, Edições Dinossauro).

A Draga, os Pescad



FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Ó rio Sado de águas mansas
que pró mar vais a correr,
não leves minhas esperanças
sem esperanças não sei viver

"Rio Azul", **Mário Regalado**

Quando na noite do dia 12 de Dezembro se dá o atribulado início das dragagens do projecto de acessibilidades do porto de Setúbal, a Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS) e o Estado Português, com a anuência silenciosa da autarquia, cimentaram, perante as gerações presentes e futuras, a sua responsabilidade num crime ambiental em marcha sobre o estuário do Sado. Ouvindo o mítico músico setubalense Mário Regalado, hoje é a turbulência da draga que leva as esperanças de um futuro, condenando a sustentabilidade ambiental e comprometendo a histórica relação dos setubalenses com o seu Mar.

Se alguma coisa este processo tornou evidente foi a redução da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) ao papel legitimador de qualquer projecto com significativos impactes ambientais quando assim determinado pelo poder económico e político. Os Estudos de Impacte Ambientais (EIA) caucionam – mesmo quando eivados de profundas contradições e lacunas, como é o caso – uma decisão técnica «favorável condicionada» onde a política se refugia em estudos e numerologias convenientes e omite as verdades inconvenientes, não muito distante do exercício manobrador da comunicação em tempos de *fake news* e do discurso «negacionista» perante as situações de emergência. Tornou, por fim, evidente a inoperância e o desaforo em apelidar de «participação pública» a consulta das populações, para não falar da «transparência» das decisões técnicas, do acesso às mesmas, ou do acompanhamento do processo.

Nesse cenário, uma das maiores falsidades que importava acentuar por parte da APSS era essa ideia preconcebida que reduz as preocupações com a perda da biodiversidade a franjas activistas de ambientalistas e da academia. A consolidação dessa falsidade tornou-se um requisito essencial ao discurso que dita o «progresso» a índices de crescimento económico, mesmo que hipotéticos.

As autoridades têm recusado revelar o Estudo de Viabilidade Económica e Financeira elaborado pela francesa EGIS em 2016, mas o Jornal Público teve acesso ao mesmo e revelou que ignora os impactes sobre a economia local. Em 2018, denotando uma estrita visão financeira, reinventada à exaustão como justificação para qualquer investida suicidária sobre o ambiente, o Partido Comunista Português, à frente da autarquia, considerou, em defesa do projecto da APSS, que o EIA «identifica e acolhe, do parecer emitido pela Câmara Municipal de Setúbal, mas não só, um conjunto de riscos, bem como as medidas para os minimizar, assegurando a monitorização ao longo e após o desenvolvimento dos trabalhos.»

Nesta perspectiva, a APSS procurou entrincheirar a opinião pública na falsa ideia de que se tratava afinal de mais um embate entre ambientalistas e os arautos do «progresso». A APSS empenhou-se também na tentativa de fazer passar junto dos pescadores a falsa de ideia de se estar perante dragagens de limpeza. Mas as gentes do mar e do rio, cientes de que em nada podiam ser comparadas às habituais dragagens do Sado, começaram logo numa fase inicial por reagir às dragagens. É preciso ter em conta que mesmo o volume autorizado de 6 337 643 m3 em duas fases previstas equivale a 30 anos de dragagens de manutenção.

A reacção em força dos pescadores surgiu, por fim, perante a localização escolhida para a deposição dos dragados na Restinga de Tróia: um impacte negativo nas pradarias marinhas, na maternidade das espécies, na sua pesca. Um alerta feito em uníssono com os ambientalistas.

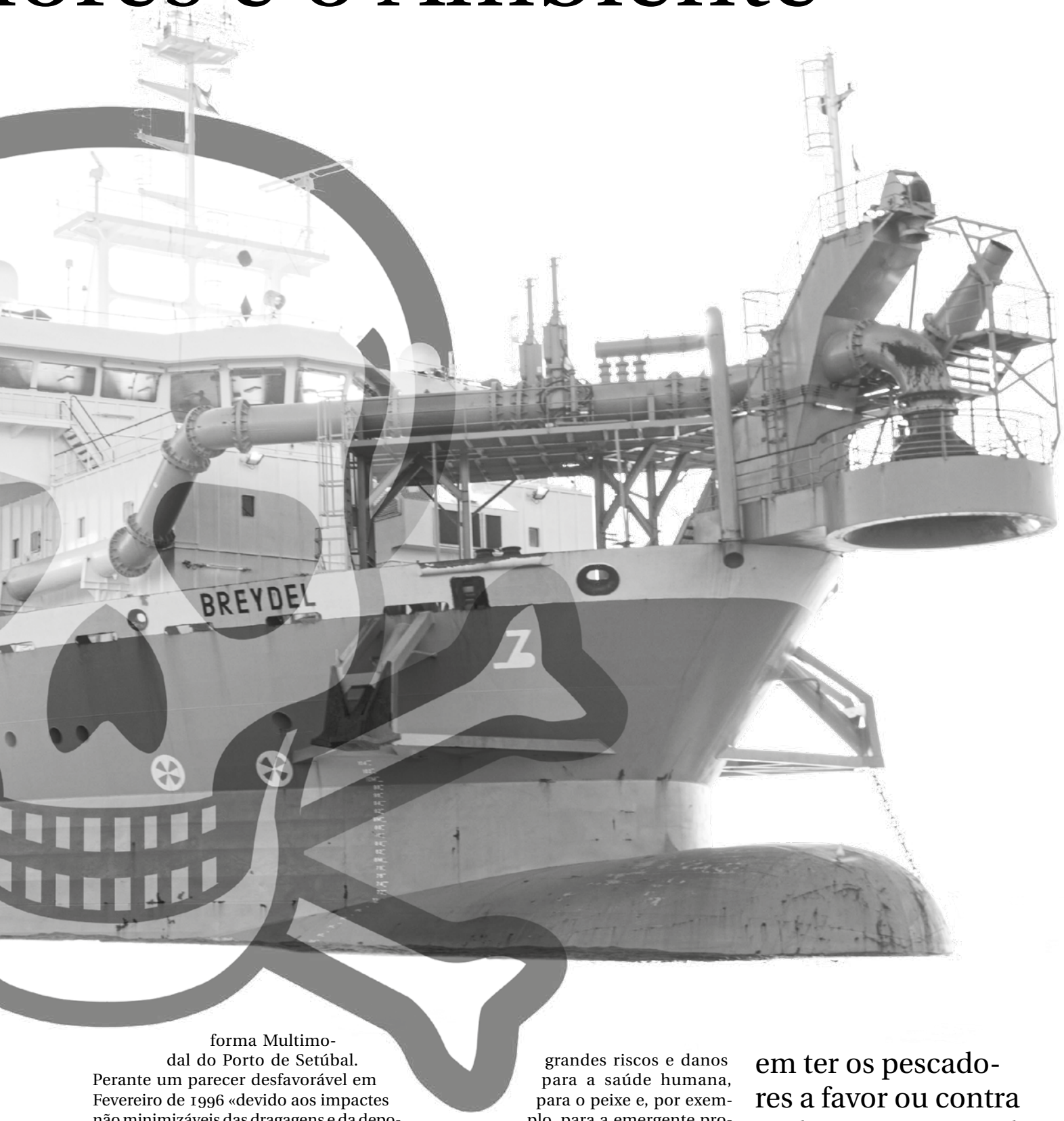
Se a APSS sempre assumira avançar sem pudor sobre as mais sólidas demonstrações científicas dos impactes, a partir desse momento o processo de legitimação social das dragagens não poderia fazer tábua rasa da inquietação gerada no sector da pesca. Não se podia deixar que em Setúbal as dragagens fossem entendidas como uma acção contra a população e em particular contra os trabalhadores do mar, símbolos eleitos desta «terra de peixe». E menos ainda permitir que o conflito proporcionasse um lugar de encontro entre ambientalistas e pescadores.

A APSS tinha excluído as associações de pescadores durante o processo de consulta pública (Maio 2017), mas depois, a partir do momento em que os protestos ganham eco, abre mão às associações e inicia um processo negocial centrado na localização dos dragados na Restinga. A mesma APSS que tem nas mãos o dia-a-dia dos pescadores. Em última instância, em ter os pescadores a favor ou contra as dragagens no Sado parecia residir a cartada final deste atribulado conflito ambiental.

25 ANOS DEPOIS: A MESMA TRAGÉDIA

Na memória da APSS estava a oposição que o projecto merecera por parte da comunidade sadina nos anos 1990, quando todo este processo teve início. Entre 1996 e 1999, não foi possível concretizar as dragagens dos canais de acesso (Canal da Barra e Canal Norte) e da Bacia de Rotação, relacionadas com o projecto do Terminal e da Plata-

lores e o Ambiente



forma Multimodal do Porto de Setúbal. Perante um parecer desfavorável em Fevereiro de 1996 «devido aos impactes não minimizáveis das dragagens e da deposição dos dragados», as obras ficaram apenas em terra, com a ampliação do cais. Em Março desse ano noticiava o jornal Setubalense que «depois de enorme polémica gerada à volta do projecto de um novo terminal de contentores no porto de Setúbal, com as posições de ambientalistas, políticos, agentes económicos e grupos de cidadãos a não convergirem, o Ministério do Ambiente "chumbou" agora aquele projecto. Falaram mais alto as consequências advindas das dragagens e dos aterros previstos no estuário». Em 1990 o projecto acabou por obter um parecer favorável, mas condicionado à «não alteração das cotas actuais do canal da Barra e do Canal Norte», acrescentando que «se, por motivos de carácter excepcional, houver lugar a dragagens suplementares às previstas», as mesmas deveriam ser sujeitas a novo processo de AIA. E 20 anos mais tarde põe em marcha o actual projecto das dragagens.

Como o Jornal MAPA relatou há um ano atrás, a dimensão das dragagens em curso significam, entre outros impactes, a intervenção em sedimentos contaminados (com metais pesados, pesticidas, etc.), com grandes riscos e danos para a saúde humana, para o peixe e, por exemplo, para a emergente produção de ostras, actualmente periclitante perante os processos de contaminação que o rio já revela e que as dragagens, conduzidas pela Mota Engil, deverão vir a acentuar.

Sobre os impactes na pesca, as declarações iniciais de uma das cooperativas de Pesca (Sesibal), subscritas também pela cooperativa Artesanal Pesca de Sesimbra, mereceram a concordância de colectivos como o sos Sado. Salientavam a «gravidade e consequências que irão ocorrer, em prejuízo da Comunidade dos Pescadores e sua atividade económica» perante o «lançamento dos dragados na localização constante na Zona Deltaica, Ponta do Camalhão até quase à barra de Setúbal», levando ao desaparecimento da «biodiversidade existente no local, ao receber milhões de metros cúbicos de areia, e lamas que poderá misturar do grau 3, com contaminação». Acresciam ainda as dúvidas quanto à «segurança na passagem de pequenos barcos profissionais que passam dentro da restinga». A ser colocado o volume de sedimentos proposto, tal obrigará muitos barcos a ter que ir à barra quando querem navegar para sul,

> em ter os pescadores a favor ou contra as dragagens no Sado parecia residir a carta da final deste atribulado conflito ambiental

o que pode ser perigoso pois é o canal onde entram os grandes navios.

A VOZ QUE VEIO DA RESTINGA

Apesar desta partilha das preocupações dos pescadores com os grupos de oposição às dragagens, a sua aproximação não foi um dado inteiramente adquirido. Isto deve-se em parte a uma dificuldade mútua que decorre das formas de abordagem, como é desenvolvido na entrevista nesta edição do Jornal MAPA com a antropóloga Vanessa Amorim, que comentava como «as associações sentiram que a imagem dos pescadores estava a ser apropriada por uma luta sobre a qual eles não se sentiam ainda parte, o que fez crispar relações e uma situação de impasse». Mas a falta de aproximação é fruto essencialmente da relação dos pescadores com a APSS. Uma relação por vezes muito crispada, até porque o poder administrativo do Porto de Setúbal impõe uma postura de algum receio e medo na abordagem de um pescador ou de uma associação de pescadores.

São actualmente três as associações de pesca em Setúbal. Duas delas sob a forma de cooperativa: a Sesibal, que representa em Setúbal uma embarcação de cerco de sardinha, a Bivalmar, que representa 21 barcos licenciados para a pesca com ganchorra de bivalves e 150 pescadores; e a Setúbal Pesca que, sem ser uma organização de produtores, representa os armadores da pequena pesca local e costeira em Setúbal, Gâmbia e Carrasqueira: praticamente todos os pescadores da pesca artesanal (cerca de 80% dos barcos de Setúbal).

A sos Sado adiantou-nos que manteve «uma relação de apoio e constante esclarecimento, de parte a parte» com a Sesibal. «Entendemos, para as restantes duas, que a relação de dependência e de desigual poder que mantêm quotidianamente com a APSS limita e condiciona novas dinâmicas com quem não é "dono e senhor" do seu ganha-pão». Como comentava a sos Sado, «a APSS não teve em consideração os alertas graves que a Comissão de Avaliação

DRAGAGENS NO SADO

Protestos contra as dragagens em Setúbal e no edifício da APSS (Fotos: Outros Ângulos)

do projecto fez a um dos seus componentes mais preocupantes – a imersão dos dragados na Restinga (zona de maternidade do estuário)». Só depois é que partiu para o diálogo «em reuniões de última hora, quando o projecto é apresentado como algo que vai definitivamente acontecer. A partir deste momento, não estranhamos, embora lamentemos, que a comunidade piscatória pretenda apenas minimizar os seus efeitos, entrando em acordos que não os beneficiarão, futuramente, e seguramente. O que este processo nos mostrou foram várias situações de absoluto desrespeito para com a comunidade piscatória, em diferentes momentos deste último ano e meio, mas este não é, infelizmente, um factor novo. É prática da APSS neste território.»

As associações de pesca em Setúbal, pese algumas divergências, mantiveram uma posição alinhada de negociação com a APSS em torno da Restinga, a espinha dorsal da comunidade piscatória de Setúbal. A questão tão pouco era nova, uma vez que as associações de pescadores têm vindo sempre a opor-se aos Títulos de Utilização Privativa do Espaço Marítimo Nacional (TUPEM) atribuídos pela Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) à imersão de resíduos e dragados na Base do delta do estuário do Sado. O título agora atribuído à APSS soma-se ao TUPEM da Cimpor, em vigor até 2021.

> o poder administrativo do Porto de Setúbal impõe uma postura de algum receio e medo na abordagem de um pescador ou de uma associação de pescadores

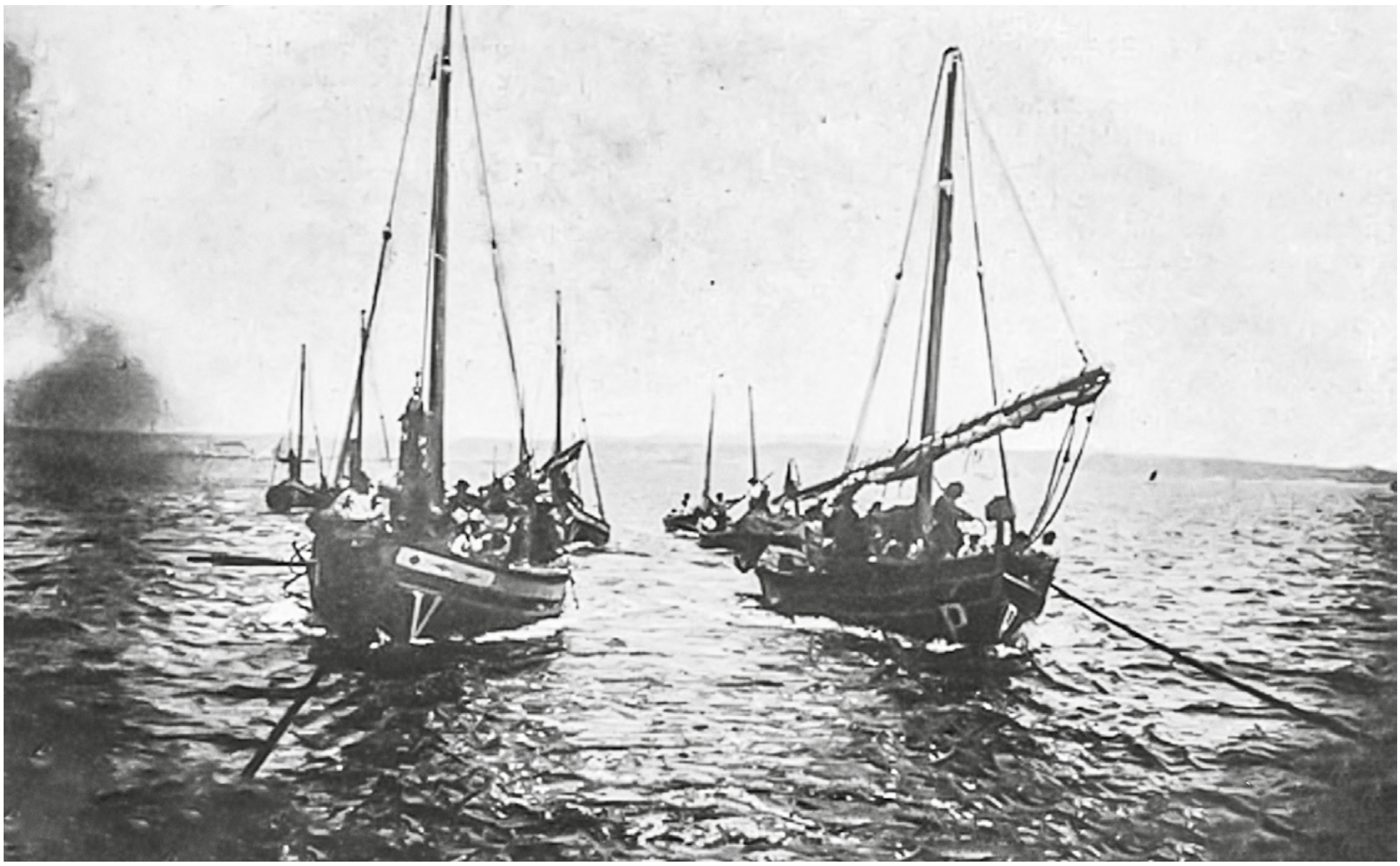
O natural enfoque na maternidade da Restinga, que não exclui as posições claramente assumidas de alguns pescadores contra o processo das dragagens no seu todo, reflectiu maioritariamente uma postura da inevitabilidade e de «não comprar guerras» com a APSS para lá da negociação dos locais de depósito dos dragados. E esse processo foi decisivo para o avanço da obra.

Dos encontros reservados promovidos pela APSS e pela DGRM com as associações de pescadores Bivalmar e Setúbal Pescas resultou a apresentação de uma nova proposta de deposição de dragados à APA – que na hora seguinte desbloqueou a suspensão judicial que pendia sobre os trabalhos. Aprovada em tempo recorde, a proposta contém alterações significativas que não constam do projecto, dois anos depois de ter sido submetido a consulta pública. Para lá da novidade da alimentação artificial da praia de Albarquel/Comenda, antes recusada pelo ICNF, a área da Restinga não foi abandonada, tendo apenas nela sido desenhado um novo polígono dentro do TUPEM «que ocupa cerca de 25% da área prevista inicialmente, e onde já foram feitas várias operações de deposição», como referiu a SOS Sado em finais de Janeiro.

Um último local previsto para as dragagens corresponde ao TUPEM 7/2018, anteriormente solicitado pela APSS como «destino de dragados de Classe 3 de contaminação, precisamente por se encontrar fora da deriva litoral – ou seja, o sedimento depositado no local não é trazido de volta para a costa pelas correntes da barra do estuário», uma vez que o EIA reconhecia pelo menos três pontos com contaminação de Classe 3 na zona do Canal Norte. E é aqui que a APSS dá o dito por não dito, vindo agora a refutar as contaminações assinaladas no EIA. Um volte de face de última hora apresentado ao Tribunal de Almada, no âmbito da providência cautelar da SOS Sado, e com base num novo estudo onde «afinal todo o sedimento a dragar será de Classe 1 [dragado limpo], com alguns pontos de Classe 2 [contaminação vestigiária]».

Como refere a SOS Sado, «esta alteração fundamental ao projecto – feita à 25ª hora de um processo que APA e APSS insistem ter sido feito com o máximo rigor, a pedido de entidades (as associações de pescadores) que a autoridade ambiental não quis ouvir atempadamente, por motivos de perda de biodiversidade que se replicam em todo o perímetro da intervenção mas são ignorados – é reveladora da displicência e até soberba como todo o processo de avaliação desta obra tem decorrido.» No Sado, a luta contra a draga continua.

O cerco libertário dos pescadores em defesa do Sado



Os buques com as suas companhas a caminho da pesca, ao largo de Setúbal em 1910 (Ilustração Portuguesa, 2ª série nº 229, Hemeroteca Digital da CML).

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Há 100 anos atrás, na afamada «cidade anarquista» de Setúbal, os pescadores clamavam pela defesa do Sado contra os novos vapores de arrasto que «devastam os fundos, destruindo a criação». Organizaram-se numa pujante Associação de Classe que, nas ruas, fez tremer o poder republicano e os industriais das numerosas fábricas conserveiras que abriram o caminho à industrialização e proletarização da cidade.

O cruzamento da história das lutas dos pescadores com a vertente ambiental foi sublinhado por Paulo Guimarães, docente na Universidade de Évora. Na sua investigação sobre os movimentos sociais, os conflitos e a justiça ambiental, assinalou, na agitação operária e anarquista da cidade sadina conhecida nas primeiras décadas do século XX como a «Barcelona portuguesa», uma consciência social que imprimira às lutas de classe e laborais uma capacidade de análise bem mais vasta: já então os trabalhadores do mar estavam cientes dos custos dos avanços técnicos da pesca e da sobreexploração dos recursos marinhos.

Na segunda metade do século XIX, Setúbal tornara-se um dos principais portos de pesca portugueses para, nas palavras do jovem historiador Diogo Ferreira, abandonar «a inerente complementaridade deste centro piscatório ao mundo rural» ao transformar-se numa cidade industrial e operária, subsidiária porém de um único sector assente em dezenas de fábricas de conservas de peixe. No inquérito às Associações de Trabalhadores, no Boletim do Trabalho Industrial de 1909-10, os marítimos de Setúbal, quando questionados sobre «as transformações mecânicas, ou outras», apontavam a pesca de arrasto como o factor chave da modificação das condições de produção. Tratava-se afinal de um ponto de viragem para uma orientação na pesca que não mais se alterou e que é hoje associada negativamente pela ecologia política a uma deriva extractivista. Um conflito ambiental, com a industrialização dos mares, que foi desde o seu início perceptível pelas comunidades piscatórias.

O crescimento piscatório pela demanda conserveira – responsável pela migração interna que fez crescer Setúbal – transformou os modos de vida até aí tradicionais do estuário do Sado. O Estado, como refere Paulo Guimarães em recente artigo, animara-se pela carga fiscal sobre o pescado, favorecendo «um regime de concessões que ameaçava as artes de xávega, os pequenos pescadores independentes e os armadores mais antigos». Inicialmente e em reacção «os armadores de Setúbal defenderam então, como medida protectora das indústrias de pesca à valenciana [sistema de armação fixa de pesca] "a manutenção da proibição das redes de arrasto, denominadas 'Bugigangas' ou, pelo menos, limitar-lhes uma área ou época de exercício"». Mas com a implementação da República, conforme relata no seu doutoramento Joana Dias Pereira, investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, o governo provisório decretará logo o seu apoio à pesca de arrasto, contra a posição manifestada por uma comissão de pescadores de Sesimbra, Setúbal, Seixal, Barreiro e alguns delegados do Norte, reclamando «contra os "capitalistas" que querem aumentar os vapores de arrasto, lançando na miséria milhares de pescadores das artes de pesca menos intensivas». Logo em dezembro de 1910 tem lugar «a greve dos marítimos de

Francisco Rodrigues Franco, gerente de uma sociedade cooperativa de pesca de cerco, com embarcação de nome «Libertário»; Sabina Lopes Condeça foi sua mulher, operária das fábricas de conservas, presa em 1916 por distribuir propaganda contra a participação de Portugal na guerra. Foto: Projecto MOSCA

Setúbal» considerando que «a República pôs-se já do lado dos capitalistas e contra os trabalhadores».

Durante a década de 1910, a cidade de Setúbal vive em águas agitadas, em terra com o operariado conserveiro e no mar com os marítimos. A implementação na sociedade portuguesa da condição de vida industrial debatia-se mais do que nunca num cenário entre forças e projectos sociais opostos. É nesse quadro que numa fase inicial se poderá esboçar uma pioneira percepção na defesa de justiça ambiental pelos pescadores, que resulta da reacção ao novo mundo industrial que se lhes impunha e às novas condições sociais de que a partir de então como parceiros do operariado faziam parte.

No Sado, entre esse antes e depois, os pescadores de Setúbal alertam para as consequências imediatas da pesca de arrasto: a sobreexploração dos recursos marinhos. Paulo Guimarães relatou mesmo como «através da sua associação de classe, foram capazes de a conter, durante um curto espaço de tempo. A 8 de Dezembro de 1910, os pescadores de mar iniciam uma greve protestando contra a liberdade de pesca concedida pelo governo aos vapores com redes de arrasto, os quais salientam "devastam os fundos, destruindo a criação"». A cidade agitava-se com os comícios da Associação dos Trabalhadores do Mar, levando a autoridade portuária a perseguir, multar e mandar prender pescadores sob qualquer pretexto.

Na verdade esta reacção violenta à modernização tecnológica tivera início pelo menos desde o início do século nas comunidades piscatórias em diversos lugares, conforme relata Joana Dias Pereira: «os pescadores, considerando que a pesca a vapor revolvia os fundos e destruía os pastos e toda a criação, destruíam galeões e cercos americanos». «Segundo três armadores de cercos americanos "na noite de 21 de Agosto de 1901, estando a pescar na costa de Caparica, o cerco americano Gazella foi atacado por gente armada daquela costa, que apoderando-se da rede, do galeão e dos dois buques, tudo arrastaram para a praia e queimaram no meio de um gáudio selvagem"».

Nesses alvores do século XX, os armadores adaptavam-se à nova situação do mercado conserveiro com o apoio das autoridades e dos industriais. Por sua vez os trabalhadores, sem prejuízo de acções de destruição e sabotagem de máquinas, irão como refere Joana Dias Pereira, «perante a inexorável perda de controlo sob o processo produtivo» começar «a investir no controlo sobre o mercado de trabalho, elaborando regulamentos segundo os quais as associações de classe geririam as colocações laborais», como foi exemplo a greve dos pescadores de Setúbal e Sesimbra logo em janeiro de 1900 contra os armadores que não cumpriam o regulamento.

Assim quando se implanta a República as associações de classe sindicalistas revolucionárias e de pescadores de Setúbal passarão a assumir um maior controlo, procurando um freio possível à voracidade dos recursos, mas visando sobretudo ganhar o controlo do processo produtivo pelos próprios trabalhadores, a sua principal motivação. Por um lado, como refere Diogo Ferreira «as redes de solidariedade, provenientes de uma das mais poderosas e influentes associações de classe como a dos Trabalhadores do Mar, permitiam que estes homens lutassem abertamente contra o progresso tecnológico no seu meio, limitando a utilização de vapores uma vez que empregavam menos pescadores». Paulo Guimarães refere por sua vez, como em Março de 1916 a associação «solicitou ao governo que os pescadores, através dela, pudessem comprar cercos americanos quando fossem postos à venda, proibindo-se a sua venda a qualquer entidade estranha ao concelho. Através dos vários cercos que a associação controlava, os pescadores conseguiam indirectamente controlar o peixe que chegava às fábricas». E sobretudo, citando desta vez Joana Dias Pereira «as suas greves, em defesa de interesses próprios ou em solidariedades para com outros camaradas, determinava a paralisação de toda a cidade, dependente da sardinha que traziam do mar».

> (...) uma pioneira percepção na defesa de justiça ambiental pelos pescadores, que resulta da reacção ao novo mundo industrial.

Os pescadores desenvolvem, como recorda o historiador Álvaro Arranja, as «Companhas Livres» ou o «Cerco Libertário» que «vendia o produto do trabalho colectivo dos pescadores e distribuía, por quinzena, a cada homem uma parte igual em dinheiro, independentemente da função que cada um desempenhava». Para uma melhor fotografia desses tempos são citadas por Paulo Guimarães as impressões do jornalista Adelino Mendes (1878-1963) na sua visita em 1916 à «que designa simpaticamente como "a cidade dos anarquistas", [onde] o poder dos marítimos encontrava-se no seu zénite. Com os salários elevados e, principalmente, com as percentagens gordas sobre o pescado, que os próprios pescadores comercializavam, as margens de lucro dos armadores tinham ficado cada vez mais reduzidas. A economia social parecia então ser a evolução normal, quando eles detinham já mais de uma vintena de cercos de pesca em cooperativas de produção. Ora, o comportamento dos pescadores era de contenção nas capturas quando o preço do peixe estava em baixa, uma prática que não impedia os lucros industriais numa conjuntura em que a lata atingia valores excepcionais.» Pouco tempo depois dá-se o *boom* na procura das latas de conserva para alimento das tropas nas trincheiras da 1ª Grande Guerra. Segundo Diogo Ferreira «durante este período estiveram, em média, 3550 pescadores em laboração, aproximadamente mais 1500 do que estavam a trabalhar em 1910, atingindo o pescado valores exorbitantes».

À oposição dos vapores de arrasto, outro alvo pelos pescadores à data entrevistados por Adelino Mendes eram as traineiras que utilizavam a pesca a dinamite, um meio mais barato do que a pesca por arte de cerco. «Com esta técnica facilmente se enchia um barco de peixe mas destruía-se "quatro ou cinco vezes mais do que aquele que se aproveita"». Uma vez que em Setúbal e em Sesimbra não entravam traineiras, as de Sines eram acusadas de «destruir os bancos de pesca da Galé, zona antiga de pesca da sardinha dos marítimos da cidade.» Os pescadores não se faziam rogados ou receosos na sua luta, como demonstra a análise de Paulo Guimarães: «o uso da sabotagem era uma arma temível. A imprensa local relatava que, em Novembro de 1919, na sequência de graves acontecimentos que envolveram os marítimos, tinham sido apreendidas cem navalhas.»

Nos primeiros anos da década de 1920, os cercos encontram-se em greve contra o patronato industrial por causa dos preços, mas o controlo acaba por ser restabelecido e ganho pelos industriais a partir de 1922. Os cercos a vapor substituíram os últimos cercos à vela e «a crise na indústria conserveira no pós-guerra foi acompanhada pelo aumento do impulso extractivista», apesar de reconhecidos problemas ambientais e da sobrepesca (em 1924 uma lei proibia a pesca com «dinamite, carboneto de cálcio ou qualquer substância nociva»). No cenário pós-guerra, como diz Paulo Guimarães, a pesca predatória reflectia definitivamente «o problema da subordinação da pesca aos interesses industriais». Para as indústrias conserveiras «subsistia o problema do "abastecimento do peixe e do seu preço" (menos de 10 por cento era destinado ao consumo nacional)» pelo que «a indústria respondeu às dificuldades comerciais aumentando a procura de peixe, impondo preços mais baixos e diminuindo os custos salariais através da racionalização e de inovação técnica». O caminho e o uso dado à modernização do sector davam razão aos receios antes expressados pelos pescadores: social e ecologicamente.

> A economia social parecia então ser a evolução normal, quando eles detinham já mais de uma vintena de cercos de pesca em cooperativas de produção.

A descrição de Setúbal na Ilustração Portuguesa de 1910, mencionada por Diogo Ferreira, é reveladora: «Tudo lá vive da sardinha. Os seus risos e as suas mágoas estão suspensas dessa personalidade». E suspensa estava a vida de Setúbal da pesca de sardinha, que como assinala o historiador «dependia de uma panóplia de factores ligados ao equilíbrio do ecossistema e à preservação da espécie ou à capacidade e técnicas piscatórias reveladas.» Por essa razão Paulo Guimarães acentuou que a modernização industrial da pesca se fez acompanhar de um processo conflitual no qual «a sustentabilidade dos recursos marinhos constituiu uma preocupação para armadores e pescadores durante todo este período». Esse é um período que o docente da Universidade de Évora caracteriza de «crescimento empobrecedor» sem qualquer contrariedade no uso dessa adjectivação.

Entre o Sustento e a Sustentabilidade

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT
M. LIMA
M.LIMA@JORNALMAPA.PT

Foto: Vanessa Amorim

Vanessa Amorim, antropóloga do Centro em Rede de Investigação em Antropologia, tem o olhar posto sobre a comunidade piscatória setubalense, numa investigação que prossegue em doutoramento, intitulada «Safar a vida: incerteza, informalidade e crise nas comunidades piscatórias de Setúbal e Olhão». Mas, muito antes da academia, Vanessa faz questão de acentuar que, vivendo num bairro de pescadores da cidade sadina, também se sente parte do objecto de estudo. Por isso, a conversa que se segue não tem traçada uma linha que separa a análise das ciências sociais das vivências de quem cresceu toda a sua vida com homens e mulheres a falar de pesca. Na atual luta contra as dragagens, enfrentou com algum custo os impasses dos pescadores, posição que porém entende e sobre a qual falámos. Vanessa recusa o pessimismo e a condenação folclórica desse modo de vida e indigna-se com os estereótipos colados a uma comunidade feita de resistências.

Jornal MAPA: Perante um desencontro que existe entre ambientalistas e pescadores, que entendimento de ambiente tem hoje o pescador?

Vanessa Amorim: A questão deles é antes de mais muito prática: primeiro está o seu sustento e o seu modo de vida. É o normal. Uma coisa que vários pescadores me apontaram é que nos discursos de vários ambientalistas em Setúbal, quando se fala dos impactes das dragagens do Sado, colocam os golfinhos e os pescadores lado a lado... Compreendo porque é que as pessoas o dizem, mas isso para os pescadores é uma ofensa também. Nas associações disseram-me o mesmo: «toda a gente se preocupa com o golfinho, mas não se preocupam com a espécie rara que é o pescador, só quando de repente é preciso ajuda para alguma reivindicação». E isso gerou crispação, [que existe] antes até destas dragagens, como tenho vindo a observar numa discussão que mantenho com vários pescadores sobre a forma como vêem o estuário e o rio ao longo dos anos. Claramente sentem que foram, e estão a ser, alvo de uma perseguição relativamente às suas acções sobre o ambiente. Como se os pescadores, em geral, fossem os culpados últimos pelo estado do mar. Sentem que isso é profundamente injusto, sobretudo se tivermos em conta que em Portugal a pesca que se pratica, mesmo a pesca de cerco, é de pequena escala quando comparada com a do resto da União Europeia. Uma pesca que, embora tenha o seu impacte ambiental, não tem o impacte ambiental dos navios fábrica.

Em Portugal temos uma estratégia política para a pesca que não é enquanto atividade económica. Uma reprodução da política comum da pesca, que é gerir recursos e minimizar o impacte da pesca no ambiente. E por isso existem tantas entidades em Portugal que podem fiscalizar e multar a atividade. O que os pescadores costumam argumentar é que «nós, que de facto lançamos um maço de tabaco para o mar, ou às vezes vamos pescar no parque marinho Luís Saldanha, nós é que temos muito impacto, mas depois, a cada quinze dias ou todos os meses, temos a muralha da frente ribeirinha verde das algas, de repente castanha, de um dia para o outro. Porque há uma descarga. A nós multam-nos logo, mas continua a haver descargas. Dizem que as indústrias até estão a fazer um esforço, mas que multas é que elas levam?». Ou seja, eles estão sempre a colocar em perspectiva, têm consciência do seu impacto e por isso dizem que «se tiver de pescar com uma arte proibida, ou num sítio proibido, porque preciso de comer, vou fazê-lo». Eles têm uma noção de ambiente e de preservação diferente e que pode não ser tão estrita, mas preocupam-se.

Mas perdura um sentimento de perseguição...

Aqui a questão tem muito a ver com a forma como a pesca foi sendo tratada pelo Estado ao longo do tempo... Desde o Marquês de Pombal, que mandava incendiar aldeias de pescadores porque eram sempre vistas como focos de potencial rebelião e porque as comunidades piscatórias desde sempre acolhiam pessoas que eram também consideradas marginais da sociedade, etc. Isso não é por acaso, tem a ver com uma certa resistência que sempre tiveram face à regulação e ao Estado. A meu ver, essa forma de resistir resulta dessa mão muito reguladora do Estado na pesca. Numa saída de mar podes ter logo três ou quatro fiscalizações, que é uma coisa muito absurda. Mas depois existem este tipo de impactes, que qualquer setubalense vê, e sentem que existem dois pesos e duas medidas. «Nós é que somos os feios, porcos e maus».

E há depois a relação com os grupos ambientalistas.

É a forma da abordagem. Eu já observei, em diversas situações, que a abordagem é de facto de fiscalizadores, higienistas

> Não se pode exigir uma forma de cobrança, que de repente estejam na frente de qualquer luta ambiental, quando existem outros problemas estruturais da pesca.

quase. Ilustrativo foi o que se passou nas acções de sensibilização e limpeza durante a festa da Nossa Senhora do Rosário em Troia. Há quatro anos, estou na Caldeira de Tróia, eu e todas as outras famílias, e começo a ver uma nuvem branca de pessoas. Naquele ano não eram só as t-shirts (e por isso é que deu barraca e nos anos seguintes não o fizeram), estavam com luvas, com máscaras e alguns com batas... Parecia assim uma coisa de estarmos contaminados: a acampar e a beber na praia, a cagar e a mijar, que na realidade é o que fazemos, somos os feios, porcos e maus, e eles, coitadinhos, têm de ir todos protegidos. As pessoas estavam a acampar num momento de convívio, muito importante e quase sempre as únicas férias que têm no ano, um momento de estreitar laços comunitários num espaço que tem sido também algo desapropriado. Com a presença no terreno sempre de polícia, com a ideia de que é a festa dos bêbados. Enfim, existe um conjunto de estereótipos em relação àquela festa, mas para as pessoas é um momento importante no ano, não só por uma questão de devoção, porque há muita gente que não tem necessariamente uma devoção, mas uma questão mesmo muito comunitária. Para desejar-se um melhor ano em termos de pescarias e de esperança que as coisas podem melhorar. De repente aparecem umas pessoas que vêm não se sabe de onde e começam a entrar directamente nos acampamentos. Os acampamentos não são como um festival de verão ou um parque de campismo, é campismo selvagem em que as pessoas reproduzem na festa o espaço do lar. E tu não entras num

acampamento de alguém sem conheceres. E começam a observar o que as pessoas têm no seu acampamento.... com um ar e um tom de moralismo que é terrível e que as pessoas não gostam... sentem-se policiadas. Nós queremos preservar o ambiente, existe um problema ambiental grave, mas não podes julgar as práticas das pessoas desta forma.

E como aliam os pescadores o discurso do fim da sua actividade com o fim dos recursos?

Quando perguntas aos pescadores se existe mais ou menos peixe, eles dizem-te que existe menos. Têm essa noção sobretudo por aquilo que observam no estado do tempo e do mar. Não digo que é consensual, mas a grande maioria está de acordo que, de facto, o tempo, o clima mudou. As estações já não estão marcadas como estavam quando eles começaram a aprender a andar à pesca e ao mar. Eles sabem que isso influencia directamente a abundância do peixe. Se calhar não estão na perspectiva de urgência climática, mas estão preocupados. Sobretudo quando agora tens invernos muito frios, relativamente frios para Portugal, mas com pouca chuva e sem haver tempestades... Se recuares há 40 anos atrás, eles dizem-te que passavam fome no inverno, porque havia a cada quinze dias uma tempestade brutal, mas a tempestade é super necessária para qualquer pescador, porque remexe o fundo. Fazer essas ligações é também uma preocupação com o ambiente, não é uma simples posição extractivista que os pescadores têm, de «vou lá tirar tudo o que há». Agora também temos que ter em conta que a grande maioria não tem assim tanta escolaridade e acesso à informação como outras pessoas têm. Apesar disso, o contacto diário com o rio, o mar, os ventos, os peixes, fê-los desenvolver um conhecimento sobre o meio que não deve ser descartado. Não se pode exigir uma forma de cobrança, que de repente estejam na frente de qualquer luta ambiental, quando existem outros problemas estruturais da pesca que os faz andar muito dispersos.

OS PESCADORES E A CIDADE

A história da pesca em Setúbal foi sendo condicionada em detrimento das indústrias. O peso da cidade industrial da qual os pescadores – já sem o poder da sardinha – saíram órfãos. Como se situam os pescadores nesse mundo industrial?

Há aqui várias questões. Há toda a questão da pesca em Portugal, que sofreu um declínio. Entras na União Europeia e acentua-se drasticamente o declínio da pesca, no número de embarcações, de pescadores, mas também de volume de pescado. Portugal está em deficiência de consumo de peixe, produz apenas cerca de 20% daquilo que consome, sendo que quando entrámos para a União Europeia produzíamos quase 80%. Há uma questão mais de conjuntura, não é só ter havido aqui indústrias que tiraram lugar à pesca, mas também o contexto nacional e europeu, e da entrada para mercados comuns, que também afetou a pesca. Neste caso, a pequena pesca de gestão familiar, que é o que nós temos sobretudo em Portugal. Mesmo nos barcos maiores são sobretudo empresas familiares, que os pescadores nem vêem como empresas: o que dizem é que tenho um barco. Depois há o crescimento da indústria em Setúbal, que teve impacto sobretudo com a saída de mão de obra. Mas por um lado teve um impacto positivo porque deu estabilidade a famílias que tinham profissões muito precárias e muito pobres. Várias famílias de pescadores viram os seus filhos melhorar de vida com a Lisnave, a Setenave... não uma qualidade de vida muito superior, mas para quem está habituado a uma incerteza endémica que a pesca tem. Essa instabilidade, quer ecológica, quer económica, de não saberes nunca o que vale o teu trabalho, podes trabalhar uma semana inteira e não teres retorno nenhum. De repente, os filhos terem um horário de trabalho, um ordenado fixo ao final do mês, isso foi muito importante para as pessoas. É raro falares com os pescadores e dizerem-te que querem que o filho vá à pesca, mas ao mesmo tempo ficam tristes quando dizem que a pesca vai acabar.

> Não conseguem ver como é que pode haver uma pesca sustentável, tendo em conta toda a conjuntura que existe à volta, quer da alimentação, quer da extrema regulação, quer do estado dos oceanos. Vão vivendo o seu dia-a-dia, mas não conseguem ver um futuro palpável.

Falas numa dificuldade do projectar o futuro, em que é recorrente dizerem que são os últimos. Não há mesmo nenhuma outra forma, é um baixar dos braços ou não?

Não é baixar os braços na medida em que eles continuam. A questão de perspectivar o futuro não é tanto para eles, é para os filhos na pesca, mas tentam incutir uma relação com a pesca e com o mar de alguma forma. Por isso é que muitos dos filhos dos pescadores acabam por ir à pesca desportiva, que acaba por ser um complemento aos ordenados, que também não são extraordinários. Há aqui uma espécie de repor a relação com o mar utilizando outros mecanismos. Não baixam os braços e compreendem que vai sempre haver pesca, nisso eles são muito claros, tem que haver enquanto houver mar e o mar não for de facto privatizado. Já não vai representar aquilo que representou outrora, pois têm uma noção de que hoje em dia a alimentação mudou muito, o consumo de peixe fresco é diferente. E não conseguem ver como é que pode haver uma pesca sustentável, tendo em conta toda a conjuntura que existe à volta, quer da alimentação, quer da extrema regulação, quer do estado dos oceanos. Vão vivendo o seu dia-a-dia, mas não conseguem ver um futuro palpável. Dizer que vai ser o fim pode ser contraproducente, mas para eles pode ajudar a materializar uma ideia de que pelo menos sabem o que é, pode ser o fim, mas sabem que é o fim. Um fim, mesmo que seja simbólico.

Nessa precariedade permanente, um dos aspectos que tens frisado nos pescadores é que se trata de uma precariedade que não é só económica...

A média de idade dos pescadores em Portugal é de 40, 50, 60 e muitos, que trabalham na pesca há mais de 20, 40 anos, alguns até 50, porque começaram a trabalhar aos 13 anos de idade. A pesca para eles nunca foi só uma profissão, nem só uma atividade económica para ganhar um dinheiro. É sobretudo um modo de vida e eles não querem necessariamente sair da pesca, até porque existe um ideário de liberdade associado à pesca. Curiosamente, apesar de toda esta instabilidade, não só económica, mas uma instabilidade permanente, fruto de diversos fatores, eles desejam ficar na pesca, porque de alguma forma encontram um escape a uma sociedade de controlo que a terra representa. Para eles a terra representa o controlo, as instituições, tudo aquilo com que não querem lidar. As instituições, os horários definidos. Falam muito no vício da pesca. Muitos deles até tiveram experiências na terra, mas depois dizem coisas como «galinha do campo, não quer capoeira». Para eles existe sempre o mar e a terra, e a ideia de que terra, independentemente do trabalho que seja, é onde há a estrutura, a rigidez, e o mar não, pese embora que no mar, em qualquer dos barcos que andem, mesmo que seja nos barcos pequenos, existe um conjunto de regras, existem hierarquias, etc. Mas existe também uma ideia, claro que de um ar romanceado, que eles próprios têm da sua vida, de que eles não são sujeitos a, eles sujeitam-se porque: porque querem, porque gostam. Se não se identificarem com aquele mestre, com aquele barco, também saltam fora e vão para outro barco. Uma ideia muito mais de não ter amarras. Supostamente nós estamos em terra e temos um emprego, um contrato. E na pesca não existe um contrato, existe a inscrição marítima – que no fundo devia de ser uma espécie de contrato, mas a lei laboral na pesca tem interpretações muito específicas – mas existe essa ideia de que nada os prende ao barco. Existe essa ideia de liberdade forte, que muitas vezes entra em contradição com o que dizem, de que «isto não é vida para mim», «não consigo viver e desisto disto», que «é muito duro»...

Quais são hoje os elos que caracterizariam a comunidade piscatória e sobretudo os seus aspectos de resistência, as suas práticas e ferramentas?

O uso do termo «comunidade» hoje é sempre problemático e a ideia de comunidade tem vindo a ser muito debatida: o que é uma coisa comunitária ou não. E não existe uma única comunidade piscatória num único espaço. Eu vivo num bairro construído pela Casa dos Pescadores e lá maioritariamente vivem famílias de pescadores, mas à volta de Setúbal, em quase todos os bairros, tu encontras quem trabalhe nesta actividade ou tenha relação com ela. Partilham esta relação

Fotos: Vanessa Amorim

com o mar, que não é necessariamente uma relação só com a pesca: é ter os filhos que trabalham num emprego liberal das 9 às 5, mas que fazem questão de ter um barco de recreio, às vezes com imensas dificuldades, para poderem ir à pesca, ou passear com os filhos ao fim de semana, que não é como a malta dos iates. Passar um dia no rio, ir para o outro lado, acampar na zona dos Fuzileiros, é uma prática, um recreio diferente. E depois tens muita gente que trabalha com o peixe, que vendem na praça, tem peixarias ou algum tipo de comércio de congelados. Pode parecer uma ligação forçada, mas acho que denota uma relação muito forte com este elemento aquático e com esta necessidade de viver nesta relação.

Depois há práticas que podemos considerar de resistência, várias e sobejamente conhecidas: desde logo a fuga à lota, vender à candonga. A longo prazo pode ser pior para as reformas dos pescadores, porque não têm descontos para a Segurança Social, mas eu interpreto que isso é também uma forma de criticar o sistema. A forma como é vendido o peixe em Portugal num leilão, feito de cima para baixo, controlado por meia dúzia de grandes comerciantes ou de pequenos comerciantes a nível local, mas que têm um poder importante: ao definirem o valor do peixe definem o valor do trabalho de uma pessoa. Reparem, na pesca não existe um ordenado, existe o sistema de partes: os pescadores ganham conforme aquilo que apanham ou não. Há poucas profissões em que é assim e é um poder muito forte que os comerciantes têm. Podem comprar a dez cêntimos e vender a dez euros, não existe uma regulação (antes da União Europeia nunca poderiam vender o peixe por mais que 30% daquilo que tinham comprado)… Claro que existem depois as cooperativas de pescadores que conseguem também regular o mercado, e daí pode vir a ser uma forma de resistência, mas que está muito embrionária.

Essas formas cooperativas e colectivas não se conseguem desenvolver?

Em segmentos muito específicos, sim. No caso da pesca da ganchorra, eles têm uma organização de produtores que funciona economicamente muito bem. Os pescadores vão ao mar e sabem o que é que têm de apanhar, imaginem 10 kg de conquilha, vão à maré já sabendo que vão apanhar não mais do que isso, porque têm um comprador. Porque a cooperativa, a organização de produtores, compra os 10 kg e vende ao comprador acordado. Estabelecem-se aqui relações entre os barcos e os grandes compradores, o que permite uma maior negociação, além de os preços serem tabelados – há um preço mínimo que varia consoante os bivalves – pelo que só vão ao mar quando têm uma encomenda. A organização de produtores permite aqui fazer a compra e fica com 1% apenas para gerir. Os bivalves são espécies que são muito valorizadas e com grande procura de mercado, sobretudo espanhol. Não saem ao mar à procura de peixe, ao contrário da sardinha, que podem não ter, ou das redes que deixam lá, que vão recolher e podem ter lixo e não ter peixe. No caso da sardinha existem algumas organizações que funcionam bem, mas, como é uma espécie cujo valor vai alterando muito conforme a época (e através da organização de produtores é sempre o mesmo preço), muitas vezes acabam por desistir, porque sentem que perdem dinheiro nos meses mais altos.

Depois há aqui também uma falta de confiança nestes meios de acção colectiva. Vêem-nas simplesmente como forma de resolver processos administrativos e não acreditam no seu poder efectivo, o poder político da acção colectiva. Pergunto-lhes porquê? Então queixam-se que os pescadores não são representados, que na comissão das quotas de pesca os pescadores não são ouvidos, quando há medidas que são completamente absurdas… «Ah, isso deviam ser as associações…» «Então porque é que vocês não participam activamente?» «O pescador é cada um para seu lado, isso já passou o tempo. No pós-25 de abril acreditávamos nisso, mas vimos que isso não foi possível…» Argumentos que no fundo sentenciam a ideia de se poder fazer qualquer coisa colectivamente na pesca. Parece que não faz sentido, contradizem-se a eles mesmos. Mas o que verifico é uma desconfiança permanente e, sobretudo, uma ideia de que o passado nos mostrou que isto não vai resultar. Mas acho que isso acontece em Portugal, não é só na pesca. Houve aquele *boom*, o PREC, vamos lá todos fazer coisas colectivas, e depois percebemos que se calhar não…

> Os poderes locais e os agentes turísticos locais vêem na paisagem o que se pode agarrar para se folclorizar. Na realidade não se está a fazer assim tão diferente do que se fez no tempo da outra senhora

UM BILHETE-POSTAL SEM CLASSE

Por fim temos essa imagem identitária contraditória que se vende de Setúbal do pescador. Como é que vês a construção identitária de um elemento que é maltratado?

Isto está-se a passar um pouco do norte ao sul do país. Há um *boom* turístico e o que o turismo hoje procura é uma ideia de autenticidade, do pitoresco. Os poderes locais e os agentes turísticos locais vêem na paisagem o que se pode agarrar para se folclorizar. Na realidade não se está a fazer assim tão diferente do que se fez no tempo da outra senhora, apenas com outras formas. Parece um contra-senso, mas Setúbal tem um slogan que é «Setúbal, Terra de Peixe»: fala-se de peixe, há festivais de peixe, mas não se fala de quem apanha o peixe. É uma terra de peixe, mas não de pescadores. Existe uma ausência da figura dos pescadores, e não só dos pescadores, de todas as outras profissões relacionadas com este sector, os comerciantes, as peixeiras…

Aquilo que vende mais são os barquinhos na lota…

Porque ainda temos barcos com construção de madeira, mas isto é tudo uma grande hipocrisia. Existe todo este aproveitamento de colocar a pesca como bilhete-postal. É muito bonito Setúbal ainda ter barcos de madeira, é bonito termos ali um pescador a coser redes, mas não há preocupação de arranjar os armazéns de apetrechos. Porque o trabalho do pescador nunca é só no mar, há toda uma preparação em terra que é incrível. E, se forem ver os cacifos que são propriedade da APSS, vão ver a degradação em que aquilo se encontra, mas por fora tem uma pintura incrível, um grafiti muito bonito. Aquela coisa de higienizar e varrer para debaixo do tapete aquilo que não se quer visível, mas que depois se torna pitoresco. Para mim isso é muito indecente, não sou nada da ideia de sentenciar a pesca porque, enquanto houver um único pescador a pescar, nós não o podemos colocar no lugar do passado. Acho isso muito perigoso, e estes processos turísticos de aproveitamento da imagem, o que fazem dos pescadores é precisamente emblemas do passado. É algo que não se deve fazer a ninguém que viva hoje, porque é destituíres a pessoa de agência, é enquadrá-la num estereótipo e, quando esse estereótipo já não interessa, é varrido para debaixo do tapete, como acontece com os cacifos.

Ao falar do peixe este não fala, mas o pescador…

… fala e não está alinhado com aquilo que se diz sobre ele. Um processo de uma contradição gigante, tornar tudo numa mercadoria, até aquilo que somos, que é sempre uma coisa vivencial que se vai-se transformado. O problema nestes processos é que eles cristalizam uma ideia estanque da cultura piscatória, como se fosse de facto um bilhete-postal. Se vou ao Instagram, e digo olha aqui o que um pescador pôs, uma imagem de um pôr-do-sol… a quantidade de pessoas que dizem: «Ah, mas eles também usam telemóvel, têm facebook, têm internet no mar!»

Voltamos ao início da nossa conversa: parece que temos os ambientalistas a puxar para um lado, os pescadores para outro, o grande polvo por detrás desse mundo das instituições para outro… Cada um no seu canto, gerando uma dificuldade de cruzamento. Parece evidente esse desencontro da cidade com os pescadores.

Há sempre algum encontro, as coisas não são estanques. Mas há aqui uma questão, que para mim é muito evidente, apesar de para outras pessoas não ser, que é a questão de classe. Os ambientalistas são às vezes as melhores pessoas do mundo e com quem eu me dou muito, mas há uma questão de classe que muitas vezes eles não conseguem transpor na sua abordagem. E isso, tanto de um lado como do outro, cria resistências. Estas comunidades, na qual me incluo, não querem que os estudiosos venham dizer «como eu devo viver a minha vida». Isso claro que cria resistência. Depois há toda a questão de «nós não sermos aceites por termos impacto no ambiente», ou «porque somos uma classe baixa», «porque não temos educação», «porque dizemos caralhadas, se for preciso»… Eles sentem muitas vezes isso: é toda a questão de classe.

A agrofloresta cresce e a Caravana passa

É possível reverter a degradação ecológica nos lugares mais ameaçados do planeta? Foram cinquenta dias, através de cinco países da África Ocidental, repletos de conferências, aulas abertas e visitas a projetos de agricultura. No horizonte da Food Systems Caravan: a agroecologia e as soluções para a sustentabilidade dos sistemas agrícolas e alimentares. Em maio, a caravana dá-se a conhecer num documentário.

Godfrey Nzamujo é o fundador do Centro Songhai no Benim, uma referência de investigação, ensino e prática agroecológica na África Ocidental

Ação de sensibilização sobre comidas tradicionais com estudantes no Gana.

FRANCISCO COLAÇO PEDRO
FRANCISCOCOLACOPEDRO@GMAIL.COM

«A agroecologia traz uma esperança de corrigir os erros do passado e não só preservar aquilo que ainda há, mas regenerar os sistemas, os solos, a diversidade que foi sendo perdida através de técnicas erradas e dum pensamento a curto prazo», diz Fernando Sousa. O biólogo está de regresso ao FiBL, instituto de pesquisa em agricultura biológica na Suíça onde é investigador em clima e fertilidade do solo. Mas o projeto com que acaba de palmilhar a África Ocidental permanece bem vivo.

Desde a receção a 19 de setembro em Bamako, Mali, pelo leão do *reggae* Tiken Jah Fakoly, uma visita a agricultores a trabalhar com compostagem e árvores fixadoras de azoto com a associação NewTree no norte de Ouagadougou, Burkina Faso, uma aula aberta com mil raparigas da escola secundária de Bolgatanga no Gana, ou a entrevista a uma investigadora em genética e ecologia no Benim… Durante quase dois meses, a *Food Systems Caravan* fez pontes entre ciência e prática, entre agricultores, cientistas, ONG e estudantes, para «promover a troca de conhecimentos, conectar pessoas, convidá-las a trabalhar em conjunto para os mesmos fins.» «É necessário criar redes, dar visibilidade a projetos, iniciativas e pessoas. Há muita coisa para fazer, e há muita coisa já a ser feita», assevera Fernando, «projetos que trabalham com uma visão ecológica da agricultura, com uma dedicação incrível, e nos dão muita esperança».

Um exemplo singelo é o projeto agrícola de Ousmane, com quem Fernando se achou a conversar em português. Descoberto um dia por um caça talentos, passou nove anos por cá a defender a baliza de modestos clubes de futebol como o Pedras Salgadas ou o Vila Real. Depois de uma lesão o fazer pendurar as chuteiras, voltou ao Mali e reencontrou os pais, agricultores. Comprou duas quintas próximas de Bamako, onde copiava a agricultura convencional que o pai fazia. Descobriu a agricultura biológica pelo YouTube e fez uma formação no Centro Songhai, no Benim – outro projeto de referência visitado pela caravana. Hoje a sua quinta é como uma mini aldeia, onde trabalham vinte pessoas e se produz ovos e vegetais de forma biológica, vendidos nos mercados locais.

Falar de regeneração ecológica é tão urgente e importante na África Ocidental como em Portugal, onde também há um declínio severo da qualidade dos solos – e onde uma outra Caravana Agroecológica está neste momento a ser organizada.

Ousmane será um dos muitos intervenientes no documentário sobre a sustentabilidade dos sistemas alimentares na África Ocidental, fruto da *Food Systems Caravan* que estará pronto para colher em maio.

O todo e as partes

«Será possível fazer algo não para agradar aos financiadores, mas que saia do coração, que me apeteça mesmo fazer com paixão?» Foi a pergunta que germinou em Fernando perante um apelo a projetos. E logo uma resposta: «Andar de um lado para o outro a espalhar ideias que podem mudar o mundo para melhor – e pôr em contacto as pessoas que podem agir sobre elas, e espalhar mensagens vindas da ciência que podem ajudar o processo de transformação dos sistemas alimentares para sistemas mais sustentáveis.»

A caravana foi uma oportunidade para regressar a recantos do ocidente africano que guarda no coração. Depois de ter estudado o impacto das monoculturas de caju para a (in)segurança alimentar das famílias na Guiné-Bissau, integrou projetos do FiBL para o desenvolvimento da fertilidade dos solos no Burkina Faso e no Mali. Ao longo de três anos, foi percorrendo os países de mota, trabalhando com agricultores, testando métodos de compostagem e repelentes biológicos com plantas locais para substituir pesticidas.

«A simplicidade da forma de estar e de viver o tempo» marcou-o para sempre. Com o carinho pela região, veio a repulsa pela degradação ecológica. «Falava com pessoas de 90 anos e todos diziam o mesmo: antes havia muitos mais animais, mais árvores, mais floresta. Falavam-me da rapidez com que as coisas estão a mudar», conta o investigador, natural de Sintra. «Em mais lugar nenhum a população está a crescer tão rápido e há uma degradação dos solos tão severa e generalizada como em África. Com as alterações climáticas, o avanço do deserto, tens uma combinação que é uma tempestade perfeita».

Trabalhar no continente berço traz desafios éticos. O trabalho passa por «desconstruir a ideia do europeu como aquele que sabe mais». Passa também por conhecer a história e reconhecer que foram pessoas de pele branca que deixaram o legado de um continente artificialmente dividido, empobrecido, com dinâmicas de exploração existentes até hoje.

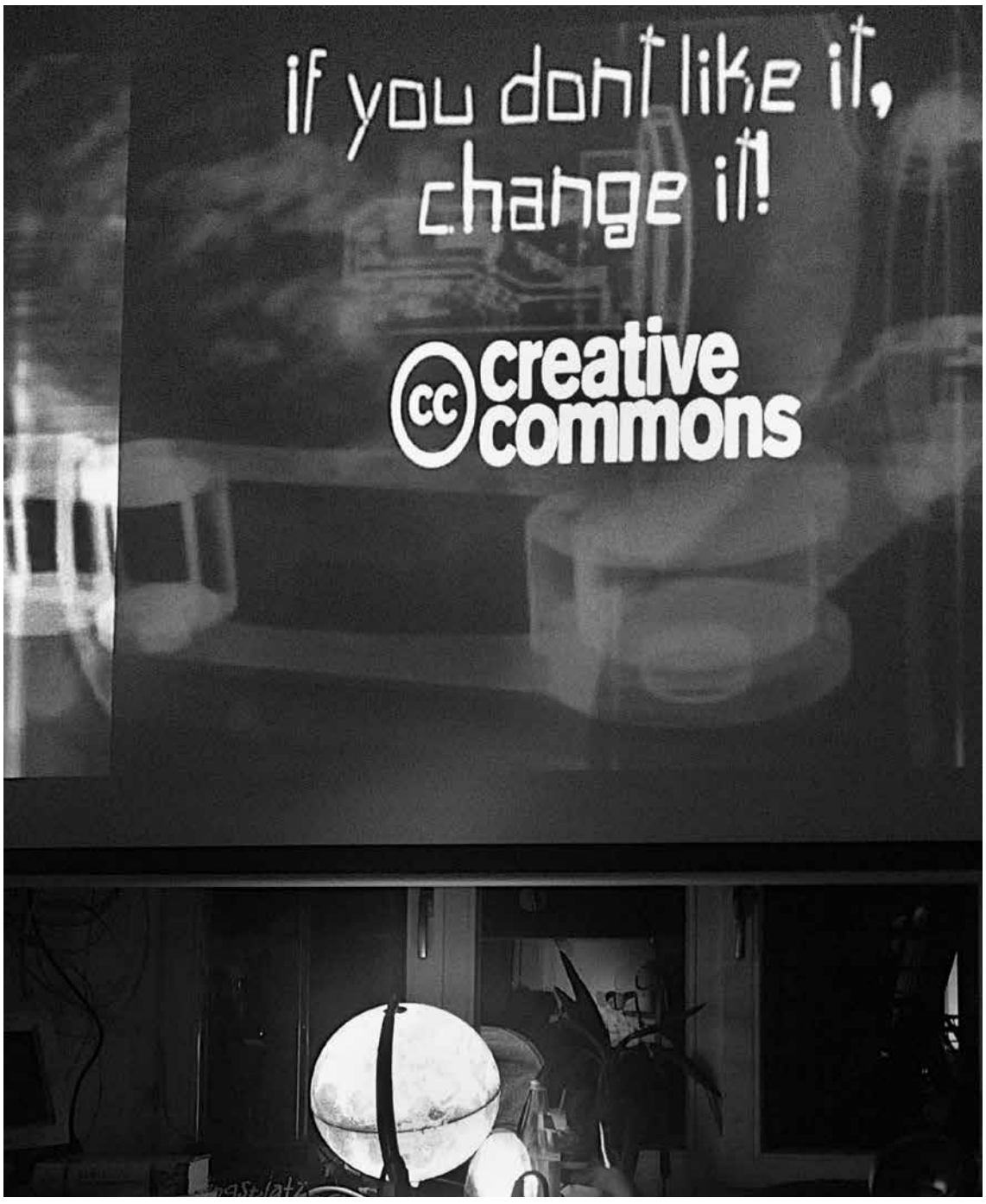
Para o jovem biólogo, «a dinâmica do comércio internacional, do neoliberalismo e da agricultura moderna tem deixado as pessoas muito vulneráveis.» Produtos importados, agronegócio, sementes transgénicas, fertilizantes e pesticidas químicos propagam-se, inferiorizando e ameaçando os sistemas, valores e saberes locais tradicionais. «Há imposições do FMI e do Banco Mundial que fazem com que os agricultores africanos vão à falência. Há uma dinâmica imposta por fundações como Bill & Melinda Gates ou Rockefeller, através da AGRA, a Aliança para uma Revolução Verde em África, com conivência dos governos locais.»

«A agroecologia traz uma forma completamente nova de olhar para a agricultura. Valoriza os saberes e sistemas agrícolas locais, revitalizando-os, trazendo também olhares, dados e descobertas de fora. Junta o melhor de dois mundos», conclui Fernando.

Entretanto, falar de regeneração ecológica é tão urgente e importante na África Ocidental como em Portugal, onde também há um declínio severo da qualidade dos solos – e onde uma outra Caravana Agroecológica está neste momento a ser organizada, para conectar iniciativas e dar a conhecer a importância da agroecologia em Portugal (facebook.com/caravanaagroecologica.pt). «Agroecologia é observar os sistemas agrícolas com um olhar ecológico. Olhar para a interconexão entre todos os elementos dum sistema. Quanto mais num ciclo fechado funcionarem, mais próximos da sustentabilidade estamos. É o oposto daquilo que se faz hoje em dia, em que exportas as tuas culturas e importas os teus nutrientes. É o pensamento a longo prazo. E saber que o todo é mais do que a soma das partes – e que é a saúde deste todo que nos dá a saúde também.»

MAIS INFO:
FOODSYSTEMSCARAVAN.ORG

Agricultores e *hackers* unidos pela soberania alimentar



SARA MOREIRA
SARITAMOREIRA@RISEUP.NET

Um encontro entre agricultores e programadores informáticos no Chaos Computer Club, na Alemanha, em Novembro de 2019, juntou o movimento pela soberania alimentar com activistas do *software* livre. A proposta da Hackathon SolidBase, era unir esforços para alavancar práticas agroecológicas solidárias e libertar as amarras que prendem muitos grupos de consumo e produção ao monopólio das tecnologias proprietárias.

«Se lutamos contra a agro-indústria com a criação de sistemas agro-alimentares solidários, deveríamos também combater os gigantes tecnológicos com *software* livre para os sistemas que estamos a criar.» A afirmação foi feita num «aquário», ao fundo da sala de convívio do Chaos Computer Club, em Freiburg, onde estão três *geeks* sentados em sofás a conversar, enquanto cerca de 50 agricultores e programadores de 20 países da Europa observam a discussão com interesse, ou a tentar descortinar. Levanta-se alguém da assistência e ocupa um lugar vago na sala de estar feita palco, obrigando um dos residentes a retirar-se. «O problema é que os GAFAM são, na verdade, muito mais fáceis e amigáveis de usar... como é que o FLOSS pode passar por cima disso?» Falam sobre a ubiquidade da Google, Apple, Facebook, Amazon, Microsoft (GAFAM) e de uma «guerra perdida»[1] no movimento do *software* livre e de código aberto (Free/Libre Open Source Software, FLOSS). Cada sigla destas provoca um trejeito de desconforto na companheira agricultora que está ao meu lado, mas só depois de muitos cê-éme-ésses, éfe-tê-pês e á-pê-is, quando a discussão avança para um lamento infindável sobre a trágica incompatibilidade de versões do pê-agá-pê, é que ela levanta a mão para dizer: «desculpem, preciso de tradução, eu é mais enxadas.»

O convite para estarmos em Freiburg foi feito pela Urgenci em parceria com uma organização local, Agronauten, ambas dedicadas aos sistemas alimentares solidários. A primeira é uma rede internacional que congrega dezenas de Associações pela Manutenção da Agricultura de Proximidade (AMAP) e Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA), e a segunda desenvolve projectos de investigação em torno de sistemas locais solidários agro-alimentares. De um projecto de investigação conjunto, envolvendo também organizações da Hungria, República Checa e Alemanha, nasceu a Hackathon Solidbase – uma espécie de maratona informática para explorar soluções tecnológicas para as iniciativas presentes. O intuito era aproximar os movimentos pela soberania alimentar e do software livre, em resposta à necessidade de ferramentas que tornem mais fácil a organização e funcionamento de grupos de consumo e produção agroecológica.

> Se lutamos contra a agro-indústria com a criação de sistemas agro-alimentares solidários, deveríamos também combater os gigantes tecnológicos com *software* livre para os sistemas que estamos a criar.

Para Jocelyn Parot, secretário geral da Urgenci e um dos organizadores do encontro, a ligação entre os movimentos é clara e vai para além da forma como ambos se apresentam e organizam. «Basicamente o sistema alimentar está corrompido e temos de consertá-lo, é o que sentem milhões de pessoas em todo o mundo. Os agricultores não são pagos pelo seu trabalho, há uma perda enorme de biodiversidade, há um grande problema com a segurança alimentar, os sistemas alimentares não são resilientes, e há mesmo muita gente em todos os países que temos visitado com iniciativas que procuram soluções para reparar o sistema e inventar algo novo.» Com este encontro em Freiburg, continua, «conseguimos alcançar outro movimento que, de certa forma, é bastante semelhante: o movimento dos hackers do *software* livre, pessoas que também estão a tentar consertar um sistema que está corrompido para voltar a ganhar controlo democrático sobre a forma como o software é produzido e distribuído. É isto a soberania tecnológica, dos dados. Soberania no sentido do controlo democrático: o direito que as pessoas têm de escolher de que forma o sistema alimentar é organizado, como é que os alimentos são produzidos e distribuídos. E é o mesmo que se passa no movimento do *software* [livre], que também afecta a alimentação».

Se, por um lado, boicotar (ou reduzir drasticamente) a aquisição de alimentos através das grandes corporações e cadeias de retalho parece ser praticável, pelo menos enquanto opção individual, seja por questões de justiça económica, social ou ambiental, já no que toca à forma como acedemos à tecnologia, as coisas mudam de figura. Num estudo sobre cerca de 60 cooperativas de consumo agroecológico de Barcelona (2), o investigador Ricard Espelt, da Universidade Aberta da Catalunha, identificou que a maioria depende de ferramentas Google para organizar-se, mesmo que os princípios que orientam essas colectividades manifestem uma ética «activista», de «auto-suficiência», «consumo local» e «dissociação com o mercado global».

Jocelyn Parot corrobora esta ideia enquanto fala sobre os perigos «[do] que está a acontecer

Liberta as amarras! Caixa de ferramentas livres para a acção colectiva

Ao longo da Hackathon Solidbase, foi partilhada uma panóplia de ferramentas de *software* livre e de código aberto (FLOSS), cobrindo desde o ambiente de trabalho até às plataformas específicas para sistemas alimentares solidários. Fica uma pequena amostra de «tecno-enxadas» partilhadas no encontro, e abre-se uma nova coluna neste jornal, que trará a cada edição uma caixa de ferramentas para quem deseja uma vida digital mais livre.

A diversidade de abordagens e soluções para a organização de sistemas alimentares solidários reflecte a biodiversidade que se procura no campo. Como frisou Jocelyn Parot, na Hackathon Solidbase em Freiburg, não existe «*um* modelo», mas sim «experiências, lutas, invenções» que vão acompanhando os passos e as necessidades de quem procura pôr a soberania alimentar em prática no seu dia-a-dia.

Existem várias plataformas livres para a gestão quotidiana de grupos de consumo e produção agroecológica, cada uma delas com as suas especificidades, consoante as formas de funcionamento dos grupos em diferentes regiões. A **Clic'AMAP** (clicamap.amap-aura.org) em França, as suíças **OpenOlitor** (openolitor.org) e **ACP-admin** (acp-admin.ch), e a **JuntAgrico** (juntagrico.org), todas com código aberto, servem os propósitos das AMAP/CSA, caracterizadas pela relação de compromisso entre produtores e consumidores ao longo do tempo. Para compras em grupo, existe a **Cagette.net**, e para a venda directa online, incluindo por colectivos de produtores, a **Open Food Network** (openfoodnetwork.org) é bastante completa e está traduzida para português (https://app.katuma.org/map?locale=pt).

Uma parte determinante para o bom funcionamento dos grupos de consumo agroecológico é a retribuição justa pelo trabalho e investimento de quem está no campo a cuidar do alimento. Neste sentido, o projecto **Solidbase** desenvolveu uma aplicação que permite planear e comunicar as necessidades financeiras de uma AMAP/CSA aos seus membros (app.solidbase.info).

Também dedicada à partilha de conhecimento sobre sistemas alimentares solidários, a rede internacional **Urgenci** disponibiliza diversos recursos e materiais de formação sobre como criar, manter e consolidar uma AMAP/CSA (hub.urgenci.net).

Um pouco mais avançado em termos de conhecimentos informáticos, mas útil para quem se preocupa com a interoperabilidade de dados entre plataformas, a **Data Food Consortium** (datafoodconsortium.org) dedica-se à questão dos dados abertos para sistemas alimentares locais.

Os grandes actores do sector privado sempre nos dizem: deixa-nos saber mais sobre ti, sobre os teus hábitos, onde vives e por aí fora. Dá-nos os teus dados e nós podemos oferecer a comida perfeita para ti.

com os GAFAM, que controlam uma parte cada vez maior das nossas vidas», ilustrando com um exemplo paradigmático. «A Amazon agora está a planear entrar no sector da alimentação e fazer o mesmo que fez com os livros e o mercado livreiro. Eles conseguiram mesmo absorver o mercado dos livros em todo o mundo, e há uma grande probabilidade que amanhã tal gigante absorva o mercado alimentar também. Eu acho que há um perigo real aqui, e não tem só que ver com a venda de alimentos, mas sim com questões de nutrição, questões de dados. Os grandes actores do sector privado sempre nos dizem: deixa-nos saber mais sobre ti, sobre os teus hábitos, onde vives e por aí fora. Dá-nos os teus dados e nós podemos oferecer a comida perfeita para ti. O tema da nutrição é de grande importância para nós. Temos de lutar, alimento a alimento, contra os grandes actores, porque eles só querem introduzir as suas novas aplicações, querem controlar os nossos dados de forma a controlarem a forma como nos alimentamos. E isto é só uma forma de fazerem negócio.»

Mãos na massa

O projecto Solidbase, coordenado pela Urgenci e Agronauten entre 2017 e 2019, pretendia compreender os factores que afectam a sustentabilidade de sistemas agro-alimentares solidários. Depois de consultar centenas de agricultores e consumidores envolvidos em diferentes tipos de grupos, como as AMAP e as CSA de vários países da Europa, um dos principais obstáculos identificados prendia-se com questões de comunicação e com as tecnologias de informação. Peter Volz, da Agronauten, explica: «Já que este é um aspecto tão importante, decidimos organizar esta hackathon para, acima de tudo, enredar as diferentes abordagens e iniciativas europeias, porque muitos [dos participantes no estudo] não sabiam [da diversidade de soluções livres] que existem em oferta no momento».

Criadas por pequenas cooperativas, grupos informais ou lobos solitários, foram apresentadas diversas plataformas de código aberto e *software* livre cobrindo necessidades que vão desde a gestão dos cabazes ao planeamento e rotação de culturas, passando pela comunicação interna dos grupos, contabilidade, pontos de entrega, ajudadas, vendas, e mais [**ver caixa**]. «Parece não haver limite», diz o Peter Volz, «há tanta coisa a ser feita nesta altura».

O fim de semana também serviu para identificar o que está a faltar e trabalhar sobre isso. Pegando em tópicos lançados pelos próprios participantes no início do encontro, formaram-se grupos de trabalho para, por exemplo, introduzir a tecnologia Git como ferramenta de colaboração (para entendidos e «não-*geeks*»), criar formulários com ferramentas livres alternativas aos Google Forms (úteis para a gestão de encomendas agrícolas), e também para dar seguimento a projectos em curso que pudessem beneficiar da ligação entre o mundo da soberania alimentar e os programadores informáticos presentes, como o Dynaversity, dedicado à preservação da biodiversidade, e o «hub» onde a Urgenci disponibiliza materiais de formação sobre as AMAP.

Para Jocelyn, para além do debate e convívio, o formato «hackathon» trouxe a grande vantagem da concretização performativa ao longo dos dias do encontro. «Por exemplo, se fores ao *website* da Urgenci (urgenci.net), podes encontrar um mapa com todas as iniciativas que estão lá retratadas. Criámos uma nova ferramenta no momento que vai ser muito benéfica para o movimento, vai torná-lo mais visível. O grupo de TI [tecnologias de informação] também conseguiu trabalhar aquilo a que chamam de interoperabilidade [de dados entre plataformas], de forma a poderem trabalhar juntos com os diferentes *softwares*, se entendi bem. Houve várias coisas assim que foram feitas aqui e que irão mudar a forma como trabalhamos no futuro, por isso vamos regressar com um saco cheio de coisas que foram feitas e outro saco de coisas para fazer.»

Referindo-se ao encontro como algo único, «o primeiro do género», o Peter parece emocionado ao dizer que «foi memorável ver que este evento foi (...) acolhido pelo Chaos Computer Club, (...) isso já mostra que isto é algo novo, que nos juntamos mesmo uns com os outros de uma forma muito solidária, e começamos a fazer pontes entre estes movimentos.» E termina: «precisamos de digerir o que aconteceu porque foi tão espectacular... acho que basicamente estabelecemos aqui uma base para uma nova e grande história de amor entre o movimento pela soberania alimentar e o movimento pela soberania tecnológica.»

Nota: a entrevista a Jocelyn Parot e Peter Volz foi realizada em conjunto com Liliana Pinto, em Freiburg, no dia 17 de Novembro, e passou primeiro n'O Som é a Enxada.

1 Referência à palestra «Ten years after 'We Lost The War'» proferida no Congresso do Chaos Computer Club de 2015, acessível em media.ccc.de

2 www.cooperatives.barcelona

A guerra começa aqui

De Bilbo a Génova, passando por Le Havre e Marselha, a campanha anti-militarista contra a empresa saudita Bahri mostrou como a luta contra a indústria da guerra deve começar nos territórios que a produzem.

CLÁUDIO DUQUE

Texto escrito a partir da adaptação e tradução do panfleto *«Nenhuma Margem à Guerra. Sobre a luta em curso em Génova contra a companhia Bahri e o tráfico de armas no porto»*

A 13 de Março de 2017, o bombeiro Ignacio Robles foi chamado ao porto de Bilbo para prestar assistência a uma carga de explosivos, uma prática habitual na sua profissão. No entanto, quando viu a quantidade de contentores perguntou para onde se dirigiam, ao que lhe responderam «Arábia Saudita». Nesse momento, Ina - diminutivo de Ignacio - soube que não podia ser cúmplice daquele carregamento que certamente acabaria sendo utilizado na guerra do Iémen, na qual a Arábia Saudita lidera uma coligação internacional acusada de ser responsável por mais de 90 ataques contra a população civil. A posição individual de Ina levou a uma resposta colectiva que juntou diversos colectivos na intenção de denunciar e travar estes carregamentos, plasmados na comissão *La Guerra Empieza Aqui*[1], da plataforma *Ongi Etorri Errefuxiatuak* (Bemvindos Refugiados), que finalmente conseguiram a proibição dos mesmos no porto de Bilbo, tendo os carregamentos sido transferidos para o porto de Santader.

De Bilbo os protestos ampliaram-se a diversos portos europeus onde o cargueiro Bahri Yanbu deveria entrar para carregar mais material de guerra. A partir de Maio de 2019, a pressão antimilitarista de grupos activistas aliada às greves de estivadores em Marselha e Génova, obrigaram o cargueiro saudita a desistir de vários carregamentos.

A Bahri na redefinição estratégica da Arábia Saudita.

A empresa responsável por estes transportes é a Bahri, uma empresa pública saudita, fundada em 1978 por decreto real, que opera em diversos sectores do comércio marítimo, com uma frota de 90 navios que podem transportar substâncias químicas, petróleo ou mercadorias a granel, pro via de contentores ou cargas de mercadorias que se movem com rodas. Somente 6 dos cargueiros da Bahri são do tipo ro-ro (*roll-on/roll-off*) –usados para carga de veículos com rodas, que não necessitam de auxílio de meios mecânicos externos como a grua – e circulam sobretudo por uma rota que vai do centro e norte da América para o Médio Oriente, passando pelo Mediterrâneo, com os Estados Unidos e a Arábia Saudita como pontos nevrálgicos. Sendo uma companhia propriedade da monarquia saudita, a Bahri transporta a maioria das mercadorias que a Arábia adquire a empresas principalmente norte-americanas, mas também francesas, belgas, canadianas, espanholas e italianas. Trata-se de carros de combate, veículos blindados, helicópteros, canhões, bombas, mísseis, munições, sistemas de radar, sistemas de campo (p.ex. os geradores impedidos de embarcar em Génova), etc. Especializada neste tipo de transporte, a Bahri fornece também os exércitos indiano, paquistanês e dos Emiratos Árabes Unidos.

A Arábia Saudita, tal como as restantes «petromonarquias» do Golfo, é considerado um rentier state (estado locatário), um país que baseia os fundamentos da sua economia e do aparelho burocrático não em impostos e ainda menos na indústria ou na agricultura, mas na exploração e exportação de um recurso energético do qual possui grandes reservas: o petróleo e, em menor medida, o gás. A Arábia Saudita possui 25% do total estimado de reservas petrolíferas a nível mundial, e a maior exportação de petróleo bruto. Este sector significa aproximadamente 75% das entradas no orçamento nacional, 40% do PIL (Produto Interno Líquido) e 90% do valor recebido nas exportações. Os enormes lucros provenientes do petróleo permitiram o desenvolvimento de vários serviços públicos e a concessão de subsídios estatais, o sector público emprega cerca de 70% da população trabalhadora. A monarquia de Sa'ud, a tribo vitoriosa das guerras fratricidas dos últimos dois séculos, que dá o nome ao país, reina por via de uma série de negociatas com as outras tribos, baseadas na concessão de cargos governamentais e ajudas públicas, uma associação generalizada com uma forte base hierárquica e centralizada e com a bênção do clero wahhabita ultraconservador. A dependência da população em relação ao aparato estatal é enorme, e ao seu redor a dependência do Estado dos rendimentos petrolíferos é absoluta. Sem o petróleo desapareceria o único agregador social do país.

A identidade nacional é muito débil, resultado da realidade fortemente tribal e da formação do Estado relativamente recente. A zona sul-ocidental do país é culturalmente e historicamente ligada à tradição iemenita e às tribos do outro lado da fronteira; a província oriental, a mais rica em petróleo e mais próxima do Irão, é por seu lado a mais instável e com tendência à revolta, apesar de estar mais perto da influência xiita, como demonstram as fortes ligações tribais com o Irão. O regime de Riade (a capital do reino) protege esta área com extrema preocupação depois de ter duramente reprimido os protestos insurgentes de 2011.

De Bilbo os protestos ampliaram-se a diversos portos europeus onde o cargueiro Bahri Yanbu deveria entrar para carregar mais material de guerra.

A população residente está calculada em torno dos trinta milhões de pessoas e, com o crescimento demográfico do país e a tendência geral dos jovens de esperarem no desemprego por um emprego estatal futuro – 60% da população tem menos de 30 anos e o desemprego entre os jovens ronda os 30% –, as perspectivas de estabilidade interna dão poucas garantias à casa reinante, sobretudo com o preço do petróleo globalmente baixo desde 2014 e com escassas possibilidades de recuperação. A presença calculada de imigrantes estrangeiros no território saudita é enorme: à volta de dez milhões, 1/3 da população total, e estes são provenientes maioritariamente da Índia, Paquistão, Bngladesh, Egipto e Filipinas. Da população activa, 56 % são estrangeiros, dos quais

O cargueiro Bahri Yanbu foi impedido de efectuar diversos carregamentos em Le Havre e Génova, por uma mobilização dos trabalhadores portuários e diversos colectivos anti-militaristas.

86% estão empregados no sector privado, e praticamente a maioria dedica-se ao trabalho doméstico, de cuidados e assistência – consequência directa da forma de extrema subordinação e exclusão social em que vive o género feminino local. No sector petrolífero e nos trabalhos mais explorados estão empregados quase integralmente trabalhadores imigrantes, com a cumplicidade de uma legislação que mantém os trabalhadores e trabalhadoras imigrantes presos, por documento, ao patrão, e pela já citada tendência dos sauditas a procurarem um emprego na burocracia estatal. O mecanismo de gestão da força de trabalho por via da chantagem dos documentos, das detenções em centros especiais e da expulsão está bem oleado, e só foi readaptado aos tempos modernos, se considerarmos que o reino saudita aboliu formalmente a escravatura somente em 1962.

Em 2016, o pretendente ao trono Muhammad bin Salman apresentou o projecto Saudi Vision 2030, um amplo plano de transformação nacional da sociedade saudita, que visa diminuir a dependência da exportação petrolífera, aligeirar a burocracia estatal e aumentar o sector privado, atrair investimento de capital estrangeiro, estimular parte do patronato a investir na economia privada sem as tradicionais garantias estatais, mas também dando um impulso a uma classe média local, e, diminuindo o peso dos subsídios, forçar os trabalhadores autóctones a abandonarem os empregos públicos. Para alcançar estes objectivos, Salman aposta no turismo religioso nas cidades santas de Meca e Medina, na esperança de atrair milhões de peregrinos por ano, mas aposta sobretudo na diversificação e na produção dos produtos derivados do petróleo e na exploração das enormes reservas de gás de xisto, recentemente descobertas.

Siderurgia, construção, armamento e química são outros importantes setores nos quais se multiplicaram, no último ano, os acordos com multinacionais estrangeiras e joint-ventures, para atrair capital, adquirir conhecimento e implementar a rede industrial e de infraestruturas nacional.

É por isto que a Bahri não é apenas uma companhia marítima líder na logística bélica, mas representa – seja pela sua especialização também no sector químico e petrolífero, seja pelo grande capital que advém destas operações – uma peça de uma engrenagem muito maior nas exigências estratégicas nacionais sauditas e conectada com dois mercados fundamentais da economia global: o petrolífero e o bélico.

A guerra do Iémen.

O Iémen é o teatro de uma das guerras mais sanguinárias de todo o Médio Oriente. O conflito começou em 2014 quando os Huthis, um grupo armado da maioria xiita – que em 2004 tinha provocado uma insurreição contra o governo iemenita –, tomaram a capital Sana'a, obrigando o presidente, Abd abbih Mansur Hadi, a fugir para a Arábia Saudita. Em março de2015, uma coligação dirigida pela Arábia Saudita e os Emiratos Árabes Unidos, formada pelo Egipto, Marrocos (até 2019), Sudão, Jordânia, Kuwait, Qatar (até 2017) e Bahrein – apoiados pela França, Estados Unidos e Reino Unido –, lança uma operação armada contra os Huthis (acusados de serem apoiados pelo Irão) em apoio ao regime. Desde o início do conflito, mais de 10 000 pessoas foram mortas, e pelo menos 40 000 feridas, a maioria por causa de ataques aéreos.

> O Iémen é o teatro de uma das guerras mais sanguinárias de todo o Médio Oriente (...) Desde o início do conflicto em 2014, mais de 10,000 pessoas foram mortas, e pelo menos 40,000 feridas, a maioria através de ataques aéreos.

Resistir onde a guerra começa

Desde a insubmissão de 2017 do bombeiro Ignacio Robles em Bilbo, a indignação pública pelo massacre em curso no Iémen, perpetrado pelas forças militares sauditas e pelos seus aliados, não parou de crescer, intensificando-se em 2019.

No último ano, no Canadá, sucederam-se concentrações e bloqueios no porto de Saint John contra a exportação para a Arábia Saudita de veículos ligeiros blindados fabricados no Canadá, fruto de um contrato de 15 milhões de dólares. Protestos que nalguns casos só conseguiram atrasar o embarque dos veículos no cargueiro Bahri, contando ainda com a solidariedade do sindicato dos estivadores locais.

A mobilização mais significativa – também por terem apelado directamente à acção dos estivadores genoveses – foi a do porto de Le Havre, França, no início de maio de 2019, que impediu o cargueiro Bahri Yanbu de atracar, na sequência da revelação de um relatório secreto dos serviços de informação militares franceses, no qual se destacava a responsabilidade do executivo no comércio de armas e meios blindados à Arábia Saudita. Depois de ter inutilmente esperado ao largo do porto, o Bahri Yanbu decidiu não atracar em Le Havre e avançou para uma escala não prevista no porto de Santander.

Enquanto a Bahri Yanbu prosseguia a sua rota em direcção a Génova, onde previa chegar a 20 de maio de 2019, a notícia da mobilização em Le Havre difundiu-se pelos trabalhadores do porto genovês. No terminal estava pronto o embarque de uma carga de geradores eléctricos da empresa Teknel, empresa de Roma especializada em "sistemas de defesa" e logística militar que tem um contrato com a Guarda Nacional Saudita para venda de equipamentos de alimentação e controle do armamento. Numa assembleia de diversos trabalhadores do porto é decidida uma greve para 20 de maio. Após uma intensa jornada de luta, com bloqueios e sabotagens dos trabalhadores a juntarem-se à greve, o cargueiro Bahri Yanbu não consegue carregar os geradores da Teknel. Após a mobilização do porto de Génova, e também do porto de Marselha a 29 de maio, um segundo cargueiro, o Bahri Tabuk, decide não atracar em Génova e opta por uma operação secreta (considerada irregular) de carga de bombas, em Cagliari, utilizando apenas trabalhadores do barco. Após diversos episódios de resistência no porto de Génova, a Teknel decide, por considerar que não existem condições de segurança, transferir os seus geradores para outra localização.

A mobilização contra a Bahri introduziu um forte elemento de ruptura com a ideia de que contra a guerra não se pode fazer nada de concreto nos nossos territórios. Estrategicamente, a iniciativa dos trabalhadores dos portos, aliada a um forte ímpeto antimilitarista, revelou-se uma imensa pedra na engrenagem da indústria da morte.

1 https://ongietorrierrefuxiatuak.info/es/plataforma/

As revoluções não se fazem com ramos de flores

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

As mobilizações de Génova contra o G8, em 2001, foram alvo duma repressão enorme, condenada inclusivamente pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, que comparou as acções policiais a «actos de tortura» e que condenou o Estado italiano por não ter sequer identificado os responsáveis e os protagonistas da violência policial. As rusgas aos locais de abrigo e centros de média dos manifestantes (as Escolas Diaz e Pertini) ficaram famosas pela sua brutalidade, mas talvez a maior marca dessa opção policial tenha sido o assassinato de Carlo Giuliani. Nessa saga repressiva, o Estado italiano não se poupou em violências, detenções e, posteriormente, sentenças completamente desproporcionais (8 a 15 anos) sob a acusação oficial de «devastação e pilhagem».

O italiano Vincenzo Vecchi foi uma das vítimas desse processo e foi condenado, já em 2009, a doze anos e meio de prisão. É fundamental perceber que o crime de «devastação e pilhagem», considerado crime contra a ordem pública, foi introduzido pelo Código Rocco de 1930 e permite a condenação sem necessidade de prova de culpa concreta. Ou seja, de acordo com esse Código, basta estar presente no local onde decorre a manifestação para que a condenação seja possível, mesmo sem qualquer prova de participação directa nos actos pelos quais é acusado.

Dois mandados de detenção europeus[1] pendiam sobre Vincenzo. Um pela tal manifestação de Génova, de 2001, e outro, veiculado a uma pena de 4 anos, relacionado com a participação numa manifestação antifascista contra o partido Fiamma Tricolore, em Milão, em 2006. Para evitar cumprir essas penas, procurou refúgio em França (em 2011), mais precisamente em Rochefort-en-Terre (Bretanha).

No passado dia 8 de Agosto de 2019, foi detido pela polícia francesa, em colaboração estreita com os serviços secretos italianos, e levado para o centro de detenção de Vezin-le-Coquet, perto de Rennes, onde deveria esperar extradição para Itália. Durante meses, o tribunal de Rennes não outorgou essa extradição, considerando que os documentos fornecidos pelo Estado italiano eram insuficientes ou deficientes. Finalmente, a 15 de Novembro, o Tribunal da Relação de Rennes (*cour d'appel de Rennes*), ao detectar «irregularidades no processo de execução» em França do mandado de detenção europeu emitido pela Itália, decidiu que Vincenzo Vecchi deveria ser posto em liberdade. Para o tribunal, o primeiro mandado já tinha sido executado e, no segundo, o direito a ter advogados italianos para além dos seus advogados franceses não lhe tinha sido notificado, o que configura uma violação do direito de defesa. Como houve recurso, esta decisão teria de passar para o Supremo Tribunal de Justiça (*Cour de cassation*). Mas, para já, Vincenzo Vecchi estava fora da prisão. «Saí, mas não estou livre» foram as suas palavras premonitórias.

Três semanas depois da sua libertação, o Comité de Apoio a Vincenzo Vecchi (*comite-soutien-vincenzo.org*)[2] organizou um encontro informal com habitantes da zona de Rochefort-en-Terre, advogados e alguns jornalistas. «Não se trata duma história individual, o meu percurso inscreve-se numa história colectiva», insistiu por essa altura Vincenzo, apresentando-se como «um indivíduo que, tendo tomado consciência da marcha do mundo e querendo opor-se-lhe», se manifestou «com os meios que achava legítimos e fugi da minha condenação porque sabia que era injusta». O anarquista italiano prefere manter-se afastado das luzes mediáticas e chegou a declinar entrevistas por ser «melhor não falar deste percurso que excita a curiosidade dos jornalistas», explicou, antes de lembrar, em tom de evidência, que «as revoluções não se fazem com ramos de flores».

> «Não se trata duma história individual, o meu percurso inscreve-se numa história colectiva»

A 18 de Dezembro, o Supremo Tribunal de Justiça anulou a sentença do Tribunal da Relação de Rennes e Vincenzo Vecchi terá de se apresentar novamente a julgamento. «Ainda não sabemos quais as motivações do Supremo Tribunal de Justiça e qual o calendário futuro, mas esta decisão não afecta em nada os vários argumentos já apresentados ao Tribunal da Relação de Rennes pelos advogados de Vincenzo Vecchi, que demonstravam a deslealdade da Itália neste dossier», afirma um comunicado do Comité de Apoio, onde se diz também que o Supremo Tribunal de Justiça não «teve em consideração o direito e a necessidade da "dupla defesa", que implica que um advogado francês esteja em contacto com um advogado italiano de forma a assegurar plenamente a defesa de Vecchi».

Há poucos dias, o Comité organizou uma conferência de imprensa na Assembleia Nacional, para aumentar a consciencialização sobre o caso de Vincenzo Vecchi entre membros do parlamento e senadores e alertar para as questões levantadas pelo Mandado de Detenção Europeu, nomeadamente a forma como mina as liberdades fundamentais. No caso concreto de Vecchi, chama acima de tudo a atenção o facto de o estatuto de «refugiado político» entre estados-membro da União Europeia, o que é uma clara violação dos direitos humanos.

1 Implementado em 2002 para substituir a extradição, o Mandado de Detenção Europeu permite simplificar a entrega de pessoas procuradas ou condenadas no seio da União Europeia. «Com um formalismo e umas exigências tão pouco importantes», queixa-se Catherine Glon, uma das advogadas de Vecchi, «o seu único objectivo é acelerar o processo de repressão em detrimento das liberdades individuais».

2 É fundamental referir que a solidariedade, corporizada no Comité de Apoio de Rochefort-en-Terre, tem tido um papel decisivo nesta luta. Não só na angariação de fundos que possibilitasse uma defesa legal decente mas também porque foi apenas graças ao seu trabalho de investigação (em relação permanente com o trabalho dos advogados) a partir do dia em Vincenzo foi detido, em Agosto, que se obtiveram e apresentaram provas jurídicas que permitiram a sua libertação. Também é importante referir que este Comité instigou a criação rápida de muitos outros comités, em França e no estrangeiro, que organizaram inúmeras acções para exigir a libertação do activista.

Réquiem pela alma de um movimento libertário desaparecido

M. RICARDO DE SOUSA
ILUSTRAÇÃO **EMMA ANDREETTI**

Na recente apresentação de um livro, na Biblioteca Nacional, incluída nas comemorações do centenário da CGT e d'A Batalha, um dos presentes, que nos anos 70 chegou a ser um entusiasta activista anarquista, provavelmente nostálgico da sua juventude satânica, interrogava-se sobre as razões por que não se conseguiu construir em Portugal um movimento anarquista significativo no pós-25 de Abril. Era uma pergunta retórica, mas que correspondia a dúvidas que persistem ainda nessa geração de libertários.

Já passou um século após a fundação da Confederação Geral do Trabalho e do jornal A Batalha, que foram duas das criações, juntamente com as organizações específicas – Juventudes Sindicalistas, União Anarquista Portuguesa e Federação Anarquista da Região Portuguesa –, mais emblemáticas do movimento operário de raiz sindicalista revolucionária e anarquista.

Deveríamos já ter suficiente informação, e a necessária reflexão crítica, para compreender como e porquê o movimento anarquista não conseguiu sobreviver aos longos anos da ditadura, nem se reerguer, apesar da acção dedicada dos militantes da primeira república que reapareceram após o 25 de Abril de 1974, mesmo reforçados por um grupo de intelectuais formados no exílio em França e por um numeroso grupo de jovens, que constituíam a primeira geração libertária após o derrube da ditadura.

As causas do esmorecimento do movimento libertário em Portugal têm algumas particularidades: uma longa ditadura, a profunda ruptura geracional ocorrida nesse quase meio século, a ausência de uma organização específica duradoura, a ressaca da derrota da Revolução Social em Espanha e divergências estratégicas entre os militantes. Após o derrube da ditadura, a situação ficou ainda mais complicada pelo surgimento em força do PCP e dos grupos marxistas-leninistas, que atraíram largos sectores da juventude, ocupando todo o espaço do anticapitalismo, deixando uma margem reduzida para que os poucos trabalhadores libertários fossem capazes de levar a estratégia sindicalista revolucionária novamente ao movimento operário.

No entanto, os problemas com que o anarquismo estava confrontado em Portugal não deixavam de ser idênticos aos enfrentados pelo movimento noutros países europeus onde existiu uma significativa presença histórica: Espanha, França e Itália ou, no caso da América Latina, México, Argentina, Uruguai e Brasil. Em nenhum dos casos conseguiu o movimento anarquista, mesmo com todas as diferenças, desde logo no caso emblemático de Espanha, retomar a estratégia anarco-sindicalista, nem voltar a ser um movimento popular socialmente significativo. Perdeu a disputa teórica e social com os Partidos Comunistas, que nos anos 60-70 continuavam hegemónicos no movimento operário e entre as classes trabalhadoras, baseados na grande mistificação nascida a partir de 1917 de uma revolução social vitoriosa que se afundou no pântano do leninismo e do estalinismo.

Novos movimentos de contestação tomaram conta das ruas nos mais diversos países, demonstrando que, apesar de tudo, a revolta e o desejo de mudar as instituições, e a vida, retornam ciclicamente.

Mas, mais importantes ainda, eram as profundas alterações na realidade socioeconómica que vinham ocorrendo na segunda metade do século XX: as mudanças introduzidas no capitalismo e no Estado após a Segunda Guerra Mundial, dando origem, nos países europeus, à consolidação do Estado de Bem-Estar Social e ao acesso de largos sectores das classes trabalhadoras à chamada sociedade de consumo, geraram um crescente consenso interclassista em torno do modelo liberal de sociedade. Acresciam também as rápidas mudanças tecnológicas que não só deram uma nova vida ao capitalismo como introduziram alterações profundas na composição das classes trabalhadoras, mudando completamente o perfil e a composição do movimento operário nascido da revolução industrial.

O Maio de 68 e as lutas sociais autónomas dos anos 60-70 não foram capazes de interromper, e menos ainda alterar, essa situação, pelo que as suas derrotas só viriam a tornar-se ainda mais desastrosas quando a queda imprevisível do campo soviético deixou soterradas debaixo do muro, em 1989, não só as formas autoritárias e terroristas de dominação patrocinadas pelos Partidos Comunistas, como asfixiou também as correntes dissidentes, comunistas e anarquistas, que haviam mantido uma crítica sistemática desses regimes, apontando a alternativa da autogestão generalizada e do socialismo libertário.

Só o optimismo incorrigível de alguns poderia permitir imaginar que após a derrota dos Partidos Comunistas seria possível regressar a uma situação em que os movimentos sociais iriam retomar ideias libertárias que vinham sendo debatidas de forma apaixonada desde do século XIX.

Com a derrocada do modelo russo de ditadura do proletariado, no começo dos anos 90, era um ciclo que se fechava, o das revoluções sociais assentes num movimento operário com uma forte identidade anticapitalista. O ciclo fechava-se não só para os marxistas-leninistas, como para as dissidências comunistas (luxemburguistas, conselhistas, situacionistas) e também para as várias correntes anarquistas.

Era o fim das ideologias, ou o fim da história, que alguns intelectuais da moda apregoavam? Certamente que não, como pudemos verificar nas décadas seguintes. Havia ainda espaço para elaborar um novo pensamento crítico, anticapitalista e antiestatista, adequado ao século XXI, e para desenvolver práticas assentes numa leitura da experiência histórica e da tradição libertária, mas abandonando de vez ilusões, falsos optimismos e crenças, quase religiosas, que já não faziam sentido.

Como a história não pára, coincidindo com a actual vaga reaccionária, novos movimentos de contestação tomaram conta das ruas nos mais diversos países, demonstrando que, apesar de tudo, a revolta e o desejo de mudar as instituições, e a vida, retornam ciclicamente.

Por essa razão, é sempre possível que os movimentos libertários sobrevivam de

Existem muitas outras matizes libertárias que, sem abdicar de uma visão revolucionária, ou pacifista, entendem que se podem materializar desde já projectos associativos, de cultura, de produção e convivenciais, que se traduzem em cooperativas e comunidades, estruturados pelas ideias anarquistas

forma difusa, ou reapareçam, se transformem de forma camaleónica, se esvaziem e voltem a ganhar uma presença social significativa, seja em Portugal ou no lugar mais recôndito deste planeta – até porque existe na história o acaso, a imprevisibilidade e a entropia –, sem sequer serem totalmente explicáveis as razões desse crescimento ou definhamento.

Uma coisa é certa, este problema da pouca relevância actual do movimento anarquista só o chega a ser para os defensores de um anarquismo social, ou seja, os que acreditam que a Revolução Social continua a ser um objectivo fundamental para a transformação radical das sociedades e que essa revolução exige um movimento anarquista estruturado, uma quase-vanguarda, imitando, em alguns casos, um leninismo mumificado. Para os anarquistas individualistas o problema está resolvido *a priori*: são anarquistas independentemente da época, região ou conjuntura social e política, são anarquistas mesmo sendo os únicos. Entre estes dois pólos, existem muitas outras matizes libertárias que, sem abdicar de uma visão revolucionária, ou pacifista, entendem que se podem materializar desde já projectos associativos, de cultura, de produção e convivenciais, que se traduzem em cooperativas e comunidades, estruturados pelas ideias anarquistas, autênticos territórios libertados enquistados nos reinos do Estado e do Capital.

Apesar disso, para todos os anarquistas, associativistas ou individualistas, filhos dilectos de Sísifo, impõe-se, hoje e sempre, um imperativo categórico: o do «eterno recomeço».

Por isso mesmo é precipitado que amigos e, principalmente, inimigos do ideal libertário mandem celebrar um requiem pelo desaparecimento desse movimento que deixou marcas profundas na história social dos dois últimos séculos. No dobrar da esquina do tempo, ele vai estar lá.

Militantes anarco-sindicalistas presos na Fortaleza de Peniche pela sua ação no movimento do 18 de janeiro de 1934.

FONTE: PROJECTO MOSCA

Silêncios, Resistência e Liberdade

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@GMAIL.COM

Na Fortaleza de Peniche, emblemática prisão do Estado Novo (1934-1974), o silêncio do agora Museu Nacional Resistência e Liberdade, relativamente ao papel dos anarco-sindicalistas e dos anarquistas no combate ao fascismo, suscitou uma onda de protestos perante o que pode ser considerado não apenas mais uma grave omissão na transmissão da nossa história, mas um deliberado e premeditado uso da memória.

Quando em 2016 a onda de indignação rapidamente obrigou a reverter a antiga intenção de transformar a fortaleza num hotel, uma das petições públicas clamava «a recuperação da Fortaleza de Peniche, garantindo àquele espaço a dignidade e o rigor histórico que a memória colectiva da Resistência e da luta pela Liberdade merecem.» Dois anos depois de acolhida a sugestão de um «espaço-memória», a exposição temporária "Por Teu Livre Pensamento" foi inaugurada a 27 de Abril de 2019 (a data simbólica da libertação dos presos em 1974). As críticas incidem agora, por esta exposição não ter sabido cumprir com o rigor histórico dessa memória colectiva ao omitir factos e os intervenientes anarquistas. E sublinhando, consequentemente, a versão histórica da resistência centrada no Partido Comunista Português.

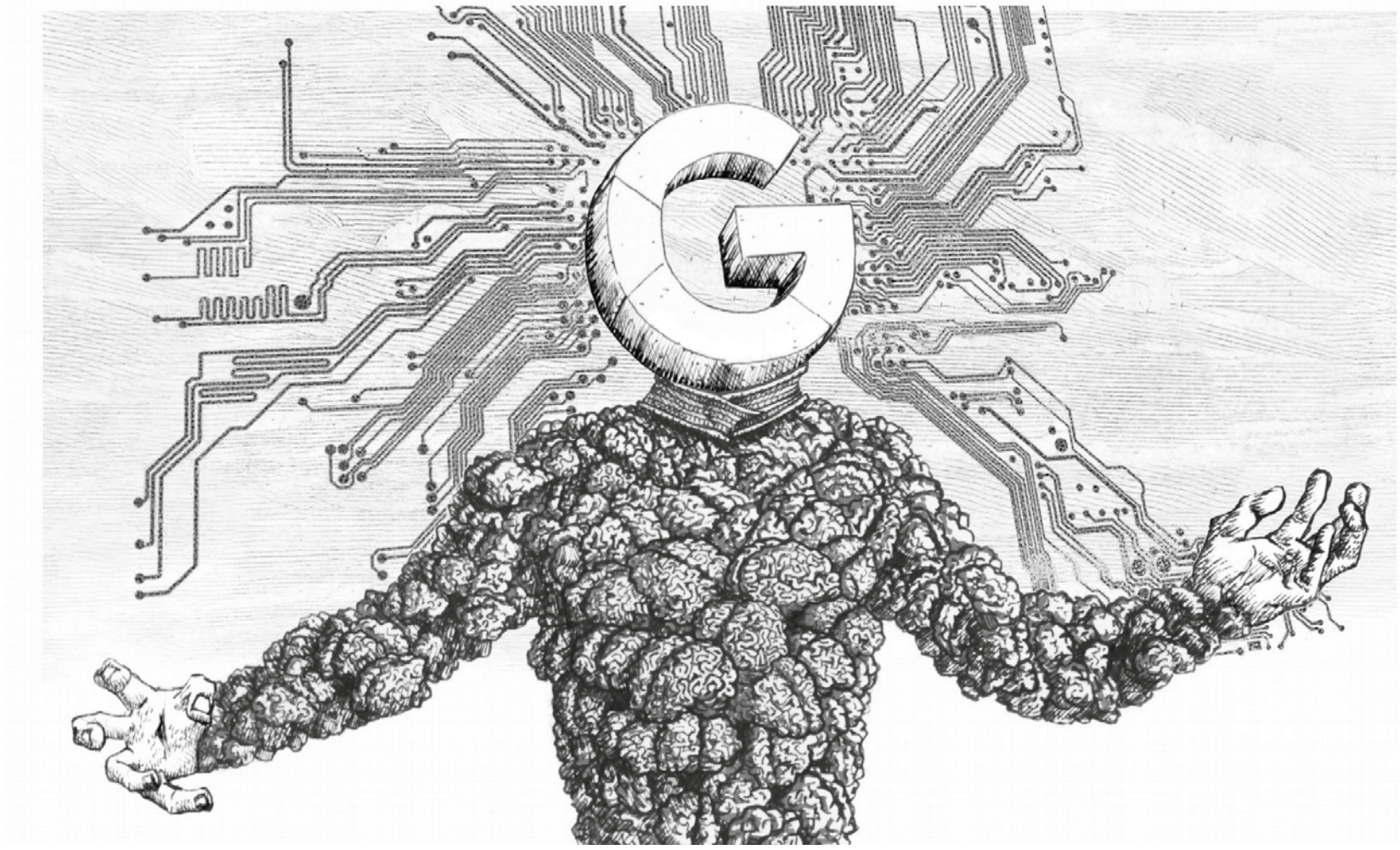
Desde Outubro passado que têm ecoado várias tomadas de posição contra este apelidado branqueamento. Como referia o editor Eduardo Sousa, em missiva que lançou o protesto, o catálogo da exposição temporária contempla uma indesculpável omissão do «papel da Confederação Geral do Trabalho (CGT), a mais importante organização do movimento operário português até ao final dos anos 30, confederação a que pertenciam a maioria dos presos políticos, sindicalistas revolucionários e anarquistas, nos primeiros anos da ditadura». Incrédulo que na actualidade «ainda sejam possíveis visões distorcidas, manipuladas do ponto de vista ideológico, que querem passar a ideia que o movimento operário e a resistência à ditadura nasceram com o PCP nos anos 40.» A situação surge ainda mais destacada quando simultaneamente em 2019 a Biblioteca Nacional evocava em exposição o centenário da fundação da CGT e do seu jornal A Batalha, o qual ainda hoje é publicado por uma nova geração de anarquistas.

A Direcção Geral do Património Cultural (DGPC), responsável pela Fortaleza de Peniche, respondeu tratar-se a exposição da primeira fase de um projecto que «pretende-se que venha a ser muito mais aprofundado na etapa seguinte». O que não escusa reconhecer-se, ora uma incrédula incapacidade historiográfica de síntese – fazendo justiça aos actores principais da Resistência da primeira metade do séc. XX –, ora a vontade de prosseguir o velho guião comunista açambarcador do antifascismo.

Em 2018 o «guião para os conteúdos» fora entregue por Paula Silva, directora da DGPC que presidia à Comissão de Instalação dos Conteúdos e da Apresentação Museológica (CICAM), junto com o autarca de Peniche, Henrique Bertino e Jorge Leonardo do Gabinete do Ministro da Cultura. Da comissão integravam em representação do Partido Comunista Português Adelaide Pereira Alves e Manuela Bernardino, a que se somam também do PCP os ex-presos políticos Domingos Abrantes e José Pedro Soares (pela União dos Resistentes Antifascistas Portugueses). A estes juntavam-se outros «históricos» como Raimundo Narciso (do movimento Não Apaguem a Memória) e Fernando Rosas, este último acompanhado no ofício de historiador ainda por João Bonifácio Serra. A CICAM deu origem ao Comité Executivo do Museu de Peniche (CEMP) para acompanhar «as questões relacionadas com a operacionalização do Guião de Conteúdos». Presidido por Paula Silva, conta com o museólogo Fernando Batista Pereira, a antropóloga Teresa Albino, o director-geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, Silvestre Lacerda, o arquitecto João Barros Matos, Domingos Abrantes do PCP e os historiadores Fernando Rosas e José Pacheco Pereira.

O programa museológico pretende ser um «testemunho vivo do que foi a repressão nas prisões do regime fascista, mas também da luta pela liberdade e pela democracia». Abordando a «História da Ditadura e dos seus Sistemas Repressivos e na História da Prisão», evocará os «olhares e sentires relativos às experiências dos antigos presidiários». Neste encadeamento, conforme definido pelo guião do CICAM, no «capítulo» da «luta contra a ditadura militar e o advento do fascismo» poderão surgir no futuro Museu Nacional Resistência e Liberdade vislumbres de alguns dos episódios e actores, lapsos que "Por Teu Livre Pensamento", a exposição, optou por omitir.

A política quântica dos algoritmos, ou o fim da esfera pública



ΚΟΙΝΩΝΙΑ
ILUSTRAÇÃO **TIDI**

«Apenas um marxista podia ter concebido a tática implementada por Mussolini para se apoderar do Estado»
Curzio Malaparte, *Técnica do golpe de Estado* (1931)

O livro de Giuliano da Empoli, antigo assessor do governo de Matteo Renzi e fundador do think-tank Volta, *Os engenheiros do caos. Teoria e técnica da Internacional populista* (2019), ajuda-nos a ver como a propaganda digital, em todo o mundo, está a deitar lenha na fogueira do fanatismo reacionário.

O adjetivo «quântica» serve para indicar que na nova política a realidade objetiva não existe e que cada observador determina a sua própria realidade. De facto, os conteúdos aos quais cada utente-consumidor das redes sociais acede são cada vez mais feitos à medida de cada um: «Parecemos loucos uns aos outros», diz Jaron Lanier, pioneiro californiano da realidade virtual que publicou *Ten Arguments For Deleting Your Social Media Accounts Right Now* (2018).

Mas o adjetivo «quântica» refere-se também ao facto de a nova política ser uma microfísica do poder, um contexto de experimentação psicossocial no qual técnicas há muito conhecidas pelos físicos são aplicadas a um novo objeto: o conjunto dos humanos. A sociedade pode ser tratada como um sistema caótico, onde cada pequena variação inicial, por exemplo através de uma *fake-news* , pode ter efeitos secundários enormes. Ao analisar em tempo real as reações dos destinatários, os especialistas em Big Data afinam a forma e o conteúdo da propaganda.

O sonho de Auguste Comte, uma política científica, está a ser implementado, só que a gestão científica da sociedade explora os fatores mais irracionais das pessoas. Como declara numa entrevista Sean Parker, o primeiro financiador do Facebook: «damos-te uma pequena dose de dopamina cada vez que alguém põe um like ou comenta uma foto ou um post . […] É um loop de validação social, […] exatamente o tipo de coisas que um hacker como eu poderia criar, porque explora um ponto fraco da psicologia humana. […] Muda literalmente as relações das pessoas entre si e com a sociedade […] Só Deus sabe que efeito produz nos cérebros das nossas crianças». Todos os estudos conduzidos concordam que os *social media* conduzem ao exacerbar de conflitos, transformando-se num meio de difusão da violência. Além do medo e da frustração, a raiva é o sentimento mais produtivo para as dinâmicas da comunicação digital. A raiva, dizem os psicólogos, é a reação narcisista por excelência, nasce de um sentimento de solidão e impotência e caracteriza tipicamente os adolescentes, que oscilam entre a procura do reconhecimento pelos seus pares e a sensação de desadequação. Nas redes sociais somos todos adolescentes. E os *spin doctors* sabem-no. Os media sociais alimentam-se de *engagement*, do envolvimento compulsivo dos utentes, da sua adesão imediata. E para não deixar de capitalizar a atenção das pessoas, bombardeiam-nas de conteúdos «quentes», emocionantes, não interessa se verdadeiros ou falsos: é a «ditadura das emoções», como lhe chama Byung-Chul Han em *Psicopolítica. Neoliberalismo e novas técnicas de poder* (2014).

A comunicação política, argumenta então Da Empoli, passou de uma força centrípeta para uma centrífuga: se antes os políticos, ao dirigirem-se às pessoas num comício ou na televisão, tinham a necessidade de procurar denominadores comuns, porque iam transmitir a mesma mensagem para todos/as, hoje em dia podem dirigir mensagens personalizadas para obter o consenso imediato das pessoas e dos grupos mais variados, sem coerência alguma. Antes tentava-se conquistar a confiança de grandes categorias profissionais ou demográficas, hoje em dia cada potencial eleitor é identificado pelos algoritmos através das suas peculiaridades e idiossincrasias individuais. Tornou-se possível dizer os maiores disparates e usar os argumentos mais improváveis e inverosímeis, porque podem ser dirigidos apenas a quem lhes é sensível, sem a preocupação de serem consensuais ou de afastarem a aprovação de outros eleitores. Neste sentido, a esfera pública já não existe. E o ponto de rutura, para a sociedade civil, aproxima-se a passos largos, perigosamente.

Da Empoli conta-nos várias histórias, todas elas análogas: a de Dominic Cummings, diretor da campanha a favor do Brexit; a de Steve Bannon, o conselheiro de Donald Trump e ideólgo da criação de uma universidade Populista, trampolim para uma Internacional Populista; a de Milo Yiannopoulos, jornalista e blogger britânico contra o *politically correct* dos jornais oficiais, reconhecido como porta voz de uma direita alternativa; a do judeu americano Arthur Finkelstein, conselheiro do húngaro Viktor Orbán, porta-estandarte da Europa reacionária; e a de Gianroberto Casaleggio, falecido fundador do Movimento 5 Stelle, que afirmara: «A política não me interessa, aquilo que me interessa é a opinião pública». Casaleggio foi um adepto da programação neurolinguística, teoria segundo a qual o melhor modo de manipular um público é produzir um «efeito espelho», ou seja, adequar o comportamento ao target (pessoa que se quer convencer), ao ponto de parecer um reflexo seu ou da sua projeção de ideal. Da Empoli sugere então que há um tabu que ninguém quer enfrentar: não são apenas as elites que mudaram, mas também os povos. Com uma «bola de cristal» no bolso que responde a todas as perguntas e desejos, é difícil manterem-se lúcidos, solidários e empáticos. É difícil ter paciência e negociar argumentos, debater os factos e as suas interpretações: é difícil fazer política, e resistir à (anti)política quântica dos algoritmos. Daí que as minorias intolerantes, que existem em todos os países, estejam a ganhar cada vez mais adeptos: os extremistas tornaram-se a força centrífuga do sistema e o modo mais eficaz para ganhar a maioria nas eleições já não é convergir para o centro, mas adicionar os extremos periféricos. Neste sentido, a reflexão, ou melhor, o alerta de Da Empoli não difere em muito daquele da jornalista turca Ece Temelkuran, que no seu livro *How to Lose a Country. The 7 Steps from Democracy to Dictatorship* (2019) apela a que não esqueçamos que, em qualquer lado, como aconteceu na Turquia, a transição do populismo para a ditadura não só pode ser muito rápida, como nunca será indolor.

A Besta fascista é de facto uma Internacional, um novo Leviatã de proporções inéditas. As investigações dos jornalistas do programa italiano Report, divulgadas em Outubro de 2019, em duas reportagens, *A Fábrica do medo* e *A santa aliança*, documentam as relações da Rússia com todos os movimentos fascistas da Europa e da América. Relações materiais, com financiamentos lícitos e ilícitos, e ideológicas: aquilo que está a acontecer é, nas palavras dos seus artífices, «uma revolução antiliberal». Mas falaremos destas reportagens no próximo número do Mapa, com o intuito de ajudar a esclarecer o programa político subjacente à técnica do desinformar para reinar.

O animismo fetichista do Candomblé afro-brasileiro e a espiritualidade no Ocidente (Parte IV)

Desde a era da colonização transatlântica, nos primórdios do capitalismo moderno, o preconceito histórico de segregação socio-racial que associou a cultura animista africana à feitiçaria e à magia negra desencadeou uma total repulsa à cosmologia nagô, que marginalizou até hoje a identidade dos povos negros de tradição animista. Um estigma que nos impede de conhecer extraordinárias dimensões de emancipação social, política e cultural do «povo de santo» afro-brasileiro, como a prevalência de uma cultura matriarcal e o empoderamento de uma singular e ampla comunidade *queer*.

JÚLIO DO CARMO GOMES
7NOS.EDITORA@GMAIL.COM
ILUSTRAÇÕES **ANA FARIAS**

Sabemos que o medo come a alma. A insolvência global de razões para estar vivo conduziu-nos a essa espécie de emboscada de adiar o tédio e a morte no pronto-a-servir das salvações ao fundo de um *like*, na rotina de passar mercadorias por um leitor de código de barras ou na desesperada procura do *BigMacmindfulness*. Salvações que nos compensam das dores ou que, simplesmente, iludem o fundamento deste tempo que teima em roubar-nos o essencial para que fiquemos contentes com o supérfluo. Não percamos de vista que o conceito salvacionista estava por detrás da ideologia colonial, cuja missão era salvar os indígenas.

Sem um compromisso transformador da acção jurada no tempo, saímos da (micro) história. Somos indígenas. Entregues à aculturação de sonhos fabricados pela *slotmachine* dos *media* e da tecno-ciência, legislados pelo poder lucrativo que a alimenta, experimentamos permanentes processos de hipnose e alienação que amenizam a nossa angústia ao mesmo tempo que assistimos à catástrofe do nosso desaparecimento enquanto seres humanos. Somos os desalmados.

Na ausência de narrativas comuns e de mitos sociais maiores, «sós mas cheios de si-mesmos» (Cioran) podia bem ser um *slogan* espirituoso e cínico vendido pelo marketing do capitalismo afectivo. Afinal, talvez isso fosse mais uma maneira de salvar a face e não ver nessa consigna a verdadeira marca distintiva deste tempo... Na terceira parte do artigo, ao tematizarmos o estado da espiritualidade no Velho Mundo, demos conta de uma acentuada busca espiritual por meio das religiões orientais e dos cultos indígenas pré-colombianos. Uma tendência muitas vezes evasiva, de pendor individualista e instigada por lógicas mercantis. Doutrinas ainda assim cobertas por um manto de legitimação e de generalizada aprovação social.

O supersticioso temor do Ocidente aos *voduns*

A história muda de figura em relação ao animismo africano. O medo ao desconhecido e a negatividade continuam a prevalecer no imaginário popular. Em particular para nós, indígenas do V Império, o imaginário sobre o Oriente e o Brasil índio devém *português suave* e exala exotismo, ao passo que à herança africana, bem mais estrutural na história e no quotidiano da sociedade contemporânea, opomos o nosso temor supersticioso. O preconceito e o fantasma do Vodu continuam a flagrar a nossa ignorância. Uma sombra que não nos deve espantar. Durante séculos fez-se crer que os povos animistas da África negra eram inferiores, um estereótipo cuja fonte documental remonta à elite africana do Império do Mali no século XIII. Para justificar a venda de homens e mulheres em tratado comercial com os esclavagistas berberes e árabes[2], o reino do Mali reservou aos povos subsarianos o rótulo de «inferiores» e «animalescos». Estigma posteriormente globalizado pela Coroa Portuguesa e sua coorte de traficantes (e demais Impérios do Ocidente). Não há como escapar a este brutal peso da história quando analisamos a razão estrutural que nos faz olhar de cima para baixo para a cultura espiritual animista de raiz africana. Um preconceito enraizado numa segregação socio-racial e que associou a cultura animista à feitiçaria e à magia negra, desencadeando uma total repulsa à cosmologia nagô e que de maneira generalizada marginalizou e marginaliza até hoje a identidade dos povos negros de tradição animista. Um tabu que nos impede de conhecer excepcionais aspectos de emancipação social, política e cultural do «povo de santo» afro-brasileiro.

Matriarcas, fantasias homossexuais e transgéneros

Além de, ao longo de séculos, o candomblé se ter constituído como uma prática de resistência cultural e histórica – melhor dito, historicizada – de recriação da sua singular cosmovisão durante a escravatura, a abertura dos terreiros às pluri-identidades, intrínseca à mitologia animista nagô, conduziu à prevalência de uma cultura matriarcal e ao aparecimento de uma singular comunidade *queer*. É certo que os terreiros não estão imunes aos traços do micro-fascismo machista e homofóbico. Isso não significa que os preceitos cerimoniais e as formas de organização do candomblé postulem esses valores. Quer apenas dizer que as casas dos orixás no *aiê* fazem parte de uma sociedade abrangente dominada por dispositivos jurídicos patriarcais, por modos de organização económica e social patrilineares e por formas de olhar normativas quanto ao género, à sexualidade e à identidade dos afectos. Mais, quer dizer que nas comunidades de culto ao sagrado afro-brasileiro foi possível desconstruir esteios dominantes da sociedade moderna e, através do *xirê*, criar uma cultura *trans*-formadora, inclusiva, horizontal e recíproca.

Na década de 1930, a norte-americana Ruth Landes realizou uma pesquisa de campo em Salvador que deu origem a um polémico artigo onde dava como assente a existência de um matriarcado nos terreiros de candomblé nagô da Bahía, por serem em grande parte liderados por mulheres e por estas possuírem total autonomia na administração dos templos.

A investigadora Mariza Corrêa argumenta que a antropóloga que partiu de Nova Iorque para se internar nos terreiros de Salvador e do Recôncavo estava a remar contra a maré ao «explicitamente feminizar os cultos afro-brasileiros. A visão corrente era a de que a dominação masculina, vigente na sociedade brasileira como um todo, era também vigente nos cultos afro-brasileiros. Ao desmontar este esquema simplista, Landes expôs uma fractura de género na análise dos cultos aos orixás que merece atenção até hoje»[3].

Não sem algum exagero, Corrêa chega mesmo a afirmar que a discípula de Franz Boas esteve a par de Carmen Miranda na missão de identificar a mulher mulata baiana como um símbolo nacional do Brasil. Sem dúvida que a obra *A Cidade das Mulheres*, escrita em contramão às tendências científicas vigentes no final da década de 40, deu visibilidade à cultura matriarcal presente nos candomblés. Porém, não foi a escrita de Landes que «feminizou» os cultos sagrados aos orixás. Foram as mulheres escravas e suas descendentes. Ao constituírem-se em comunidades de culto antes e depois da escravatura no Brasil (1888) e, antes de tudo, ao reconhecerem-se como centros de poder na reprodução social da sua comunidade (ver Parte I e II).

> «As fantasias dos homossexuais passivos [adés, na gíria candomblecista] são concretizáveis sob a protecção do culto, os homens dançam como mulheres, desempenhando papéis das mulheres, usando saias e agindo como médiuns»

Na esteira das conclusões de Landes, estudos realizados por Nunes Pereira (1979) e Sérgio Ferretti (2009) na Casa das Minas, tradicional templo religioso do Tambor de Mina – designação do culto aos orixás em São Luís, no Maranhão –, demonstraram que todas as lideranças do culto eram mulheres, não sendo permitido aos homens submeter-se ao processo iniciático que torna o *abiã* preparado para receber as divindades em estado de transe.

A matriz matrilinear na Casa das Minas, uma particularidade também verificada na tradição de vários terreiros queto da Bahia[4], não configura porém uma cultura homogeneizada de interdição baseada na dicotomia homem-mulher. Como notou a etnóloga Patrícia Birman: «Não existe grande distinção entre as atribuições litúrgicas dos rodantes, sejam eles homens ou mulheres.

Compete-lhes entrar em transe com as divindades nos momentos litúrgicos, consultar o oráculo, realizar oferendas votivas e ocupar-se de diversos aspectos da organização física do terreiro. Ambos podem chegar à liderança do terreiro.»[5]Ao narrar as dinâmicas do mosaico fluído e multi-identitário dos terreiros da Bahia, retratando as suas contradições internas, dando voz aos próprios candomblecistas num contexto de mudança mas historicamente vinculado à herança cultural e histórica da África negra e animista, Landes evitou as armadilhas da antropologia tradicional. Além de assinalar o gradual aumento do poder feminino e do número de mães-de-santo nos candomblés mais tradicionais, ainda na década de 1930 a académica norte-americana observou o surgimento de uma outra vertente de culto, os candomblés de caboclos, onde os homens podiam entrar em transe com as divindades e assumir a liderança dos ritos. De acordo com a sua pesquisa, os terreiros baianos foram há um século atrás o espaço encontrado por esses homens para manifestarem livremente a sua orientação homossexual e serem aceites pela comunidade. «As fantasias dos homossexuais passivos [adés, na gíria candomblecista] são concretizáveis sob a protecção do culto, os homens dançam como mulheres, desempenhando papéis das mulheres, usando saias e agindo como médiuns (…) o seu estilo de dança nos rituais (...) é estereotipadamente feminino, especialmente na sua forma de ser lento e sensual (dengoso), marcadamente diferente das formas atléticas cultivadas pelos homens nas danças seculares.»[6]No aspecto cosmológico, os orixás cultuados no candomblé podem ser femininos (iabás), masculinos (aborós) ou *metás*. As entidades metás (do iorubá, «trio» ou «trindade») possuem os dois géneros, ou melhor, são não binários, já que manifestam um género outro. Por exemplo, tanto Oxumaré como Logun Endé, segundo as lendas orais, mais do que divindades representadas com atributos sexuais masculinos e/ou femininos, são sobretudo uma metamorfose que advém numa identidade outra, um devir incorpóreo e psicológico de uma existência transgénero que está para lá da dicotomia feminino-masculino e que ultrapassa a própria categoria humana como veremos adiante.

«Cada terreiro, preservando a sua plena autonomia e singularidade, abre um caminho subversivo e progressista, sulcado e conquistado, diga-se, num processo dinâmico e inconcluso»

Meta Metás, híbrido corporal e erótico

De salientar que as lendas sobre os orixás não são redutíveis a uma narrativa uniforme[7]. Cada orixá pode ser cultuado segundo diferentes invocações, no Brasil chamadas qualidades e em Cuba caminhos. Por essa virtude, cada entidade se multiplica em várias. Assim sendo, Iemanjá jovem e guerreira vem a ser Ogunté, e a velha e maternal Iemanjá é Sabá. No caso de Oxalá, que encima o panteão dos orixás, diz-se que em África se desdobra em 16 Oxalás. Entre eles, Obatalá é nas lendas ora masculino ora feminino. Nos terreiros do Brasil é quase sempre cultuado como masculino (apesar de incorporar esmagadoramente em mulheres) e, em Cuba, feminino. Outras fontes chegam a retratá-lo como hermafrodita. Otim, orixá metá, é cultuada como entidade feminina apenas no batuque gaúcho. No candomblé queto, Otim é apenas uma qualidade efeminada de outro orixá, Oxóssi, deidade masculina. Em África, Otim é um elemento da natureza, um rio. Xangô, o orixá mais viril, foi sincretizado em várias regiões do Brasil e Cuba com Santa Bárbara. São alguns exemplos das variações de uma mitologia espectral que encontra o seu imaginário plurireflexivo na vivência iconoclástica do «povo de santo».

Ao contrário do que se poderia supor, o que vai caracterizar os orixás *metás* não é a homossexualidade. Vários mitos relatam que deuses aborós ou iabás mantiveram relações sexuais com orixás do mesmo sexo (Oxóssi e Oxum), naturalizando a sexualidade não-normativa (a homossexualidade, o lesbianismo e a bissexualidade[8]), mas conservando ao mesmo tempo comportamentos sociais generificados.

De modo diferente, ser *metá* tem a ver com o facto de a entidade hibridar características comummente classificadas em categorias sociais distintas, dentre elas (mas não só) as de género – na prolixa gíria do candomblé, os «loces» designam a hibridação sexual. Assim, os *metás* transformam-se em, e/ou são, a um só tempo, animal-humano (Logun e Oxumaré); vegetal-humano (Ossaim); pénis-vagina (Oxumaré); iabá-aboró (Logun e Oxumaré); fenómeno natural-animal (Oxumaré) ou natural-humano (Otim); peixe-mamífero (Logun)... Hibridações narradas em várias lendas orais iorubanas e personificadas em Logun Edé[9] (o menino efeminado, brincante dos atributos de género), Oxumaré (o deus transexual, que de tempos em tempos troca de sexo e género), Otim (o rio feminino que se transforma em caçador homem), Erinlé (a beleza andrógina) e Ossaim (o feiticeiro, homem-folha, homossexual masculinizado). O facto de estas divindades se encontrarem entre a dúzia de orixás mais cultuados no Brasil demonstra a relevância e o grau de pregnância de uma cultura não-normativa e aberta à hibridação da identidade corporal, afectiva, comportamental e erótica.

A lógica da metanidade encontra a sua correspondência concreta na vivência dos iniciados, ao promover os trânsitos de sexogénero. Desta feita, homossexuais e/ou transgéneros encontram respaldo sagrado para a livre expressão da dimensão sexo-género-erotismo, noutros contextos considerada desviante e reprimida. Uma abertura às sexualidades dissidentes da heteronorma destacada por vários autores (Landes, Peter Fry, Maria Leão Teixeira, Rita Segato, Patrícia Birman, Luís Rios...).

No contexto das doutrinas afro-brasileiras, as narrativas lendárias são muito mais do que simples alegorias. O seu carácter sagrado ocupa um lugar de saber instituído, sendo, por isso, um meio privilegiado para a veiculação das concepções que transgridem valores da sociedade envolvente, apontando caminhos de emancipação e outorgando à *politeia* do candomblé um grau de libertação, humanismo e coexistência que os valores culturais dominantes da sociedade secular não manifestam, muito menos os dogmas das grandes religiões monoteístas e politeístas. Nas palavras de Rios, «o candomblé parece ter-se adiantado às ditas sociedades, instituindo explicitamente a "ciborguização" (Haraway) como um modo de operar para constituir posicionamentos identitários.»[10]A reboque da «ciborguização» candomblecista, outro fenómeno extraordinário sucedeu no Brasil urbano: a elaboração e disseminação de todo um dialecto *gay* e *queer* adoptado a partir de vocabulário iorubá[11], um idioma preservado em exclusivo no Brasil nos ritos do candomblé. Um processo de transculturação idiomática que, mais uma vez, ilustra a fértil e diversificada influência da cultura afro-brasileira.

A continuidade metafísica entre o ser e a natureza na cosmologia dos orixás pressupõe não uma identidade substancial, conservadora e fixa, mas uma afinidade relacional e processual – um trânsito entre diferentes possibilidades de articulação entre sexo, género, orientação sexual, erotismo, prazer corporal, cuidados sociais e para com a natureza. Uma teoria da existência patente nos fundamentos heterodoxos e fluídos da literatura milenar e oral da tradição animista – e uma praxis vivenciada pelo menos há um século nos terreiros de candomblé afro-brasileiros – que antecipa em milénios o conceito *cyborg* de Donna Haraway (1985). A metanidade do "povo de santo" abriu uma brecha de alteridade e troca dialógica, do campo ontológico ao político, da esfera ética à questão de género, que convoca uma transgressiva continuidade de índole sociocêntrica e que se traduz no traço bem visível do saber (e estar) ecológico dos ritos do candomblé. Oswald de Andrade situa o lugar de onde vem essa brecha: "A alteridade é no Brasil um dos sinais da cultura matriarcal"[12].

Nunca é demais salientar que esta cultura fluída e dialógica de coexistência com a diferença e de rompimento com padrões sociais estereotipados que renegociaram as relações de género e o regime sexual heteronormativo não resultou da implementação de uma discursificação identitária ou da cartilha multiculturalista, produzida por uma classe separada e académica. Atente-se na insuspeita conclusão da antropóloga Daniela Cordovil: «O debate a respeito da natureza do homem e da mulher e dos papéis de género [no candomblé] é algo mais vivido e sentido do que objecto de uma produção discursiva própria.»[13]

Desconstruindo o «solipsismo branco»

Desde os primeiros relatos etnográficos sobre os cultos afro-brasileiros em finais do século XIX, a manifesta linha de valores matriarcais nos terreiros fazia-se jogar pelo amplexo da carne e do espírito, num contexto de comunhão que incluía o outro sem olhar ao género, à cor e à classe social (ver Parte I e II). A pretexto da manipulação do *axé*[14] (energia mística) e do contacto entre o *aiê* (mundo de cá) e o *orun* (mundo extraterreno), os procedimentos rituais de iniciação reproduzem um fluxo de valores que politizam as relações sem olhar a quem, num cúmulo de experiências espirituais e sociais de uma beleza libertária de rara profundidade e longevidade. Como temos vindo a demonstrar nesta série de artigos, o candomblé está conceptualmente descentrado de uma visão imperialista etnocêntrica, biocêntrica e fisiocêntrica. O *axé*, princípio transcendental e primordial da existência humana e não-humana, é o fundamento do universalismo inclusivo de matriz animista do candomblé e renova-se em inúmeros terreiros através de um modelo matriarcal.

O tema do matriarcado no candomblé presta-se a uma discussão entre distintas visões de tradição feminista. A tradição matriarcal – que permeia a mitologia nagô e a cultura diaspórica afro-brasileira – segundo Oswald de Andrade assentava sobre uma base «tríplice: o filho de direito materno, a propriedade comum do solo, e o Estado sem classes, ou seja, a ausência do Estado»[15]. O antropólogo prossegue: «Quando se instaurou o Estado de classes, consequência da revolução patriarcal, uma classe se apoderara do poder e dirigia as outras. Passava a ser legal o direito que defendia os interesses dessa classe (…) Sendo um direito legislado, exigia obediência. Estabeleceu-se então a organização coercitiva que é o Estado, personificação do legal.»[16]Esta ruptura histórica com o mundo matriarcal – ou com o *comunismo primitivo*, na expressão que Karl Marx usou para caracterizar as sociedades pré-históricas, antes da formação do Estado e das classes sociais, tema amplamente esgotado por Engels em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* –, produziu-se quando «o homem deixa de devorar o homem para fazê-lo seu escravo»[17]. O autor do *Manifesto Antropófago* entende por *devoração* a qualidade de devir outro de fora para dentro, de hibridar-se com o diferente, de incluir o *estrangeiro* na roda da existência e na concretude da vida vivida, *predação subjectivante* interna ao mundo das relações de que falava Lévi-Strauss. Valores nos antípodas da cultura messiânica cristã, islâmica e judaica, todas elas patriarcais e imperialistas, e que tendem a levar o ser humano à vida futura, ao

céu, à salvação num amanhã eternamente invivível e a impor o seu olhar ao outro de cima para baixo e dentro para fora. E não há messianismo sem a figura do messias, do líder patrilinear. O Pai em casa, o patrão no trabalho, o patrono (líder político) no governo, o Pai Nosso no céu. Pois é. O acaso não mora aqui. Calcamos séculos de tradição patrilinear.

Ao contrário da herança feminina nas sociedades patriarcais, a herança masculina está muito presente na comunidade candomblecista. Apesar da matrilinearidade vigente em inúmeros terreiros, nenhum tipo de supremacia sobre os homens é predicada, como destacou a etnóloga Jamie Andreson[18]. O compartilhamento do conhecimento feminino com os homens catulados é valorizado como elemento central da cultura baiana e do candomblé em geral, num evidente contraponto com a sociedade de Ifé, na Nigéria, centro do poder sacerdotal do culto aos orixás, em que o domínio religioso e político pertence às sociedades secretas dos sacerdotes.

«O direito materno tem presidido à pacífica felicidade dos povos marginais, dos povos a-históricos, dos povos cuja finalidade não é mais do que viver sem se meterem a conquistadores, donos do mundo e fabricantes de impérios»

Teóricas como Niara Sudarkasa, Oyèrónké Oyěwùmí, Ifi Amadiume e Nkiru Nzegwu postulam que as sociedades africanas podem ter as suas próprias formas de desigualdade e estratificação, mas é errado supor que a assimetria sexual é intrínseca à África negra ou que o género, antes da colonização árabe e europeia, era um princípio que organizava essas sociedades[19].

Romper com a epistemologia eurocêntrica é um dos desafios a que se impuseram várias investigadoras em seus estudos sobre os conceitos ocidentais de género e mulher, reproduzidos pela doxa do feminismo identitário (seja ele proferido por brancas/os ou negras/os). Desconstruindo o conceito de «solipsismo branco» (Spelman), essa tendência de pensar, imaginar, e falar como se a brancura descrevesse o mundo"[20], antropólogas e historiadoras africanas têm vindo a dar visibilidade à vertente matrilinear e a enaltecer a cultura de valores matriarcais, designadamente presentes na cultura iorubana.

De acordo com a antropóloga nigeriana Ifi Amadiume, o poder feminino em África é «derivado da importância sagrada e quase divina concedida à maternidade», considerando que «a veneração da maternidade constitui a principal diferença entre as experiências históricas das mulheres africanas e as das mulheres europeias»[21]. Segundo estas investigadoras, a maternidade constitui o núcleo simbólico de uma poderosa posição de sujeito do sexo feminino na África negra, e a sua desvalorização pela visão feminista ocidental explicaria a perda e falta de poder social e simbólico das mulheres no Ocidente.

Aceitar que a maternidade é uma experiência potencialmente aberta a todas as mulheres não reduz as mulheres à experiência da maternidade e ao papel de mãe e cuidadora. É antes o reconhecimento de um poder e de um modelo ancestral de organização e reprodução social: a reprodução dos cuidados em extensão, o apoio mútuo, a propriedade comum dos bens, a decisão colectiva e o dom da reciprocidade. O problema não é que a conceituação da mulher comece com o poder reprodutivo (da comunidade e dos valores associados ao cuidado, criação e dádiva), mas que este nunca transcenda os estreitos limites da família nuclear e que o homem se (auto) exclua desse processo.

Um fio condutor de resistência cultural e ética matriarcal une «as pretas que faziam bailes às escondidas, com uma preta mestra, adorando bodes vivos e untadas de sangue»[22], estigmatizadas em 1680 pelo Santo Ofício da Inquisição, e as sacerdotisas e iabás dos terreiros contemporâneos. *A bondade animal da vagina* e o poder mágico do ventre. É precisamente a visão matriarcal de que a criança pertence à comunidade e por ela deve ser cuidada (o que inclui e deve incluir o homem) que desvincula a maternidade da sua sexualidade. Desligado o acto da geração do acto sexual, não é possível drama algum ante o direito da mulher à sua existência amorosa e erótica.

Procurar no reduto esotérico do candomblé a(s) resposta(s) para as grandes questões existenciais é uma aventura íntima e pessoal. De outro modo, no âmbito exotérico que aqui temos vindo a traçar nesta série de artigos (a próxima e última parte versará sobre a estreita ligação dos terreiros às revoltas de escravos, aos quilombos, aos movimentos grevistas, às lutas pelos direitos negros e a grémios libertários) e, em particular, a sua vertente matriarcal e *antropofágica*, a família horizontal e em extensão, o dom da reciprocidade e da inclusão, a ligação ecológica aos recursos da natureza, a prática de uma hierarquia fluída e descentralizada, o surgimento e empoderamento de uma cultura *queer*, a lógica da metanidade e a ausência de um poder sacerdotal centralizado, são manifestos traços que situam os terreiros nos antípodas das formas estatais de um poder centralizado e maquinal, da propriedade privada e da família indissolúvel patrilinear, do regime heteronormativo e da acumulação material pregada pelo capitalismo. Como escreveu Andrade, «o direito materno tem presidido à pacífica felicidade dos povos marginais, dos povos a-históricos, dos povos cuja finalidade não é mais do que viver sem se meterem a conquistadores, donos do mundo e fabricantes de impérios»[23].

Mais do que uma crença religiosa, o som do batuque (*coração de pássaro ao fundo do cativeiro*[24]) repercute um pensamento cosmológico, «uma filosofia trágica que afirma o divino como uma das várias facetas da vida mas sem teologia»[25], assevera o sociólogo Muniz Sodré. Cada terreiro, preservando a sua plena autonomia e singularidade, abre um caminho subversivo e progressista, sulcado e conquistado, num processo dinâmico e inconcluso. Uma politização da realidade, longa e reiterada, na criação de múltiplas sociedades de iguais independentemente do sexo, da cor, do género e da classe social. Uma ética de resistência que um colectivo de seres humanos etnicamente diverso de raiz negra e ancestralidade escravizada, desterrados à força do seu meio original, contra o sufoco e desumanização dos mercadores de escravos, do poder colonial e da Igreja Católica (e, hoje em dia, contra o pior das igrejas evangélicas aliadas aos narcotraficantes) e contra a persistência de uma dominação pós-colonial, corporizou e corporiza nos terreiros de candomblé.

1 Foram de facto os cultos daomeanos aos voduns a principal inspiração do vodu, crença legada aos haitianos pelos ancestrais africanos, levados como escravos para São Domingos. No Brasil, os voduns são cultuados nos terreiros de rito jeje.

2 À falta de documentação rigorosa, o investigador Ralph A. Austen estima que entre 650 e 1800 o tráfico de africanos subsarianos pelas classes esclavagistas árabes pode ter ascendido aos 17 milhões.

3 *A natureza imaginária do gênero na história da antropologia*, Mariza Corrêa, Cadernos Pagu, 2009, p. 15.

4 Sem excepção, os mais reconhecidos e históricos terreiros de candomblé foram fundados na Bahia e por mulheres da nação queto: Ilê Lya Nassô (séc. XVIII), Casa Branca do Engenho Velho (1830), Gantóis (1849), Alaketo (1858) e o Ilê Opo Afonjá (1910).

5 *Fazer estilo criando gêneros. Possessão e diferenças de gênero em terreiros de umbanda e candomblé no Rio de Janeiro*, Patrícia Birman, Edições UERJ/Relume Dumará, Rio de Janeiro, 1995.

6 *A Cult Matriarchate and Male Homosexuality, Ruth Landes, Journal of Abnormal and Social Psychology*, 35, 1940, p. 394.

7 Vale dizer que a mitologia iorubá tradicional é mais ampla do que a retratada pelas lendas dos orixás, pois a par da mitologia sobre as entidades, há uma enorme variedade de mitos protagonizados por seres humanos, animais e elementos da natureza, sem a presença de divindades. Completam o vasto património cultural nagô os incontáveis provérbios, *oriquis*, e os 256 odus, versos que constituem a base do conhecimento do sistema de adivinhação, associado ao Oráculo de Ifá. Este complexo saber divinatório e geomântico, que mais uma vez é heterogéneo e apresenta variedades consoante as regiões em que é praticado na Nigéria ou, por exemplo, entre a diáspora Lucumi em Cuba, exige um aturadíssimo processo de aprendizagem, uma das razões pela qual no Brasil tem vindo a ser simplificado, conduzindo à extinção dos babalaôs. Outra razão para o desaparecimento da figura mais mística dos cultos sagrados de tradição iorubá no Brasil está relacionada com a preponderância atribuída pelas mãe-de-santo e pais-de-santo aos vínculos sociocêntricos e à reprodução comunitária da cultura de resistência afro-brasileira, uma ética historicizada que parece sobrepor-se a esta faceta mística.

8 Entre tantos outros factos e particularismos da iconoclastia do candomblé (só muito parcialmente relatados e analisados neste artigo), segundo a antropóloga Rita Segato a bissexualidade entre as lideranças dos terreiros do Xangô de Pernambuco suplanta quer a orientação homossexual quer heterosexual...

9 Logun Edé passa de gente a peixe, a cavalo-marinho, o híbrido aquático cujo macho guarda a prole no ventre. Ser inconformado com os limites impostos pela biologia e pela sociedade, embora tenha pénis, cisma em se metamorfosear de *iabá*, para frequentar lugares aonde só elas podem ir. Ademais, não lida muito bem com as tarefas domésticas, próprias das iabás, nem com o trabalho da caça, atribuição dos aborós. Ser híbrido e em constante metamorfose, Logun é também símbolo de outro interdito social: filho incestuoso de Oxóssi e Oxum. Mais uma vez a tradição oral iorubana se revela profusamente heterodoxa e irredutível à uniformização: em várias lendas, Logun é filho de Iansã e Ogum, em outra lenda é filho de Oxum e Erinlé, que também se apaixona platonicamente pelo filho; finalmente, certas lendas chegam a relatar que Logum tinha duas mães e dois pais... O incesto é outro tema presente em várias lendas iorubanas (aliás, Oxóssi possui Logun, seu filho...), sem que seja preconizada uma moral (do bem e do mal), como por exemplo sucede no icónico complexo de Édipo, da mitologia grega, ente que carrega com ele um sentimento de culpa (e) autodestrutivo que o leva a vazar os olhos. Na mitologia dos orixás, uma excepção condenatória do incesto surge quando no acto sexual a violência é explicíta e o não-consentimento implícito, como retrata a lenda em que Oiã é assediada por Odulecê, seu pai adoptivo.

10 *«LOCE LOCE METÁ RÊ-LÊ!»: posições de gênero-erotismo entre homens*, Luís Rios, Polis e Psique, Vol.1, Recife, 2011, p. 227.

11 «A mona de ekê estava com o obé-shirê na mocó» (O travesti estava com a navalha na bolsa; «O adé está fazendo lorogun com meu oruncó» (A bicha está a mexericar com o meu nome); «No ilê de baco» (No motel, sendo «ilê» casa e «baco» acto sexual); «Dar o bife pra Exu» (Ter sexo)...

12 *Oswald de Andrade, Obras Completas 6, Do Pau-Brasil à antropofagia e às utopias*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1970, p.141.

13 *Espiritualidades feministas: Relações de gênero e padrões de família entre adeptos da wicca e do candomblé no Brasil*, Daniela Cordovil, Revista Crítica de Ciências Sociais [online], 2016, n.º110, pp. 117-140.´

14 O *axé* está contido nas substâncias essenciais de cada ser, animado ou não, simples ou complexo, e em cada elemento da natureza, que compõem o mundo. «Força que, embora não possa ser percebida directamente pelos sentidos, pode ser aumentada ou diminuída, afectada por outras forças com a qual interage; é uma força que existe quando em conexão, princípio chave da cosmovisão nagô» (Juana Elbein dos Santos). *Axé* é também um «poder de realização», o que leva Muniz Sodré a associar essa definição à concepção Junguiana: «Não é o supranormal, mas o eficaz, o poderoso, o criativo. (...) Sendo uma força de realização ou de engendramento, a palavra pode ser mesmo traduzida como "aquilo que deve ser realizado".»

15 Oswald de Andrade, op. cit, p.80.

16 Idem.

17 Ibidem, p. 81.

18 *Cf. Edison Carneiro and Ruth Landes: Authority and Matriarchy in Candomblé,* J. Andreson, Berkeley Undergraduate Journal, 2012.

19 Oyěwùmí argumenta que, ao contrário das sociedades euro-estadunidenses, as diferenças sexuais não eram a base para a classificação social, hierárquica e humana, na cultura iorubá. Ao invés disso, a organização social e a hierarquia era (e ainda é) determinada em grande parte por meio da antiguidade (outras teóricas africanas usam o termo «senioridade»). «A antiguidade como o fundamento das relações sociais Yorùbá é relacional e dinâmica, ao contrário do género, que está centrado no corpo.» A ausência do que Oyěwùmí chama de «corpo-raciocínio» na sociedade iorubá é reforçada pela própria questão da língua. Em iorubá, como em muitas línguas africanas, sexo não é linguisticamente codificado. Oyěwùmí demonstra que as categorias iorubás okùnrin (geralmente traduzida como macho/homem/menino), e obinrin (geralmente traduzida como fêmea/mulher/menina), «representam traduções erróneas, que introduziram hierarquias de género onde não havia nenhuma».

20 *Inessential Woman: Problems of Exclusion in Feminist Thought*, Elizabeth Spelman, Boston: Beacon Press, 1988, p. 116.

21 *Reinventing Africa: Matriarchy, Religion and Culture*, Ifi Amadiume, London: Zed Books, 1997, p. 146.

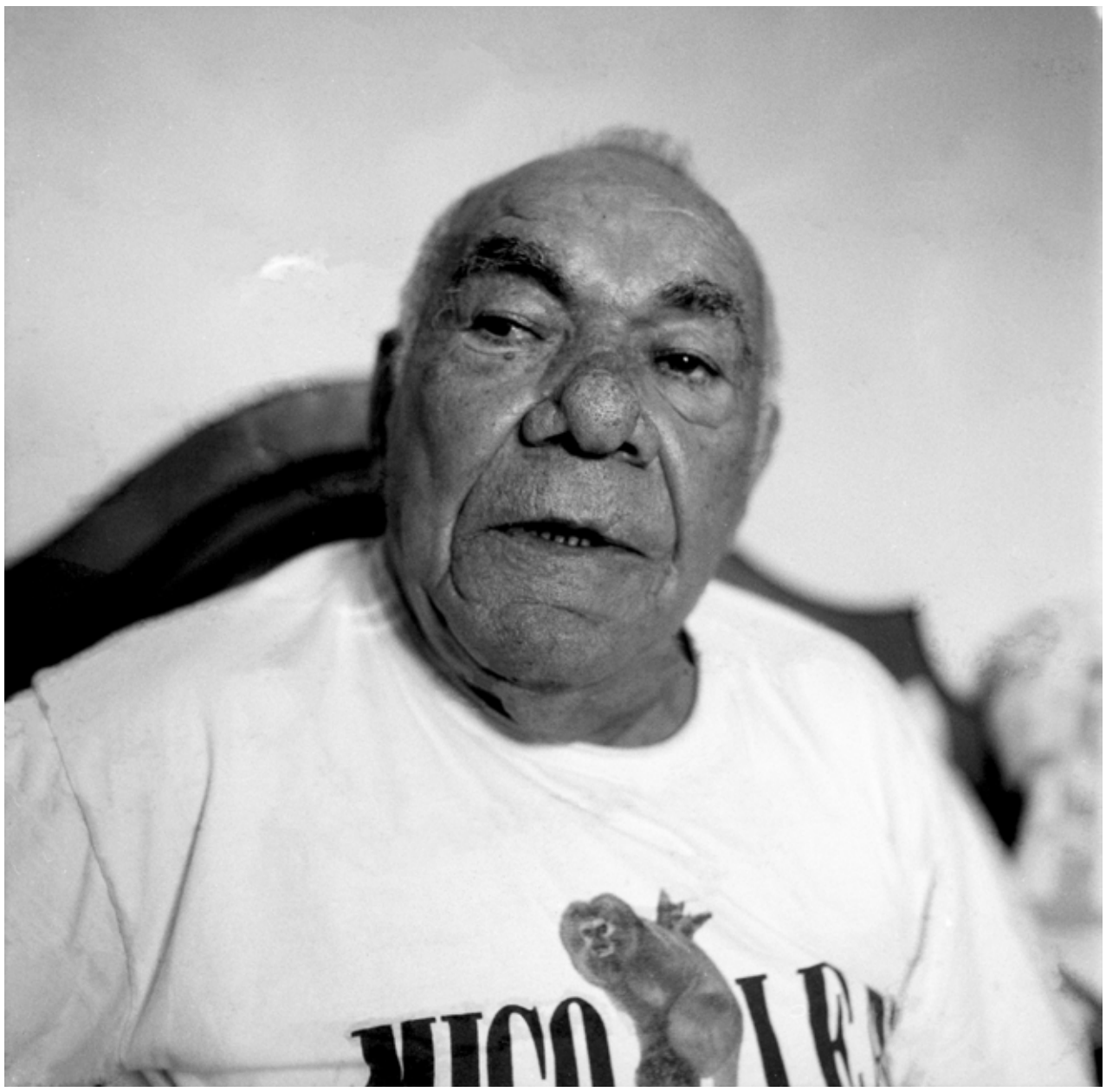
22 *Cultos afro-brasileiros do Recife*, René Ribeiro, Instituto Joaquim Nabuco, 1952.

23 Oswald de Andrade, op. cit, p. 189.

24 Verso da canção *Yayá Massemba*, Maria Bethânia.

25 Muniz Sodré, op. cit., p. 89.

O «Mundo» morreu



FERNANDO SILVA
FOTOS **FREDERICO LOBO**

Muitos o conheceram por «Montano», «Transmontano», «Seixas» ou outro dos nomes das muitas identidades que utilizou em Portugal, Espanha e França. «Mundo» era o diminutivo por que o trataram desde tenra idade familiares, amigos e vizinhos na aldeia de Gralhas, no sopé da Serra do Larouco, a poucos quilómetros de Montalegre, quase a tocar a fronteira com a Galiza. Ali nasceu em 1947 e chamaram-lhe Edmundo Calado Seixas, o penúltimo de oito irmãos. Faleceu em Dezembro passado depois de uma vida intensa e interessante, pautada pela rectidão do seu carácter. A afabilidade no trato com a gente normal contrastava com a firmeza dirigida aos prepotentes. Estas qualidades não deixaram indiferente quem com ele se cruzou e seriam razão suficiente para esta evocação, mas há outras.

Conheci-o em 1987 no hospital-prisão de Caxias, onde me encontrava a recuperar de uma das greves de fome de luta contra as condições prisionais, levadas a cabo pelo colectivo dos implicados no chamado "Caso FUP-FP25". Edmundo chegou ali vindo de um dos hospitais civis, depois de baleado na sequência de um assalto a um banco que tinha corrido mal.

Estava paraplégico e os médicos não só não lhe davam esperanças na recuperação como lhe asseveravam que não voltaria a pôr-se de pé. Esta opinião não era partilhada pelo fisioterapeuta, que o animava a não se render. O «Transmontano» correspondia: «se voltar a andar depender de mim, podem ter a certeza de que me vão ver a andar» ao mesmo tempo que incentivava aquele perito a prosseguir os exercícios terapêuticos, visivelmente dolorosos para os que estávamos presentes.

Voltámos a encontrar-nos quase sete anos depois, ali, no hospital-prisão. Tal como prometera, vi-o a andar. Com a ajuda de ortóteses, que lhe fixavam as articulações da perna direita, e de duas canadianas, demonstrava aos clínicos que estavam enganados: punha-se de pé e andava. Como rotina diária subia as escadarias centrais do edifício, agarrando com o braço direito o corrimão de mármore e apoiando-se na muleta com o esquerdo para subir degrau a degrau. Tinha recuperado alguma autonomia. Para movimentar-se utilizava uma cadeira de rodas.

O «Montano» era uma referência para presos enfermos que para ali eram encaminhados, viessem eles às consultas externas das várias especialidades ou para internamento hospitalar. Nas prisões de todo o país, aqueles que não pactuavam com o sistema prisional sabiam que podiam confiar nele. Era um de nós. Escusado será dizer que para os carcereiros o «senhor» Seixas passava por ser o responsável por tudo o que de «mal» acontecia ali. Se alguém fugia: «teve a ajuda do Seixas». Se iniciavam um protesto: «por trás disto está o Seixas». Se havia droga: «isso é coisa do Seixas». Era assim, tinha as costas largas.

Desta vez a greve de fome que ali me levava já não era do colectivo de presos do "caso FUP-FP25", vicissitudes daquele processo tinham-me atirado de novo para a prisão. Os três companheiros que se encontravam em cumprimento de pena, por não terem solicitado indulto presidencial, estavam confinados num sector do Forte de Caxias, onde podiam beneficiar de um tratamento prisional com algumas regalias conquistadas nas lutas dos anos anteriores, de que não beneficiavam os restantes presos, designadamente no regime de visitas privadas, cela individual e confecção de comida. Argumentando que queriam acabar com aquele «regime privilegiado», os responsáveis prisionais enclausuraram-me numa camarata vocacionada originalmente para seis presos, mas onde vivíamos 14, dois dos quais dormiam em colchões no chão. A sobrelotação prisional a isso obrigava.

Se a lei prisional nunca é realmente cumprida, numa situação de sobrelotação é claramente violada pelo sistema prisional, em todos os aspectos da vida na prisão. Não é só o espaço que aperta mais e o tempo que retarda, as consequências

manifestam-se em todos os âmbitos da cadeia, dos serviços administrativos à assistência médica, passando pelas visitas, até aos recreios. O Forte de Caxias, a prisão dos presos políticos da ditadura, encontrava-se à beira do colapso e, neste ambiente, a revolta foi ganhando expressão. No pátio foram-se juntando as vontades de protestar «contra as condições prisionais» e de lutar «por direitos consignados na constituição não respeitados nas prisões do país». A 15 de Março de 1994, trinta cidadãos de vários países iniciávamos uma luta que atingiria proporções até então desconhecidos no universo prisional português[1]. No dia seguinte entraram outros 30. Dois dias depois a luta tinha alastrado às prisões de todo o território. E dez dias depois, tínhamos colapsado o hospital-prisão.

A promessa de uma amnistia feita pelo director-geral dos serviços prisionais aos grevistas da fome do Forte de Caxias, por ocasião do 25 de Abril, levou-os a suspender até àquela data a luta, condicionando com essa decisão todos aqueles que a queriam prosseguir até que fossem satisfeitas as reivindicações da declaração de protesto e luta inicial.

Os que estávamos no hospital-prisão comprometemo-nos em comunicado a retomá-la se assim não fosse e, poucos dias depois, iniciámos a redacção e publicação de seis «avisos» que constituíram um gritante levantamento das condições de reclusão em Portugal[2].

Seixas participou na sua redacção e foi um dos subscritores. Foram dirigidos a todos os orgãos de comunicação social com cobertura nacional e às principais instituições do país. Cada «aviso» centrava-se num tema diferente que afectava o universo prisional. Apenas um jornal e uma rádio deram, a 7 de abril, a notícia do primeiro aviso, estava focado na sobrelotação; o segundo, tratava as inconstitucionalidades; o terceiro, a saúde; o quarto, o trabalho; o quinto, a justiça; e o sexto, o amor. Sobre estes «avisos» o silêncio imposto foi total.

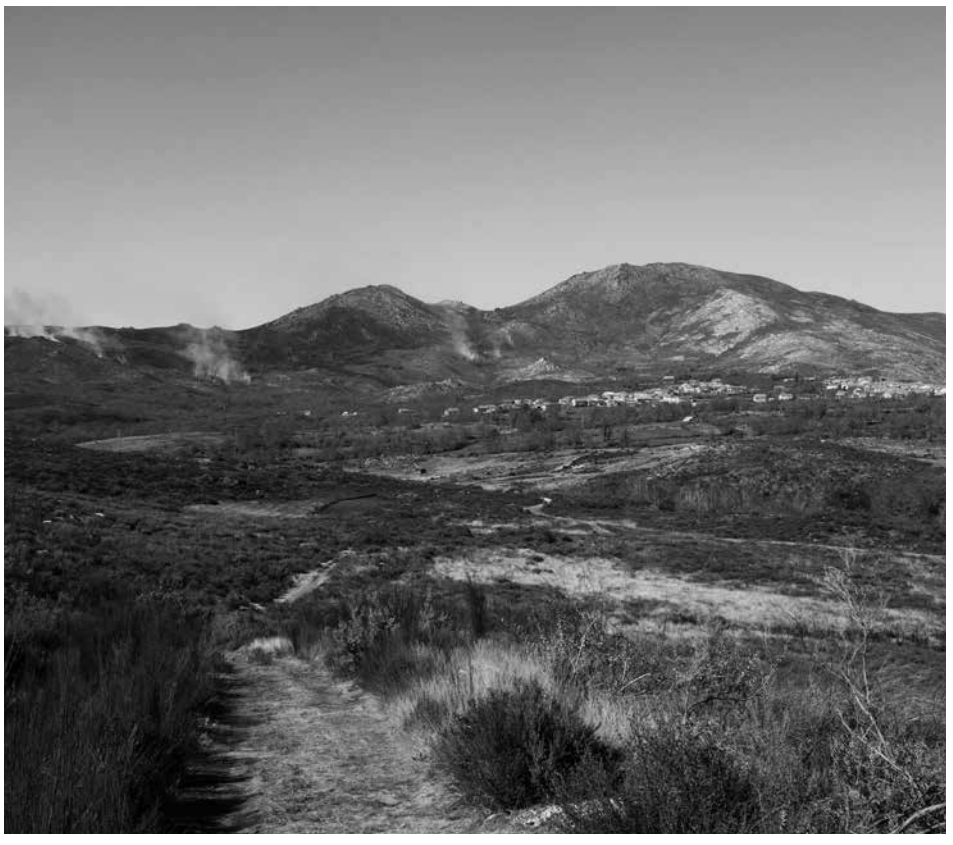
Com a aprovação da amnistia e a consequente libertação de cerca de 2000 presos, as tensões nas prisões diminuíram de intensidade e nas semanas seguintes os últimos grevistas no hospital-prisão suspendíamos a greve de fome retomada a 26 de abril.

Por «razões de gestão do sistema prisional» mantiveram-me preso no hospital-prisão e tive ocasião de fortalecer os laços de amizade com o Edmundo. Fizemos ali várias coisas em comum, destas destaco termos sido co-autores da tradução da primeira edição em português da obra *Comentários sobre a Sociedade do Espectáculo* de Guy Debord, que viria a ser editada em 1995 pelas edições *mobilis in mobile*. Ambos sairíamos em liberdade no ano seguinte e a nossa relação de profunda amizade manter-se-ia até à véspera do seu falecimento.

> Nas prisões de todo o país, aqueles que não pactuavam com o sistema prisional, sabiam que podiam confiar nele.

Naquela altura o «Mundo» tinha já concluído o livro que escreveu para a filha e que começa assim: «Esta é a história vivida pelo teu pai. Depois de a leres julgarás em consciência se sou um homem venenoso e perigoso, como dizem, ou se fui atraiçoado pelo meu caráter de jovem inocente e sonhador. Quando me apercebi de que nem tudo era como me diziam foi tarde demais: estava rodeado de lobos por todos os lados e vi-me obrigado a aprender os seus costumes e linguagens para sobreviver. Só te peço que leias com atenção e decidas por ti própria se o teu pai é, de facto, um homem venenoso ou, se pelo contrário, foi envenenado.» Escrito a partir desta obra, segue-se um resumo breve da vida de Edmundo Calado Seixas:

Album familiar com a fotografia de um jovem Edmundo



Panorâmica geral da aldeia de Gralhas, situada nas faldas da serra do Larouco.

E SE AS MOSCAS NÃO PICASSEM AS VACAS, MUNDO?

No verão de 1955, nos arredores da aldeia, Mundo, com 7 anos, ajuda o pai, António, a lavrar a terra. As vacas desorientam-se, por via do excessivo calor e das picadas das moscas, partindo o arado e obrigando à construção de nova ferramenta, o que atrasaria a sementeira. Ao jantar, de mau humor, o homem deixa cair a tijela da sopa, por quente demais, discutindo com a esposa, Ti Camila, perante os oito filhos. Vizinhos, curiosos, assomam à porta. Ele lança o *mocho* [3] atingindo na cabeça uma mulher que desmaia esvaindo-se em sangue. Pensando tê-la morto e temendo a detenção, como acontecera a um irmão condenado a 20 anos de prisão por furto não cometido, António abandona a casa. Para pagar despesas de saúde e compensar prejuízos causados, Mundo passa a ajudar nos afazeres agrícolas da vítima durante dez anos, vendo as irmãs distribuídas por vários familiares.

Na tentativa de equilibrar economias e fugir à escravidão parte a salto para França em 64. A mãe contrai uma dívida de cinco contos, ocultando-lhe o dinheiro num entrefolho cozido no forro da samarra. Após várias e perigosas peripécias na travessia dos Pirenéus o grupo é aconselhado pelo passador a separar-se no comboio, para que a forma de vestir os não denuncie. Atordoado com uma multidão nunca antes contemplada, em Austerlitz perde-se dos companheiros. Um taxista, percebendo-lhe o desespero, agarra o papel com uma morada que tem na mão e convida-o a segui-lo, levando-o até aos arredores de Paris. A intenção de Mundo é que seja o amigo de acolhimento a pagar, mas a impossível comunicação irrita-o, por achar que duvidavam da sua palavra, e rasga a samarra entregando todo o dinheiro. Dá-se conta que acaba de ser espoliado perdendo também a morada de destino. Após horas de abatimento mete-se ao caminho sendo reconhecido por um operário que, do telhado em obras de uma casa, grita o seu nome. Na polícia de estrangeiros, procurando um atestado de residência, ordenam-lhe o abandono do país em 48 horas, por ser menor. Naturalmente não respeitará o édito. Protegido por Giovanne, um italiano de idade avançada, encarregado numa obra, consegue documentos de outro gabinete policial e começa a trabalhar na construção civil, vivendo num contentor. No entanto, dado o excessivo paternalismo do homem, abandona emprego e estadia. Pernoita numa pensão em Levallois onde, de madrugada, é levado pela polícia sem conhecer

> «Esta é a história vivida pelo teu pai. Depois de a leres julgarás em consciência se sou um homem venenoso e perigoso, como dizem, ou se fui atraiçoado pelo meu caráter de jovem inocente e sonhador...»

acusação. Durante dois dias, insultado e agredido, é exposto em várias esquadras para reconhecimento. Não sendo identificado libertam-no, impondo-lhe apresentações mensais até à maioridade. O incidente resultara dos registos de clientes da pensão entregues à polícia: tendo havido na zona uma série de assaltos a residências e estando o português dado como expulso há meio ano, a sua envolvência nos crimes pareceu óbvia às autoridades. Jean, o hospedeiro, encontra-lhe trabalho na Citroën, propondo alojamento em troca de ajuda no funcionamento do restaurante, onde vários portugueses, alguns exilados políticos, são clientes. Envolve-se com eles na criação da *Association des Originaires du Portugal*, em Vaucresson, apoiando logística e burocraticamente quem chegava sem contactos ou documentos. Numa ida ao banco para transferir o pecúlio de meses de trabalho na fábrica, é abordado por dois conterrâneos que o roubam com o «conto do vigário». O amigo Jean, conhecedor da pobreza familiar, convence-o a aceitar de empréstimo 5000 francos para enviar à mãe. Durante dois anos a vida parece rolar, mesmo o namoro com Annie, sobrinha do anfitrião, no entanto, as cenas de ciúmes relativas ao seu empenho nas tarefas da Associação onde várias raparigas colaboram, deitariam tudo a perder levando-o a afastar-se. Encontra Gisela, natural de uma aldeia vizinha, que o acolhe. A relação fortifica-se e Mundo inteira-se de um universo desconhecido. Diariamente a companheira confia-lhe dinheiro para gastos pessoais, dando aso a uma vida boémia. Em Pigalle resolve uma rixa entre portugueses e franceses, por motivos de não pagamento a uma prostituta. Apresentações feitas, os patrícios vivem do «conto do vigário» e ele quer saber como funciona a coisa. Logo ali experimenta com um italiano que procurava

comércio sexual ficando-lhe com o relógio, dois anéis e umas centenas de francos. Gisela, não podendo esconder mais a vida luxuosa, confessa-lhe que vive do tráfico de cocaína, tendo como clientes altas figuras da sociedade francesa: advogados, juízes, professores universitários e actores. Tudo parece demasiado fácil. Deixa a Citroën, farto de patrões e exploração, e na companhia de «Gordo», outro transmontano, inicia-se como vigarista. Não passava um ano e, à entrada da gare do Norte, em atividade, é detido ingressando na prisão La Santé onde cumprirá oito meses. Como se recusa a coser etiquetas em camisolas, por conta de um espanhol companheiro de cela, e as queima para aquecer a água do café, usando a lata onde estavam armazenadas, a discórdia resolve-se à pancada. É transferido para uma cela com dois burquineses, condenados a oito anos por comerem um português, cumprindo um ritual tribal. Após as desconfianças iniciais o clima torna-se amistoso. Ouve pela janela insultos que o referem como homossexual, por não se descortinar zaragata com os canibais e desafia os injuriadores a enfrentarem-no no pátio do recreio.

«Quando me apercebi de que nem tudo era como me diziam foi tarde demais: estava rodeado de lobos por todos os lados e vi-me obrigado a aprender os seus costumes e linguagens para sobreviver...»

A peleja, que envolveu dezenas de homens, resultou num castigo de um mês de solitária. Através de um respiradoiro estabelece contacto sonoro diário com um companheiro de Mesrine, que o aconselha a dedicar-se a bancos e ourivesarias. O eco foi tal que passou a envergonhar-se das espoliações feitas aos que, vivendo do suor e sofrimento do trabalho, pertenciam, como ele, aos mais fracos da escala social. No dia da *bola* [4] é conduzido à prefeitura de Paris onde antes fora expulso, na companhia de vários estrangeiros e de um funcionário do Ministério do Interior. Adivinhando o repatriamento aproveita uma distração e escapa pelo Metro. Consegue documentação falsa e armamento necessário aos novos empreendimentos: dois revólveres e uma metralhadora. Com «Gordo» e amigos ocasionais vão assaltando banco atrás de banco e uma ou outra ourivesaria, gastando as verbas que conseguem com relativa facilidade: álcool, cocaína, mulheres e festa. Em 73 concretizam o maior assalto à época, em Paris, que rende 3 milhões de francos expropriados ao Banc Franco Portugaise d'Outre-mer. Dada a proximidade da esquadra os jornais apontam um eventual conluio entre o responsável da empresa Securitas e o chefe policial. Mundo e Maude, nova companheira, partem em férias, com um amigo comum, numa longa viagem de automóvel. Meses depois, no sul do país, porque o dinheiro escasseasse, assaltam um Casino e regressam a Paris. Apercebendo-se pelas notícias do 25 de Abril, dirige-se à terra natal encontrando a mãe em discussão com um velho. Que quererá o homem?.... «Este homem é o teu pai, Mundo!» Fica a saber que Ti António trabalhara e mendigara por terras de Espanha, onde fora várias vezes detido por zaragatas, e que a ex-esposa o não aceita de volta. Ajuda economicamente os progenitores e parte para o Algarve onde o aguardam conhecidos parisienses. Uma rusga policial apanha-o numa discoteca em Olhão. Passa uma 7,65 mm a Maude que a guarda na carteira. Um jovem denuncia à polícia o movimento e, após forte arraial de porrada, são levados à prisão de Faro. Uma semana depois, com o apoio de outro detido, abre portas aos 70 reclusos. Expropria um banco em Braga e regressa a França, sentindo-se abatido por saber que os melhores amigos estariam detidos na Santé. Alcoolizado, envolve-se numa rixa com argelinos que lhe rende um ano de prisão. No fim da pena é extraditado para Pinheiro da Cruz, cumprindo três meses por posse ilegal de arma, de onde sai a 4 de Janeiro de 76. Cruza-se com «Gordo» na baixa lisboeta e por água abaixo vão as tentativas familiares de lhe conseguirem um emprego: há um banco em Benfica, já estudado e um plano fácil de executar! Arrecadam 2800 contos. Em todo o seu percurso, umas vezes devido à euforia festiva, outras a brigas ou traições de companheiros, acabará por somar 25 anos de condenações, dos quais vinte *roídos* [5] em França, Espanha e Portugal.

Numa longa elipse encontramos Edmundo em 87, aquando do assalto que o deixaria paraplégico. Concordando com a companheira Eva, grávida, que lhe sugere preocupação com o futuro, emprega-se como carteiro. Dois meses depois, descoberto o seu passado, é despedido. Junta-se a Miguéis, ex-agente da judiciária que conhecera em Vale de Judeus e, para orientar economias, concebe burlas a negociantes de automóveis. Aquando do nascimento de Neuza, a filha, aceita o desafio proposto por dois colombianos e, na companhia do ex-polícia, assaltam um banco em Santa Iria da Azóia. Mundo dispara para o teto e instiga os clientes a voltarem-se para a parede. Um homem não obedece fitando-o nos olhos. «Viras-te ou queres que te vá virar eu?» Com a arma apontada o renitente obedece. Os companheiros saem com o saco de dinheiro e entram no automóvel de fuga. Ele abandona o edifício e antes de entrar no veículo recebe um tiro nas costas, disparado pelo cliente que o enfrentara. Tenta responder com a Uzi e tomba sem forças. Os companheiros querem metê-lo no carro, mas, pressagiando a morte, o «transmontano» incentiva-os a fugirem. Sente-se inchar, como se fosse rebentar, à medida que vai perdendo sangue e a temperatura interna aumenta. Na cabeça cruzam-se imagens de Neuza com a voz repetida da mãe: «eles matam-te, meu filho, eles vão dar cabo de ti!» Rodeado de populares é insultado e agredido com um pontapé na cabeça que o conectará de novo à existência. Percebe que afinal não é ainda a sua hora e luta para sobreviver agarrando-se às elucubrações mentais. Após passagem pela cirurgia do São José acordará no hospital-prisão de Caxias, entubado no nariz, boca, peito e barriga, com paralisia dos membros superiores e inferiores. Abandonado pelos médicos, conta com a sua vontade e com o apoio de um companheiro de enfermaria, o «Fininho», de um dos enfermeiros, Balsinha, e do fisioterapeuta, Serrano, que o ajudam e estimulam na recuperação, apesar da negligência dos serviços médicos prisionais. Ao fim de um ano, apoiando-se no corrimão e ajudado por ortóteses e uma canadiana, sobe e desce as escadas do edifício. A revolta acentua-se ainda mais na garantia que Serrano lhe dá de maior recuperação, caso consiga saída diária para sessões de fisioterapia em Alcoitão. Essa autorização demoraria mais de um ano, sendo assinada numa altura em que, depois de duas semanas de sessões, o centro de reabilitação fechava para obras. Não tendo nunca colaborado com as instituições judiciárias e negando sempre as acusações que lhe apontavam, tudo foi tentado para o destruir física e emocionalmente: algo conseguiram! A título de exemplo refira-se apenas a forma como detiveram a companheira, num ardil presumivelmente montado pela polícia: dia de visita, portão externo. Tocando para entrar com a bebé num braço e sacos no outro, é abordada por uma senhora apressada saindo de um automóvel que lhe pergunta se é a esposa do Edmundo. Perante a resposta afirmativa, justifica-se: «desculpe, eu sou amiga dele, mas estou com muita pressa, neste envelope estão uma série de moradas que ele me pediu, pode entregar-lhas?». O portão abre-se. Ela entra para a revista com a filha ao colo, sacos e um envelope na mão, onde é encontrada uma grama de heroína que lhe renderá três meses de detenção em Tires. E, na verdade, como resultado deste incidente a família acabaria, com o tempo, por se desestruturar. Cumpridos nove, dos 12 anos a que fora condenado, é ouvido pelo juiz de penas, que lhe garante liberdade condicional se se comprometer a não importunar a Eva, que arranjara a vida com outro homem, e for para a sua aldeia cumprir os três anos em condicional. Com dois sacos, toda a bagagem, parte para Gralhas na carrinha dos serviços prisionais, de onde saíra 32 anos antes. Dada a insensibilidade, enquanto se aquece à lareira, os ténis derretem e queima os pés, obrigando-o a curativos diários que Ana, viúva do seu tio - o tal que, inocente, cumprira vinte anos de prisão - toma a seu cargo. De enfermeira a companheira deu-se o passo que duraria 22 anos, empenhando-se Edmundo na orientação da ética comportamental dos seus dois netos, Alexandre e Anabela, crianças à sua chegada. O carácter solidário manifestar-se-ia ainda na ajuda a vários conterrâneos, conseguindo-lhes, por exemplo, reformas relativas aos anos de emigração em França, as quais nem imaginavam que teriam direito. E valeu-lhe também a solidariedade de um ou outro dos que apoiara em Paris, nomeadamente na concretização de trabalhos agrícolas e de pastoreio, base da sustentação familiar. A frontalidade na apreciação dos acontecimentos e dos factos que ocorriam no seu entorno terá motivado o convite que lhe dirigiu o jornal de Montalegre, onde durante um período escreveu uma crónica intitulada "O Homem da Montanha".

O carácter solidário manifestar-se-ia ainda na ajuda a vários conterrâneos, conseguindo-lhes, por exemplo, reformas relativas aos anos de emigração em França, as quais nem imaginavam que teriam direito

Não se pense, no entanto, que as relações com o Estado se terão apaziguado. Devido a várias necessidades terapêuticas, sobretudo nos últimos cinco anos, derivadas do surgimento de escaras que, por negligência médica, originariam várias intervenções cirúrgicas, foi mesmo indispensável enviar queixa à Inspeção-Geral das Atividades em Saúde. Em Dezembro último, após remoção da bexiga cancerosa, foi-lhe dada alta hospitalar com excessiva medicação de analgésicos que, provavelmente, seria alterada aquando da consulta de dor, dias depois. No entanto, uma avaria da ambulância, adiaria o acto médico para data a remarcar. Por via do excesso de barbitúricos ou do próprio processo infeccioso, sem consciência do que fazia, retirou o tubo que o ligava ao saco colector da urina. Ingressado nas urgências é detectada uma infeção interna e é medicado com antibiótico, sem que tenham sido efetuadas análises sanguíneas. Morria de septicemia dez dias depois, com a mágoa de não ter nunca conseguido estabelecer com a filha uma relação de intimidade: quiçá a sua dor maior! Terminamos com o epitáfio publicado numa rede social por Alexandre: «seus ensinamentos, suas palavras para sempre farão eco nas nossas consciências. E seu amor e postura protectora para sempre aquecerá nossos corações. Sentirei saudades eternas daquele que foi um dos homens mais fortes e melhores que já pisaram este planeta. Até sempre e descanse em paz, vô!»

E se as moscas não tivessem picado as vacas, Mundo?

1 Para mais informação consultar «*Presos em Luta - agitações nas prisões portuguesas entre 1994 e 1996*», aqui: http://bit.ly/37xTwzT
2 Idem
3 Banco de três pés feito normalmente em madeira de carvalho
4 Saída da prisão após cumprimento de pena
5 Anos de detenção cumpridos

França, uma greve contra o mundo que nos é imposto

http://formesdesluttes.org/#affiches

JORGE VALADAS,
10 JANEIRO 2020

Há momentos em que dá gozo e orgulho viver na sociedade francesa. Tal é o caso hoje, momento de ruptura na normalidade das coisas, em que as forças vivas da sociedade ganham o protagonismo do quotidiano, se opõem às regras consideradas eternas do velho mundo e piscam o olho a uma outra maneira de viver. Um momento em que os valores da revolta contra os fundamentos injustos da sociedade actual se sobrepõem às atitudes de resignação, de passividade, de submissão, de determinismo social. Um momento onde as tradições contestatárias da História francesa reaparecem com força e dignidade.

No fim de Novembro de 2019, o governo anunciou a «reforma» do sistema de pensões. A decisão desencadeou imediatamente uma greve nos caminhos-de-ferro, nos transportes públicos de Paris e arredores, nas escolas a nível nacional e na rede de hospitais públicos. Nestes dois últimos sectores, a agitação social vinha já de trás, contra as contínuas reformas dos programas, a falta de meios, de pessoal e o constante aumento da carga de trabalho. A partir do dia 5 de Dezembro, a greve alastrou a outros sectores, sobretudo na região de Paris e em grandes cidades da província, como Marselha e Toulouse. Rapidamente a greve tocava todo o país; mas era a região parisiense a mais afectada, gigantesca zona urbana onde a grande maioria dos trabalhadores vive nos subúrbios, longe dos locais de trabalho. Paris transformou-se, as ruas estavam cheias de gente que se deslocava a pé, o comércio vazio ou quase, as empresas desorganizadas pela ausência ou atraso dos empregados, pelo seu cansaço. Os objectivos da «reforma» tornaram-se o assunto principal de todas as conversas e encontros, mesmo fortuitos. As pessoas estavam divididas, a favor ou contra a greve, e era comum, num dos raros autocarros que circulavam, assistir a calorosos debates sobre o tema, perante o olhar envergonhado do motorista não grevista...

Apesar das dificuldades – que atingiam antes de mais os trabalhadores mais pobres da nova economia precária «uberizada», jovens, imigrantes, mulheres – a maioria da população manifestava uma tranquila solidariedade com os grevistas, observavam-se poucas atitudes agressivas, assistia-se mesmo a atitudes de apoio mútuo no meio de ume certa lassitude. O sentimento generalizado era que os grevistas estavam «a lutar por todos nós». O aspecto corporativista original da greve, a defesa de alguns «regimes especiais» das pensões – como o dos ferroviários ou dos trabalhadores dos transportes parisienses – deu lugar ao sentimento que a greve exprimia uma forte rejeição de um novo modelo de Estado social.

Os grevistas, animados por esta dinâmica, davam mostras de uma rara determinação e energia, em tempos marcados por derrotas sucessivas, individualização e atomização dos trabalhadores. Tudo isto no período particular das «festas» de Natal e Fim de Ano. As semanas passavam e cada vez que se pensava que o movimento perdia energia, ele reforçava-se.

O governo Macron é sem dúvida um dos mais conservadores e reaccionários depois da guerra. As suas maneiras arrogantes e frias de agir, a repressão contra os movimentos sociais – de que são vitimas sobretudo os Coletes Amarelos, que têm sofrido a maior violência desde as manifestações da época da Guerra da Argélia – são regularmente acompanhadas por discursos de propaganda de tipo orwelliano «explicando» que todas as escolhas políticas são feitas para melhorar e modernizar a sociedade. As ditas «reformas» são sempre um «progresso», a única forma de salvar o Estado social. Os chefes tudo fazem para bem do povo que, dia após dia, constata o agravamento das suas condições de vida. Uma boa parte da população descobre

http://formesdesluttes.org/#affiches

nestas «reformas» a intenção de destruir o que vai ficando do antigo Estado social do pós-guerra em benefício de interesses privados. A privatização é a palavra mágica e, como diz o slogan, «quando tudo estiver privatizado, vamos ficar privados de tudo!». A casta da «macronia» é composta de uma série de novos políticos ambiciosos e agressivos, animados pela religião do liberalismo económico, gente com relações estreitas com todos os sectores do grande capitalismo francês desde a agro-indústria ao complexo militar-industrial e nuclear. Um velho hábito da política burguesa, cada vez mais presente. Diz um slogan dos Coletes Amarelos: «ter um banqueiro como presidente da República é como ter um alcoólico como gerente de uma loja de vinhos!».

Antes de falar mais concretamente da greve, passemos rapidamente em revista o projecto do governo e os seus objectivos, o que permitirá compreender a intensidade da raiva que motiva os trabalhadores que se lançaram neste conflito.

Os pobres que ajudem os pobres e deixemos os ricos viver a boa vida

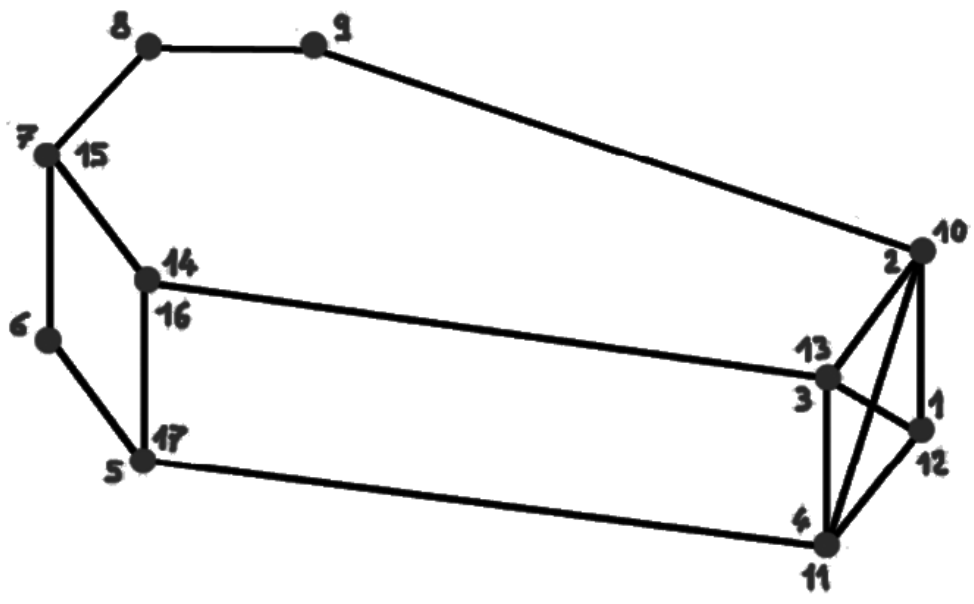
Esta «reforma» chega depois de toda uma série de outras que têm vindo a reduzir as condições das ajudas sociais e a limitar os direitos dos trabalhadores e desempregados. O objectivo do projecto enquadra-se nas orientações liberais da burocracia de Bruxelas ao serviço dos grandes grupos capitalistas e financeiros europeus e mundiais. Como acontece noutros países, estas orientações são cada vez mais sentidas pelos trabalhadores franceses como um ataque frontal aos direitos alcançados através de anos e anos de lutas. A «reforma das pensões» mais não é que um episódio na marcha desta máquina infernal.

Até hoje, cada pensão era calculada segundo os melhores anos de salário. No novo sistema a pensão é calculada em função dos «pontos» acumulados ao longo da vida e sem garantia, porque o valor do «ponto» vai variar de ano para ano, segundo parâmetros diversos tais como o estado da economia ou o défice orçamental. O objectivo é reduzir o cálculo médio das pensões. Mas o pior é que, como no novo modelo o sistema de pensões tem de estar «equilibrado» e não sobrecarregar o orçamento do Estado, embora a idade «legal» de reforma continue a ser os 62 anos, inventou-se uma idade dita «de equilíbrio». Isto é: quem se reformar aos 62 anos, antes desta «idade de equilíbrio», será penalizado. A idade de equilíbrio, fixada aos 64 anos para 2027, vai ser flexível, ano após ano, segundo o estado da economia e das finanças públicas. Outro aspecto do projecto estende o tapete aos grandes grupos financeiros de seguros: os salários altos, para além de 10 000 euros mensais, deixarão de descontar para o sistema geral e poderão optar por pensões privadas. Se acrescentarmos o facto que a classe capitalista paga cada vez menos impostos percebe-se que estamos perante uma medida que reduz a transferência de rendimento entre os mais ricos e os pobres. Os ricos já não pagarão para os pobres já que o dito «equilíbrio» deverá ser obtido entre os pobres. O novo modelo, apresentado como mais igualitário, defende uma igualdade por baixo. Um grevista num piquete de greve protestava: «como na China e na Coreia do Norte, vamos ser todos igualmente pobres e os ricos vão ser cada vez mais ricos». Este sistema desigual – perfeito exemplo da «igualdade» segundo os critérios capitalistas – baseado em «pontos», tinha já sido proposto na Bélgica há uns anos atrás. Foi retirado após uma greve geral de que pouco se falou... Se ele chegar a ser imposto na França podemos considerar que ele significa o fim de todos os antigos modelos de pensões na Europa. A força da greve já obrigou o governo a recuar em alguns aspectos marginais, mas não essenciais. A intenção é dividir os grevistas entre os diversos sectores, mas quando o novo sistema for imposto aos sectores mais combativos, aos ferroviários, aos trabalhadores dos transportes e aos professores, todos os outros vão submeter-se. Dois aspectos particulares mostram o cinismo do poder nas suas manobras. As forças armadas e as forças policiais, após alguma hesitação, foram eximidas da reforma. O que é óbvio, pois estes corpos são necessários para proteger os interesses dos capitalistas franceses no mundo e a sua casta política no interior. A alínea que propõe a aplicação em alguns sectores do novo sistema só para quem comece a trabalhar após a aprovação da lei constitui uma recuperação cínica da passividade que tem demonstrado uma parte da juventude para com este movimento. Salvo raras tentativas de agitação no secundário, os jovens têm estado ausentes do movimento, como se tivessem assimilado a ideia de que a reforma é algo que não lhes diz respeito porque nunca beneficiarão do sistema. Uma vitória da religião da economia liberal, uma submissão a um futuro de pobreza e de precariedade. Alguns sindicatos reformistas mostraram-se também tolerantes com a proposta que foi recusada com galhardia na assembleia do pessoal da Ópera de Paris: «recusamos ser a geração responsável pelo sacrifício das próximas gerações».

A tendência para a auto-organização não se manifestou na criação de novas organizações autónomas, mas apenas nas acções directas, bloqueios, acções de rua e de ocupação de lugares simbólicos.

Como os Coletes Amarelos infiltraram uma greve sindical

Desde o princípio, a greve teve um carácter sindical tradicional, mas nos sectores mais activos, em grandes cidades como Paris, a base impôs o ritmo e o espírito das acções, foi o autor consciente do movimento. Os sindicatos, cada vez mais fragilizados, limitaram-se a acompanhar a luta. Mesmo assim, os dirigentes foram muitas vezes ultrapassados pela base, que optou por acções directas, sobretudo nos transportes públicos parisienses. Não obstante, a greve não criou a sua própria organização e as secções sindicais foram os centros de mobilização. É bem verdade que, hoje, estas secções são mais independentes das direcções do que antes. As direcções sindicais são vistas como os corpos intermediários que se ocupam das negociações com o governo. As assembleias gerais nos locais de trabalho, quando abertas a sindicalizados e não-sindicalizados, tornaram-se os centros onde se decidem as acções e parece que, neste caso, os grevistas não sentiram a necessidade de criar novas organizações que teriam a mesma função que as secções sindicais. Dito isto, a ausência de auto-organização exprime o controlo dos aparelhos sindicais sobre a grande maioria dos grevistas que se limita a obedecer aos chefes. A tendência para a auto-organização não se manifestou na criação de novas organizações autónomas, mas apenas nas acções directas de rua e de ocupação de lugares simbólicos, como a sede da grande multinacional financeira de fundos de pensões privados, *BlackRock*, ou a sede de sindicatos reformistas. Em algumas zonas urbanas, as assembleias de grevistas foram abertas aos que apoiavam a greve. Foi também o caso dos piquetes de bloqueio das garagens de autocarros, onde os grevistas receberam o reforço de reformados, jovens, trabalhadores precários e também de Coletes Amarelos. Uma manifestação de espírito de abertura do movimento que exprimiu um claro desejo de romper as divisões e as separações tradicionais. Isto consubstanciou uma alteração notável relativamente às greves do passado, onde todos os que vinham do exterior dos locais de trabalho não eram bem aceites pelas burocracias sindicais. O exemplo mais extremo foi o de Maio 68, onde os trabalhadores e estudantes, unidos no espírito de Maio, foram expulsos sistematicamente como «esquerdistas» das portas das empresas, rigidamente controladas pelo aparelho da CGT comunista. Hoje, as lutas são mais



http://formesdesluttes.org/#affiches

Dessine ta retraite en reliant les points

LWO

abertas para o exterior, embora os aparelhos sindicais tudo façam para manter o controlo das situações.

Estas novas facetas só podem ser percebidas tendo em conta as transformações da nova força de trabalho em França. Numa garagem perto de casa, onde me desloquei para participar num dos piquetes, tive a experiência directa desta transformação. Os motoristas e os mecânicos eram maioritariamente jovens, mulheres e homens, de origem imigrante, vindos dos bairros periféricos. O sistema de som jorrava rap político para todo o bairro... Os raros delegados sindicais pareciam um pouco perdidos nesta atmosfera rap e de energia conflitual. Também nas escolas, a participação activa e energética das jovens professoras dominou o movimento.

Enfim, há uma indiscutível relação entre esta greve e as práticas dos Coletes Amarelos. Pode mesmo considerar-se este movimento de greve como mais um episódio da série de mobilizações e lutas dos últimos anos, das ocupações das praças de *Nuit debout* de Março de 2016 (contra as novas leis do trabalho promulgadas pelo então governo socialista) até à recente agitação dos Coletes Amarelos. A procura de formas directas de democracia e de acção constitui o fio comum. Qualquer que seja o fim do presente conflito, os laços criados entre os trabalhadores mais combativos e os Coletes Amarelos estão consolidados. As direcções sindicais tinham feito todo o possível para manter a distância relativamente aos Coletes Amarelos. Com a greve, esta separação caiu, o espírito decidido dos Coletes Amarelos constitui uma atracção para os grevistas mais combativos e as consequências desta aproximação são difíceis de calcular. Estamos perante duas lógicas opostas. Enquanto os Coletes Amarelos defendem a acção directa e recusam os compromissos e a submissão aos chefes, os sindicatos são órgãos hierárquicos de negociação e de compromisso. Sem chefes não pode haver sindicatos e com chefes não haverá Coletes Amarelos.

Não se trata apenas de uma greve para defender o antigo sistema de pensões, nem mesmo algumas vantagens sectoriais. Trata-se de uma luta contra a nova organização neoliberal da sociedade, marcada pelo empobrecimento e pela generalização da precariedade.

Bem mais violenta que a repressão policial contra os grevistas, as manifestações, os piquetes e as acções, tem sido a atitude arrogante do governo, o desprezo autoritário, o caudal de mentiras destinado a justificar a reforma como um «progresso» para os trabalhadores. E é esta atitude que explica, em parte, a raiva intensa dos grevistas e a razão pela qual a greve ultrapassou os seus objectivos iniciais. Não se trata apenas de uma greve para defender o antigo sistema de pensões, nem mesmo algumas vantagens sectoriais. Trata-se de uma luta contra a nova organização neoliberal da sociedade, marcada pelo empobrecimento e pela generalização da precariedade. O novo objetivo é criar uma classe de reformados pobres, como é já o caso na Suécia, na Alemanha e na Grande Bretanha. Em Portugal, a situação está bem encaminhada e muitas das coisas previstas na proposta francesa já estão contempladas (por obra e graça do Partido Socialista, diga-se). A «idade de equilíbrio» toma aqui a forma de «factor de sustentabilidade», mas vem a dar no mesmo… Dizia um grevista numa entrevista à rádio: «o que eles querem é que trabalhemos toda a vida e depois vamos viver como mendigos!» Se os Coletes Amarelos influenciaram os grevistas é também porque eles são um espelho que envia a imagem daquilo para que a sociedade nos prepara: pobreza, isolamento e poucos e maus serviços públicos nos transportes, sistema de saúde e outras ajudas. Num texto de trabalhadores dos transportes públicos parisienses lê-se: «nós não lutamos só por nós, fazemos greve para dar a possibilidade a todos os trabalhadores de França e também às gerações futuras de ter uma reforma digna e de aproveitar os seus dias da velhice sem cair numa situação de miséria e de falta de saúde. As mulheres, os trabalhadores precários, os trabalhadores do privado, os desempregados, são atacados por este projecto de reforma e nós decidimos utilizar a greve como meio de lutar para fazer recuar o governo».

Uma greve longa (mais de um mês) é difícil de suportar pelos grevistas e a solidariedade das importantes caixas de greve não é suficiente para garantir a sobrevivência material. Acrescente-se o cansaço e a tensão de um movimento desta intensidade. Mas a impossibilidade de alargar o movimento tornou-se o seu maior limite. Quais serão as marcas deixadas por uma luta como esta? Até hoje, a greve francesa é, no conjunto das sociedades europeias, o maior e o mais forte movimento de rejeição das consequências das medidas liberais da classe capitalista. Um movimento que se posiciona contra o modelo de sociedade que, lentamente, mas constantemente nos é vendido como o único futuro possível. Neste sentido faz parte de um movimento de revolta global contra as condições presentes de reprodução do capitalismo, desigualdade social, corrupção e concentração da riqueza, do Líbano até ao Chile, do Haiti até à Argélia e ao Iraque.

Para o governo a vitória será relativa. Sem dúvida, num futuro próximo, o antigo sistema de pensões será destruído e os seguros privados terão tudo a ganhar. Mas, num aspecto particular, o governo já perdeu: a propaganda que apresenta sistematicamente a sua política como um «progresso» ficou desacreditada. A palavra «reforma» perdeu definitivamente o seu antigo significado para aparecer como um sinónimo de «destruição» e de agravamento das condições pré-existentes, a abertura de novas oportunidades de lucro para a classe capitalista. E o fim da greve não encerrará a época de revolta em que entramos, bem expressa no slogan dos Coletes Amarelos, «nós não arredamos pé!». Não ganhámos, mas também não perdemos, continuamos inimigos dos projectos que nos são impostos. O velho princípio do consenso social, do interesse geral, continuará a desagregar-se num mundo ameaçado, uma vez mais, mas mais do que nunca, pela barbárie da lógica do lucro. Uma vez mais, a única esperança é a luta colectiva.

Uma noite que não acaba nunca

DIOGO DUARTE
DIOGO.MAINSELDUARTE@GMAIL.COM

A inesperada reforma antecipada de Allen Halloween mudou-me os planos para esta crónica. Com a saída de cena deste bandido que já nasceu velho, perdemos um dos maiores cronistas de uma parte de um vasto território ocupado que as estatísticas não representam e que os noticiários só usam como pasto fértil para alimentar o monstro insaciável dos pesadelos e mitos que entretêm e sustentam a chamada classe média. Um território (ou territórios) invisibilizado e ignorado, mas densamente povoado, que vive debaixo do tapete, distante da gente elegante exibida em praça pública e das preocupações oficiais que insistem em fazer-nos crer ser comuns. O desemprego, o salário de merda, a ausência de presente e de futuro, toda a imundice quotidiana de quem percorre a vida um dia de cada vez: o país que ninguém ouve e ninguém vê, o país onde habita a maioria e que só aparece como contraste a essa classe idealizada e imaginária, mais definível por aquilo que não é do que por uma suposta coesão socioeconómica ou por qualquer traço comum entre aqueles que por ela são categorizados. Mais do que um território, é um país que é varrido para debaixo do tapete, o lugar para onde se empurra o que ninguém quer enfrentar.

Não é de negar que a transversalidade da popularidade de Allen Halloween se deva, também, a essas fantasias de um mundo sem rei nem roque que satisfaz alguns dos mitos fundacionais da «nossa» sociedade: para alguns, as suas letras oferecem uma janela para um mundo onde a criminalidade serve a sobrevivência e é usada como a corda possível para fugir ao negrume de um poço cujo fundo parece não existir. Mas, contrariamente a tantos outros *rappers*, não há qualquer romantização da criminalidade (nem qualquer condenação moralista), não há *glamour* ostentatório nem tentativas de afirmação *badass*. Está lá a carga que poderíamos chamar *gangsta*, mas pesada, crua e taciturna, sem carros a brilhar enquanto deslizam por uma cidade luminosa com miúdas em pouca roupa. Nas palavras do próprio, numa entrevista concedida a um *blog* (nunofaulha.blogspot.com)em 2009, bem antes da sua explosão, «*kriminal* não significa ser um *gangsta* ou um delinquente, *kriminal* significa sobrevivente e é isso que eu sou». Narrar a sobrevivência é o que Allen faz e fazê-lo é contar a vida de «homens que deram tudo até não terem nada» (*in* "O Grande Gentio"), sem procurar a beleza no lixo, até porque, por muito que o reviremos, não é lá que vamos encontrar a superação catártica que regozija a plateia. «Não há paz onde não há justiça» (*in* "O Grande Gentio").

O universo de Allen oferece-nos um drama complexo e contraditório, com toda a fealdade e absurdo da existência, mas sem catastrofismos e fatalismos trágicos. A melancolia e auto-reflexividade das histórias que nos conta, sem máscaras que sirvam a culpa e a vergonha, não nos afagam com maniqueísmos fáceis de heróis e coitadinhos. Não há vitoriosos nem derrotados, nem nos espera a luz no fundo do túnel. Há «uma noite que não acaba nunca» (*in* "Bairro Black") e é nessa noite que há que fazer o caminho. A fusão da voz empastada e de cadência modorrenta com *beats* melódicos mas lentos e lúgubres é o ambiente perfeito para estes contos de um sobrevivente. Longe do cânone do *rap*, o som dialoga com ambientes familiares a diferentes registos musicais, o que torna difícil classificar Allen musicalmente. É conhecida e assumida a influência do *grunge* no trabalho de Allen, notória não só numa certa *angst* que perpassa o som e as letras como, também, nos berros que irrompem em algumas músicas (uma influência que se nota ainda mais no recente *Unplugueto*). Talvez seja o primeiro e único artista de *grunge rap*, mas mesmo isso parece pouco para classificá-lo.

> «*Kriminal* não significa ser um *gangsta* ou um delinquente, *kriminal* significa sobrevivente e é isso que eu sou»

> «Não há vitoriosos nem derrotados, nem nos espera a luz no fundo do túnel.»

Allen não é um artista politizado ou de «intervenção», movido por uma agenda ou por qualquer espírito de missão. Se é cronista, como o classifiquei atrás, é, em parte, involuntário. Não pretende falar por ninguém, dar voz ou ser a voz de alguém, nem se arvora em mensageiro de uma certa «realidade». «O Halloween não é um bravo nem um *G*[*angster*]/ é uma alma perdida que vagueia na *street*" (*in* "No Love"), cuja onda que navega «não vai a lado nenhum/ antes de chegar à praia sou um homem afogado» (*in* "Fly Nigga"). Se uma certa realidade transparece nas letras, é sempre através da sua experiência, como se de um diário se tratasse, num imaginário que não obedece a convenções de estilo e onde convivem figuras tão contraditórias quanto as suas *crews* e a Mary Poppins. Para usar as suas palavras, em Allen encontramos «as folhas perdidas de um diário, (…) o quotidiano suicida de quem vive num bairro»: do branco de terceira, do cigano (*in* "sos Mundo") e, especialmente, do «homem africano, imigrante, desempregado/ Um indivíduo considerado um inimigo do estado» (*in* "Raportagem"). Um mundo que parece não ter lugar para a poesia mas que encontrou um poeta neste «rei [de um] rio que não chega ao mar» (*in* "Debaixo da Ponte").

Dizem que não há ateus nas trincheiras. Outros tantos, que por elas passaram, dizem que foi aí que viram Deus ficar mais longe. Por isso, a fórmula é discutível. Mas, neste quarto sem luz de onde nos escreve Allen, agitado por contradições e fantasmas, qualquer luz que surja a brilhar no escuro é algo que não se nega a ninguém. Allen anunciou, recentemente, o fim da sua carreira como *rapper* para se dedicar a servir Jeová, presença frequente nas suas letras. Duvido que mil igrejas a arder iluminassem tanto quanto o que partilhou. Mas o que nos deu ninguém nos tira. Em "Ódio", há uns anos, escrevia: «Deus abandonou-me/ Deus já não me ouve mais/ Mas não é tarde/ um dia a gente faz as pazes». O anúncio de despedida terminou com o pedido para «que ninguém fique triste porque eu estou feliz». Por isso, se fizeste as pazes e tornaste mais suportável esta noite que não acaba nunca, eu fico feliz por ti, Allen. Obrigado.

7 ANOS DE INFORMAÇÃO CRITICA

11 DE ABRIL FICA ATENTA !

mapa
Jornal de Informação Crítica

MAPA: Jornal de Informação Crítica
Número 26
Fevereiro-Abril 2020

Propriedade: Associação Mapa Crítico
NIPC: 510789013
NIB: 0035 0774 00143959530 98

Morada da redacção/editor Largo António Joaquim Correia, nº13, 2900-231, Setúbal
Correspondência: enviar para morada da redação A/C de Guilherme Luz
Registo ERC: 126329
Diretor: Guilherme Luz · gui.luz@jornalmapa.pt

CC BY

Editor: Ana Guerra
Subdiretor: Frederico Lobo
Director adjunto: Inês Oliveira Santos

Estatutos editoriais do Jornal MAPA: https://goo.gl/ZgkQxM

Colaboram no jornal MAPA com Artigos, Investigações, Ilustrações, Fotografias, Design, Paginação, Revisão e Site:
M.Lima*, Filipe Nunes*, Teófilo Fagundes*, Delfim Cadenas*, José Smith Vargas*, Guilherme Luz*, Cláudio Duque*, P.M*, Júlio Silvestre*, Ali Baba*, Inês Rodrigues*, Sandra Faustino*, José Carvalho*, Huma*, João Vinagre*, J. Martins*, Zita Moura*, Francisco Colaço Pedro*, Catarina Santos*, Sara Moreira*; Catarina Leal*, Ana Farias*, Fernando Silva, Frederico Lobo, κοινωνία, Jorge Valadas, Luís Leitão, Júlio do Carmo Gomes, ZNM,Vladimir, Diogo Duarte, Sofia Pereira, Ricardo Ventura, Diana Dionísio, Sónia Gabriel, Mariana Vieira, Ana Afonso, Susana Baeta, Mickael Correia (jornal CQFD), M. Ricardo de Sousa, Luiza Nilo Nunes, António da Cruz, Vanessa Amorim, Hans Eickhoff, Associação Salvar o Jamor, Movimento Preservar a Serra de Carnaxide, Tidi, Emma Andreetti, Outros Ângulos, Rita Neves.
* Colaboradores permanentes / Pensamento, discussão e desenvolvimento do projecto editorial (colectivo editorial)

Periodicidade: trimestral
PVP: 1,5 euros
Tiragem: 3000 exemplares

Contacto: geral@jornalmapa.pt
Distribuição: distribuicao@jornalmapa.pt
Assinaturas: assinaturas@jornalmapa.pt

Site: www.jornalmapa.pt
Facebook: facebook.com/jornal.mapa
Twitter: twitter.com/jornalmapa
Depósito legal: 357026/13
Tipografia: Funchalense-Empresa gráfica S.A.
Rua Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro

Os artigos não assinados são da responsabilidade do colectivo editorial do jornal MAPA. Os restantes, assinados em nome individual ou colectivo, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

BARTOLOMEA, BENEDETTA

Meu amor
Sobre os meus seios verterás o leite roxo da paixão
Sobre o meu sexo pousarás tua semente
A minha carne infrutuosa há de servir-te de plantio
e ao acordar terei na boca um esplendor de magnólias

Meu amor
Povoarás os olhos bíblicos da pomba
que em meu peito se detém, a pluma leve do seu sopro
e do seu voo a transparência e a lucidez
Terás nas mãos um batimento secretíssimo de aves

Meu amor
Sei que virás sobre uma égua sem arreio,
um potro belo que incendeie os meus estábulos
e desperte no meu sangue a floração de uma videira melindrosa
É que noturnos animais são os meus ombros
esmagados pelas facas da tristeza
É que nos lenços congelados dos invernos
minha boca sangra lírios dolorosos

Meu amor
Para que eu brilhe como os lírios
bombeados pela luz, tu chegarás
Do teu cavalo hás de acender a escuridão da sua crina
Do meu corpo a sua flor de invalidez

Vem visitar-me, meu amor
antes que eu corte os meus vestidos
ou desate os meus cabelos perfumados de mênstruo
Antes que eu abra para os mortos a alegria do meu sexo,
o aquático sepulcro dos meus peixes cor-de-rosa

Meu amor
Punhais de água deitarás sob os meus pés
A minha pele que segrega hereditárias solidões
há de ser limpa nas esponjas do teu beijo
Enxaguarás a minha face com o sangue do cordeiro
e andaremos sobre um círculo de balidos estridentes
De um só golpe, apalparás a cordilheira dos meus rins
onde se apertam as artérias
e os tentáculos da ténia

Então dirás que nos meus gestos arde ainda
o coração da mariposa
Que o meu útero macio traz a sombra da criança
Que os meus lábios de livores repercutem orações
que se levantam para as cúpulas dos olhos da criança
e o meu amor é um eflúvio violento
inflando rosas e laranjas nos alpendres
Que o meu corpo onde o amor se fez aéreo e circular
já se levanta dos seus lívidos invólucros de treva

Então dirás: enfia pérolas na boca,
fura os olhos dos defuntos de cristais
para que brilhem como espíritos
ou lâmpadas nas águas

Meu amor
Por uma mexa de cabelo ensolarado
ou o sangrar de uma videira que se alastre do meu vale
à tua boca,
invocarás a abadessa Benedetta
e o esqueleto da irmã Bartolomea
Invocarás o jaspe negro dos seus ossos
e a leveza dos seus finos calcanhares
Cravarás na tua língua crucifixos e pombas
Lentamente beijarás os seus vermelhos genitais
e sob o hausto da videira
provaremos frutos cálidos e rubros que as noviças
morderão como segredos

Meu amor
Porque o teu rosto foi tocado pela febre
e o dedo fúnebre de deus
Porque selaste as tuas pálpebras
na sombra, és minha irmã
Em nossos pulsos vingam pássaros voltados para as
velhas avenidas da morte
e atravessados de obscuras cotovias e projéteis
nossos ventres são servidos sobre a prata dos banquetes
Sobre eles pousarás a violeta, flor bubónica
da noite em que nascemos

Meu amor
Onde termina a solidão da tua carne
a minha carne principia

Luiza Nilo Nunes nasceu em 1989 e é natural de Porto Alegre. É licenciada em Estudos Portugueses e Lusófonos pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Mestre em Estudos Editoriais pelo Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro. Escreve poesia e ficção. Tem poemas publicados em antologias e revistas nacionais e internacionais. É editora da revista literária Tlön. Traduziu e organizou a antologia *Stigmata* da escritora chilena **Teresa Wilms Montt** (Anjo Terrível, 2019).

Política do Espírito 2.0: Diário Encontrado

ANTÓNIO DA CRUZ

Dia 1, 10h30

Desespero, desolação. Passei 45 minutos de pé numa fila para entrar no infame Web Summit 2019, na FIL. O meu chefe, um novo-rico liberalóide que eu desprezo e que me explora, forçou-me a vir cá na esperança de que eu fizesse algum «networking». Sinto que caí num caldeirão de tecno-distopia light. Por toda a parte, empreendedores de cabelo arroxeado, identificados pelo nome, por um *QR* Code e pela marca de sapatilhas, abordam-me num inglês-padrão na tentativa de me convencerem a investir nas suas aplicações todas iguais. Os néons confundem-me e dou por mim a vaguear sem rumo por pavilhões infinitos dentro de um quadro do Escher. Num ecrã gigante, um norte-americano afirma ser um «CEO Activista». Fintech. Blockchain. Corporate Innovation. Fourth Industrial Revolution. Sustainable Business. Full Stack Development. Quantum Computing. Padaria do Bairro. Sinto a cabeça a andar à roda. Será que alguém aqui leu o Mark Fisher? Prefiro uma eternidade de torturas nos infernos de Dante a um minuto mais nesta prisão de consciências. A revolução precisa-se, e já! Estou a transformar-me num neo-ludita! Sobrevivo apenas porque há café gratuito.

Dia 1, 14h00

Um investidor francês abordou-me através da aplicação do evento e ofereceu-me almoço em troca de me explicar os benefícios da subcontratação de serviços na Índia para a produção de microchips de controlo de trabalhadores. Claro que não comprei os argumentos dele, mas devo confessar que a minha má disposição matinal talvez se devesse à falta de alimento: sinto-me um pouco mais optimista em relação ao futuro depois deste hambúrger gourmet. Desprezo o empreendedorismo, mas de barriga cheia fico mais clarividente para exercer uma crítica feroz e sem concessões ao capitalismo global. Tenho estado a conversar com startups dedicadas à sustentabilidade ambiental e acho que elas é que são o futuro.

Dia 1, 17h30

Isto talvez não seja tão mau assim. Depois de ter percorrido todas as bancas e de ter recolhido centenas de brindes, fiz um rebranding à minha opinião. Há inovações tecnológicas que são fascinantes e sobretudo necessárias, só precisamos de saber aplicá-las em prol do bem comum. Toda a gente me trata com simpatia, apenas preciso de dar em troca todos os meus dados pessoais. Mesmo que o Grande Capital esteja a beneficiar com tudo isto, a verdade é que só vejo pessoas satisfeitas aqui. No final do dia, não é isso que conta? E afinal, como me disse um investidor imobiliário oriundo do Dubai, o Web Summit gera milhões em receitas de turismo para a cidade. Eu também nunca gostei muito de viver em Alfama, agora estou bem melhor no Cacém.

Dia 2, 9h00

Vim mais cedo para reunir no Investor's Lounge com um canadiano apostado em monetizar sentimentos revolucionários através de uma marca de roupa chamada MyAnarchy. Comecei por torcer o nariz, mas fiquei convencidíssimo quando ele me disse que a marca ia promover o desenvolvimento da produtividade no Bangladesh, especialmente a das crianças. Entretanto, acabei por ceder e instalei o Tinder. A Katarzyna, polaca especializada em derivados financeiros (seja lá o que isso for, certamente que nunca fez mal a ninguém!), convidou-me para o Night Summit, no Bairro Alto. Sinto uma confiança renovada em mim mesmo. Investi todas as minhas poupanças numa empresa por nascer cujo CEO é um indivíduo muito engraçado que diz ser Príncipe da Nigéria. Acho que vou ficar rico!

Dia 2, 16h00

A minha cabeça fervilha de ideias. Reuní três partners para desenvolver uma app revolucionária. Já tenho investimento, só preciso que alguém pense nela e a faça, de preferência em regime voluntário, que isso conta muito para o CV nestes dias. Depois de uma conferência de um multi-bilionário a defender a filantropia como «estratégia fiscal», a Katarzyna, emocionada, puxou-me e beijou-me mesmo em frente ao stand da Startup Lisboa. Quando o beijo terminou, tínhamos uma centena de pessoas à nossa volta de telemóvel em riste e passados cinco minutos éramos notícia no Observador. Foi o momento mais romântico da minha vida. Acho que vou pedir a Katarzyna em casamento a troco de 5% de equity na minha empresa.

Dia 2-3, 4h00 (acho eu)

ESTOU NA CASA-DE-BANHO DO LUX COM TRÊS *INVESTORS* DE SILICON VALLEY. FINALMENTE PERCEBI O PORQUÊ DE OS EMPREENDEDORES TEREM ENERGIA INFINITA.

Dia 3, 11h00

A Katarzyna enviou-me uma DM no Instagram: decidiu trocar-me por um oligarca russo que, nas palavras dela, tem «mais capital social do que tu». No minuto seguinte, comecei a receber anúncios de sites de encontros. Enfim, não me importo, sinto que ela não me trazia grande valor acrescentado. Estou completamente focado na minha nova ideia de negócio: uma Uber para assassinatos por encomenda. Este mundo do empreendedorismo é verdadeiramente fascinante e arrependo-me do desprezo a que o votei durante tanto tempo. Passei uma hora a debater sobre flexibilização do trabalho com um militante da Iniciativa Liberal, que no fim da conversa tentou cobrar-me 30€ por cada minuto de partilha de conhecimento. Era o que mais me faltava. Fiz uma contra-proposta e ele aceitou.

Dia 3, 17h30

Já não consigo imaginar como é possível alguém não se sentir pleno neste microcosmos do Futuro. Vou à casa-de-banho e encontro um senhor moldavo agachado a arranjar uma sanita enquanto se queixa das condições de trabalho. Convoco vários empreendedores através da app e administro-lhe um espancamento em grupo até ele admitir que, ao invés de biscateiro, é um bem sucedido microempreendedor. Sinto que começo a influenciar o mindset das pessoas à minha volta. Bem, tenho de parar de escrever, que vai começar a conferência do Zuckerberg sobre privacidade e eu quero ir lá tirar uma selfie.

Dia 4, 10h45

Fui contratado como administrador não-executivo de uma empresa que faz cobranças difíceis através de drones armados. Com o salário adiantado, comprei acções em centenas de micro-empresas individuais: tenho agora o meu primeiro exército de pós-escravos, que usarei como lobbyistas contra toda a espécie de taxação. Vou ser orador no Web Summit 2020 e explicarei como é possível conciliar a vida pessoal com o trabalho (spoiler: são ambos a mesma coisa!). A Katarzyna está completamente ultrapassada: há pouco, ao ouvir um magnata sul-americano falar de como planeava usar tecnologia de ponta para ressuscitar o Pinochet e assim retomar o projecto neo-liberal no Chile, tive o maior orgasmo da minha vida.

Dia 4, 17h00

Fiz Upload Da Minha Consciência Para A Cloud. O Meu Corpo Já Não É Uma Jaula. Sou Uno Com O Capital. Alimento-Me De Big Data. Glória Ao Ciber-Império. Amor-Mercado Livre. ACCELERATE!

mapa : Jornal de Informação Crítica

ONDE POSSO ENCONTRAR O MAPA?
CONSULTA A LISTA DE DISTRIBUIÇÃO ACTUALIZADA EM:
WWW.JORNALMAPA.PT/DISTRIBUICAO/

NÚMERO 26
FEVEREIRO-ABRIL 2020
3000 EXEMPLARES

Rádio de proximidade

A 20 de Dezembro passado, nessa catedral portuense da música que é o Centro Comercial STOP, onde a Rádio Manobras tem o seu estúdio, o programa *O som é a enxada* festejava o seu 100º episódio. Durante quatro anos, como os próprios afirmam, «percorremos o país de lés-a-lés (e além) capturando registos e conversas sobre a agricultura de proximidade: desde a horta mais estapafúrdia às grandes questões políticas e ecológicas do nosso tempo…». Para (dar a) conhecer melhor esta experiência, o Jornal MAPA desafiou *O som é a enxada* para responder a umas quantas perguntas, sabendo que tanto o programa como a própria Rádio Manobras são merecedores de mais espaço neste jornal.

radiomanobras.pt / somenxada.tumblr.com

A primeira reacção ao tomar conhecimento do programa foi a de questionar o porquê de uma rádio citadina, com uma forte ligação ao Porto, ter um programa sobre agricultura na sua grelha. Ou talvez a questão fosse a inversa, a de perceber qual a razão que leva um programa sobre agricultura a escolher uma rádio como a Manobras. Para qualquer pessoa urbana, essa questão vinha, claro, acoplada a uma outra, a de saber o que é isso de agricultura de proximidade…

Sob o termo «agricultura de proximidade» tenta-se apelar a uma forma mais directa e equilibrada de produção e consumo de alimentos, guiada pelas ideias práticas de agroecologia, alimento enquanto bem comum (e não mercadoria) e sem intermediários entre produtores e consumidores. Sob a expressão «vasculhar a cidade», a Manobras tenta livrar o meio rádio da inacessibilidade promovida pelos adquirentes das licenças, ou seja, tenta cultivar o mesmo equilíbrio no usufruto dos bens comuns e a mesma relação de escala humana que se defende na agricultura de proximidade. Quanto à nossa história, ela pode contar-se assim: a Manobras estava por perto quando aconteceu o 1.º Encontro Nacional das Associações para a Manutenção da Agricultura de Proximidade (AMAP), em 2015, e foi desafiada a participar. Inventou-se então o nome do programa, apenas para dar identidade à documentação sonora do encontro. Mas, afinal, fomos dando continuidade, mantivemo-nos próximos. E assim passaram quatro anos e chegamos ao 100.

Um programa quinzenal, principalmente um programa deste tipo, com entrevistas, deslocações, edições, montagens, escolha de músicas e tanto mais que é necessário, é uma empreitada de respeito. Como se organiza o colectivo para produzir o programa?

A equipa foi sendo mutante, adaptando disponibilidades e vontades em cada momento. Por isso também viajámos de muitas formas e ritmos: semanal, mensal, quinzenal… sonoridades da natureza, cantares populares, literatura… leitura de declarações e manifestos, dicas, entrevistas… E munimo-nos de gestos práticos. Por exemplo, cada um de nós passou a ponderar ter um gravador à mão sempre que uma viagem, um evento ou a presença de alguém prometia trazer sons enxadeiros. A rotina, a partir de finais de 2017, quando a rádio conseguiu finalmente ter estúdio, incluía trocas de *mails* preparatórios, encontro-jantar no estúdio antes dos programas, e distribuição flexível de tarefas de recolha, alinhamento, comunicação, pós-produção, etc. Mas, neste momento, tal como o chuchu lá da horta, estamos em hibernação meditativa sobre as enxadadas porvir.

Que papel acham que uma rádio comunitária pode ter que não seja preenchido já pelas rádios tradicionais. Ou, colocando as coisas doutra forma, qual o papel e a importância das rádios comunitárias em Portugal (e o que é que as faz diferentes das rádios *mainstream*)?

Não há rádios comunitárias em Portugal, pelo menos assim reconhecidas formalmente. Existem activismos-rádio que tentam vingar no espaço apertado que lhes deixa o esquema exclusivista público-comercial vigente. Por exemplo, e como se não bastasse o controlo das frequências FM que a pretexto da ecologia das frequências favorece a lógica da «sustentabilidade financeira», agora até as rádios *online* estão a ser perseguidas com a obrigação de cadastro pela ERC. Parece-nos este um indício grave *qb* para vislumbrar a importância destas militâncias radiofónicas face ao *mainstream*.

Porquê a escolha de utilizar exclusivamente música livre no programa?

É um princípio da Manobras cuja explicação está indiciada nas respostas anteriores. Digamos, de modo prosaico, que não nos apetece ter negócios com a SPA. Na prática, o princípio tem sido motivador de agradáveis vasculhos sonoros e musicais.

MAPA BORRADO

DE QUEM É O CARVALHAL?
É.....
BEM, É NOSSO NO SENTIDO EM QUE É DO ESTADO
OU SEJA NOSSO, QUE O ESTADO SOMOS NÓS
É PRECISO UMA LEI QUE ENQUADRE ISTO DE SER NOSSO. UMA VEDAÇÃO QUE O DELIMITE.
PORQUE O CARVALHAL DO LADO NÃO É NOSSO. É DE UMA EMPRESA QUE É PIN, JÁ NÃO SEI SE DE CULTIVO INTENSIVO DE OLIVEIRAS, SE DE UMA MINA.
UMA VEDAÇÃO PARA CONTROLAR AS ENTRADAS. E UM POLÍCIA! QUE UMA VEDAÇÃO SEM UM POLÍCIA É COMO UM PORTA ABERTA NUM EDIFÍCIO ABANDONADO...
..APARECEM OS OKUPAS E DIZEM QUE ESTAVA VAGO
PORTANTO UMA LEI, UMA VEDAÇÃO, UM POLÍCIA! TUDO A GARANTIR QUE O CARVALHAL SEJA NOSSO. DE TODOS. OU SEJA, DO ESTADO. QUE DECIDE POR NÓS A UTILIZAÇÃO A DAR-LHE...
...SE CONTINUA COM CARVALHOS OU SE SE ALUGA AO CARVALHAL DO LADO PARA SERVIR DE ESTALEIRO...
...E GANHAVA-SE UNS COBRES QUE ISTO ANDA MEIO DEPAUPERADO E ASSIM DAVA PRA DIMINUIR O PREÇO DOS PASSES URBANOS E AS PESSOAS FICAM COM MAIS DE SOBRA PARA VISITAR O CARVALHAL QUE, AFINAL, É ESTALEIRO.
TONI + JOSÉ VARGAS '20